



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE LETRAS E LINGUÍSTICA
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO E DOUTORADO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM

PEDRO ANÁCIO CAMARANO

**ARQUEGENEALOGIA BAJUBEIRA:
UMA ANÁLISE DE PRÁTICAS DE PODER E RESISTÊNCIA**

**CATALÃO/GO
2020**

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o(a) autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Nome completo do(a) autor(a): PEDRO ANÁCIO CAMARANO

Título do trabalho: ARQUEGENEALOGIA BAJUBEIRA: UMA ANÁLISE DE PRÁTICAS DE PODER E RESISTÊNCIA

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento **SIM** **NÃO**

Independente da concordância com a disponibilização eletrônica, é imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.



Assinatura do(a) autor(a)

Ciente e de acordo:



Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 16 / 05 / 2020

PEDRO ANÁCIO CAMARANO

**ARQUEGENEALOGIA BAJUBEIRA:
UMA ANÁLISE DE PRÁTICAS DE PODER E RESISTÊNCIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem - curso de Mestrado - da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem.

Área de concentração: Linguagem, Cultura e Identidade.

Linha de Pesquisa: Discurso, Sujeito e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Franceschini.

Apoio financeiro: FAPEG.

**CATALÃO/GO
2020**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Camarano, Pedro Anácio

Arqueogenealogia bajubeira: uma análise de práticas de poder e
resistência [manuscrito] / Pedro Anácio Camarano. - 2020.
CXXXVIII, 138 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Franceschini.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Unidade
Acadêmica Especial de Letras e Linguística, Catalão, Programa de Pós
Graduação em Estudos da Linguagem, Catalão, 2020.

Bibliografia.

Inclui siglas, abreviaturas, tabelas.

1. Análise do discurso foucaultiana.. 2. Relações de poder.. 3.
Processo de subjetivação.. 4. Bajubá.. 5. Sujeito bajubeiro.. I.
Franceschini, Bruno , orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE LETRAS E LINGUÍSTICA

ATA UAELL-RC 007/2020

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM DA UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE LETRAS E LINGUÍSTICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – REGIONAL CATALÃO.

Defesa: nº 125/2020

Às quatorze horas e trinta minutos do dia primeiro de abril de dois mil e vinte, reuniu-se a Banca Examinadora - à distância - por Skype; designada pela Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, composta pelos docentes: Prof. Dr. Bruno Franceschini - [Orientador], da Universidade Federal de Goiás - UFG/RC; Prof. Dr. Antônio Fernandes Júnior, da Universidade Federal de Goiás - UFG/RC; Profa. Dra. Cristina Batista de Araújo, da Universidade Federal do Mato Grosso, para proceder à Defesa Pública de Dissertação intitulada “Arqueogenealogia bajubeira: uma análise de práticas de poder e resistência”, de autoria do mestrando **Pedro Anácio Camarano**, matrícula 2018100646. Iniciando os trabalhos, o Presidente da sessão apresentou a Banca e o candidato ao título de Mestre. Em seguida, agradeceu a presença do público e passou a palavra ao mestrando para a apresentação do trabalho. A seguir, o Presidente concedeu a palavra aos examinadores, que passaram a arguir o candidato. A duração da apresentação discente e a arguição dos examinadores aconteceram conforme regulamento do Programa. Ao término da arguição, a Banca Examinadora se reuniu em sessão secreta para atribuir os conceitos finais da Dissertação. Em face do resultado obtido, a Banca Examinadora considerou o candidato: **aprovado**, estando **apto** a fazer jus ao Título de Mestre em Estudos da Linguagem. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo discente. Regional Catalão, UFG, ao primeiro dia do mês de abril de dois mil e vinte. Esta defesa de Dissertação de Mestrado Acadêmico é parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre. O diploma correspondente será emitido após cumprimento dos demais trâmites, conforme normas do Programa e legislação da Universidade Federal de Goiás, especialmente o Artigo 62 da Resolução CEPEC 1403/2016.

Observações:

Banca Examinadora de Qualificação/Defesa Pública de Dissertação/Tese realizada em conformidade com a Portaria da CAPES n. 36, de 19 de março de 2020, de acordo com seu segundo artigo:

Art. 2º A suspensão de que trata esta Portaria não afasta a possibilidade de defesas de tese utilizando tecnologias de comunicação à distância, quando admissíveis pelo programa de pós-graduação stricto sensu, nos termos da regulamentação do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Franceschini, Presidente**, em 01/04/2020, às 16:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Fernandes Júnior, Professor do Magistério Superior**, em 01/04/2020, às 16:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristina Batista de Araújo, Usuário Externo**, em 01/04/2020, às 16:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO ANACIO CAMARANO, Discente**, em 02/04/2020, às 08:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1237518** e o código CRC **D1BE38A0**.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, às forças sobrenaturais que nos regem, cujas existências são sempre por mim questionadas e evocadas.

À minha mãe, Marilda Nazareth Cruz Camarano, fonte primeira de todo o meu amor.

Ao Welisson de Farias Bispo, cuja perseverança o tornou minha família nos últimos anos.

Ao meu orientador, Bruno Franceschini. “É porque muitas vezes ele me esclareceu quando eu tentava às cegas” (FOUCAULT, 2009, p.78).

À doce Cristina Batista de Araújo e ao charmoso Guilherme Figueira Borges, pelas prescrições feitas no debate do projeto.

À banca de qualificação, por transmitir orientações imprescindíveis de forma cortês. Cristina Batista de Araújo e Antônio Fernandes Júnior fazem parte de minha constituição enquanto sujeito pesquisador.

Ao Ramon Diego Viana de Sousa, interlocutor de teoria, dores e afetos.

A todas as pessoas que durante esse percurso compartilharam comigo um pouco de carinho, tempo e/ou conhecimento.

Ao PPGEL da UFG-RC pelos trâmites.

À SEEDF por ter me concedido o afastamento para estudos.

À FAPEG pelo financiamento da pesquisa.

O amor, a poesia, a justiça, a política, a estética, a propaganda, a família, a sociedade, a arte, a religião, o trabalho é tudo relação de poder.

Vê se pode.

(Estrela Ruiz Leminski)

RESUMO

Submersa no interior da Análise do Discurso (AD) de linha francesa, esta dissertação, cuja pesquisa utiliza metodologia qualitativa e teórica-descritiva-analítica, trata do entendimento do bajubá enquanto resistência frente ao dispositivo heterocisnormativo a partir das obras de Michel Foucault. Com base no questionamento do filósofo “quem somos nós hoje?”, em *O sujeito e o poder* (1995), este estudo diz respeito ao sujeito contemporâneo, mais precisamente o sujeito bajubeiro. Considerando o empenho foucaultiano em atestar que o exercício do poder não está dissociado das práticas de resistência, este trabalho se propõe a demonstrar esse funcionamento a partir de uma ação de contraconduta de alguns profissionais da Educação. Trata-se, também, de certificar esse mesmo funcionamento por meio de práticas de escapes, buscando a compreensão de como os sujeitos são subjetivados de forma a performatizar identidades paradigmáticas e de como o sujeito bajubeiro, julgado abjeto dentro desse sistema, resiste por meio do bajubá. Assim sendo, esta produção analisa os jogos de poder referentes às expressões e aos papéis de sexo/gênero na atual sociedade brasileira, tendo como *corpus* um grande acontecimento discursivo, a prova do ENEM de 2018, na qual emerge uma questão sobre o objeto discursivo bajubá, possibilitando o estabelecimento de um campo associado, funcionando como condição de possibilidade para que essa pergunta pudesse aparecer no exame. Para tanto, numa empreitada arqueogenealógica e cartográfica, utiliza-se um instrumental teórico-metodológico da Análise do Discurso para pensar os processos de subjetivação relativos às questões da sexualidade como resultado de uma construção discursiva sócio-histórica. Os resultados obtidos apontam que a resistência à heterocisnormatividade ocorre por meio de enfrentamentos permanentes, e não pela busca de uma liberdade absoluta, já que, em perspectiva foucaultiana, isso não é possível de cumprir-se. Sendo o bajubá uma técnica poderosa de subjetivação, esse enfrentamento processa-se pelo combate ao pensamento essencialista de gênero e à heterocisnormatividade, seja por meio de contracondutas, seja por técnica de um “cuidado de si”; isto é, o sujeito bajubeiro performatiza identidades subversivas, experimentando outros modos de condutas, em um trabalho de si sobre si, num processo de luta contra subjetividades desenvolvidas a partir da concepção de que fatores fisiológicos determinam a sexualidade em todas as suas dimensões.

Palavras – chave: Análise do Discurso foucaultiana. Relações de Poder. Processo de subjetivação. Bajubá. Sujeito bajubeiro.

ABSTRACT

Submerged within the Discourse Analysis (AD) of French line, this dissertation, whose research uses qualitative and theoretical-descriptive-analytical methodology, deals with the understanding of *bajubá* as resistance to the heterocisnormative device from the works of Michel Foucault. Based on the questioning of the philosopher “who are we today?”, In *The subject and the power* (1995), this study concerns the contemporary subject, more precisely the *bajubeiro* subject. Considering Foucault's commitment to attesting that the exercise of power is not dissociated from the practices of resistance, this work aims to demonstrate this functioning from the counter-conduct of some Education professionals. It is also a question of certifying this same functioning through escape practices, seeking to understand how the subjects are subjectified in order to perform paradigmatic identities and how the *bajubeiro* subject, considered *abject* within this system, resists through the *bajubá*. Therefore, this production analyzes the power games referring to the expressions and roles of sex / gender in the current Brazilian society, having as a *corpus* a great discursive event, the proof of the ENEM 2018, in which a question about the *bajubá* discursive object emerges, enabling the establishment of an associated field, functioning as a possibility condition so that this question could appear in the exam. For that, in an archeogenealogical and cartographic endeavor, a theoretical-methodological instrument of Discourse Analysis is used to think about the processes of subjectification related to sexuality issues as a result of a socio-historical discursive construction. The results obtained point out that resistance to heterocisnormativity occurs through permanent confrontations, and not through the search for absolute freedom, since, in Foucault's perspective, this is not possible to accomplish. As the *bajubá* is a powerful technique of subjectivation, this confrontation takes place by combating essentialist gender thinking and heterocisnormativity, either through counter-conducts or through a “self-care” technique; that is, the *bajubeiro* subject performs subversive identities, experimenting with other modes of conduct, in a work of himself on himself, in a process of fighting against subjectivities developed from the conception that physiological factors determine sexuality in all its dimensions.

Keywords: Foucaultian Discourse Analysis. Power relations. Subjectivation process. *Bajubá*. Subject *bajubeiro*.

SUMÁRIO

PRÓLOGO	8
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	12
1. LINGUÍSTICA, ANÁLISE DO DISCURSO E MICHEL FOUCAULT	19
1.1 Discurso e Enunciado	23
1.2 História e Memória	37
1.3 Verdade e Poder	48
2. A DESORDEM DO DISCURSO	56
2.1 Condições de possibilidade do bajubá	59
2.2 Funcionamento linguístico-discursivo do bajubá	73
3. CARTOGRAFIA DO PODER HETEROCISNORMATIVO	79
3.1 Movências dos mecanismos de poder	84
3.2 Dispositivo heterocisnormativo (DHC)	87
3.3 Funcionamento do DHC	91
4. NO (DIS)CURSO DA RESISTÊNCIA BAJUBEIRA	102
4.1 Contraconduta dos professores progressistas	104
4.2 <i>Performance</i> bajubeira	115
4.3 Um breve retorno ao acontecimento principal	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS	130

PRÓLOGO

Meu discurso é, evidentemente, um discurso de intelectual e, como tal, opera nas redes de poder em funcionamento.
(FOUCAULT, 2006a, p.52)

Parece óbvio e oportunista que um professor de Língua Portuguesa dissidente de gênero, após viver anos de experiências sexuais, afetivas e linguísticas nos guetos LGBTs¹, estabeleça como seu objeto de pesquisa o socioleto² do sujeito bajubeiro. Por sujeito bajubeiro entende-se alguns integrantes da comunidade LGBT, sobretudo aqueles que utilizam *performances*³ físicas e verbais fechativas⁴. Diz respeito a uma posição que pode ser ocupada por sujeitos que de alguma forma questionam o modelo identitário heterossexual e/ou cisgênero, caracterizando-se especialmente pelo uso subversivo da expressão de gênero.

Em vista da afirmação foucaultiana de que “certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é *mais* que utilizar esses signos para designar coisas. [...] É esse ‘mais’ que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever” (FOUCAULT, 2009, p. 55), pesquiso o bajubá como código linguístico e também como resistência frente aos processos de normatização e de normalização.

Meu primeiro contato com o bajubá ocorreu no ano de 2004, período em que fui aprovado no concurso público para professor de Língua Portuguesa no Distrito Federal e conquistei minha estabilidade financeira, quando passei a conhecer a comunidade LGBT. Num primeiro momento, fiquei deslumbrado com as delícias de frequentar lugares em que eu me sentia livre para expressar meus desejos e sentimentos; entretanto, logo percebi seus dissabores: lgbtfobia internalizada, discriminação entre os próprios membros da

¹ Sigla de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros, mas que aqui é utilizada para se referir a qualquer sujeito que não é heterossexual ou não é cisgênero.

² Termo utilizado pela Sociolinguística para designar a variedade linguística de um determinado grupo de falantes que partilham traços e experiências socioculturais semelhantes.

³ Durante todo o texto, utilizarei o termo *performance* para aludir ao modo como o sujeito se expressa, relacionando-se a *scripts* de comportamentos e/ou aparência associados ao masculino e ao feminino (ou desconformidade a esses *scripts*), seja por meio de linguagem corporal, entonação da voz, estilos de vestimentas ou formas de expressão.

⁴ Fechação é um termo em bajubá que tem efeito de sentido relacionado a um desempenho de gênero alternativo ao que se é socialmente esperado. Não é necessariamente uma imitação do gênero oposto ao que está relacionado ao sexo biológico, podendo configurar o exercício de uma identidade de gênero atípica. Pode também relacionar-se com a jocosidade, extravagância e/ou ao uso politizado das *performances* de gênero. É possível ter como efeito de sentido aproximado as expressões “dar close” e “dar pinta”.

comunidade, exigências redobradas a padrões estéticos, superfaturamento em artefatos e eventos, vulnerabilidade às drogas e às infecções sexualmente transmissíveis.

Esta dissertação surgiu exatamente de minha experiência como estudioso da linguagem e, ao mesmo tempo, como sujeito que subverte a Língua Portuguesa padrão e a heterocisnormatividade⁵. A partir do momento em que passei a (con)viver a cultura LGBT (incluindo aí, boates, festas, *sites* especializados, artes temáticas, militância política, e um modo todo diferenciado de se mostrar à sociedade, inclusive por meio de uma linguagem específica), passei a procurar entender esse fenômeno: Como e por que essa maneira diferente de enunciar surgiu? Qual é a relação dela com a Língua Portuguesa? De que forma ocorre seu funcionamento? Qual é a sua importância para a população LGBT?

Contudo, somente a partir do ano de 2012 passei a olhar para o bajubá como possível objeto de análise científica. Nesse ano, reuni um grupo de colegas LGBTs e começamos a jogar vôlei na quadra de esportes da escola na qual eu trabalhava. Foi exatamente a partir dessa convivência, fora de espaços sociais criados especificamente para o lazer LGBT, que pude fazer um deslocamento de meus interesses reflexivos sobre os fatores que influenciam nos processos de subjetivação desses sujeitos.

A partir da observação mais cuidadosa da forma com que esse grupo se expressava, pude começar a adentrar as minúcias desses sujeitos, que criam estratégias de combate à heterocisnormatividade e, com muito bom humor e criatividade, questionam as formas estabelecidas de fazer-se e comunicar em nossa sociedade.

Quando iniciei a escrita da primeira versão do projeto, ainda entendia o bajubá simplesmente como um código secreto do sujeito LGBT, fazendo uma leitura perigosa, com perspectiva muito mais identitária do que discursiva. Só no decorrer do andamento da pesquisa, compreendi que nem todos os LGBTs são sujeitos bajubeiros, mas que é o bajubá que produz sujeitos singulares. Como diz Lucas Lima (2017, p. 25), não há sujeito à espera do bajubá, mas sim o bajubá, “por intermédio do *efeito performativo* do discurso bajubeyro, a produzir o sujeito”.

⁵ Junção de heteronormatividade e cisnormatividade. Diz respeito à concepção de que somente os relacionamentos entre pessoas de sexos opostos são corretos. E também de que só é normal o indivíduo expressar-se (em todos os aspectos) em conformidade com o gênero associado ao seu sexo biológico.

Mas, como eu estava falando, se desde 2012 eu comecei a pensar o bajubá de forma mais profunda, por que só em 2018 o levei para a academia? Porque, como resultado de minhas demandas intelectuais, meus objetos são muitos e diversos. Como exemplo, eu cito o objeto “estilística” o qual eu investiguei numa pós-graduação em 2005, a literatura homoerótica na qual pautei o meu trabalho de final de curso de outra especialização, em 2008, e minha pesquisa sobre os discursos lgbtfóbicos dentro do ambiente escolar, em minha terceira especialização, em 2016.

Outra questão importante a saber é que, a partir de meu amadurecimento enquanto pesquisador, percebi que nos últimos anos no Brasil se instalou uma onda conservadora muito grande, na qual uma grande parte da população passou a ter posições extremamente conservadoras em relação às demandas dos grupos historicamente excluídos. Eu, já consciente de que faço parte dos sujeitos abjetos⁶, isto é, que não me encaixo na suposta naturalidade da correspondência entre corpo, sexo biológico e orientação sexual, dei-me conta de que era parte relevante do objeto sobre o qual eu me propunha a investigar. Por isso, em consonância com Lucas Lima (2017, p. 25), penso que

tal compreensão torna o trabalho muito mais desafiador e interessante. É quando o sujeito pesquisador abre mão do estatuto de autoridade epistemológica atribuído pela ciência moderna que tensões, fissuras e *sismos*, como gosto de dizer, no campo dos saberes e da produção de conhecimento, podem ocorrer. É nisso que aposto neste trabalho.

Acredito que uma primeira justificativa para o desenvolvimento deste trabalho seria de ordem pessoal. É muito importante poder compreender como os sujeitos bajubeiros, dentre os quais me incluo, fazem uso estratégico de uma *performance* linguística subversiva. Adianto que existem outras dimensões muito mais significativas do que essa e pretendo deixá-las claras na introdução.

Antes de seguir, quero ainda chamar a atenção para o fato de que optei por escrever em uma linguagem mais próxima possível ao que se entende como acadêmico; todavia, em alguns momentos, de maneira proposital, aparecerão expressões características de quem enuncia em bajubá. Isso, além de revelar minúcias de minha

⁶ Seguimos o entendimento de Sargentini e Lopes (2017, p.204) que, no artigo “*Uma análise discursiva do “corpo normal” do século XXI: entre a docilidade e a abjeção*” baseia-se em Kristeva para definir abjeção como “tudo aquilo que não é aceito, tudo o que não está institucionalizado, tudo o que indaga, contrapõe e subverte”. A abjeção “pode ser usada para caracterizar a situação complexa daqueles que são ‘radicalmente excluídos da sociedade’”.

constituição enquanto sujeito, é uma estratégia estilística, uma vez que pretendo seguir os passos do escritor e pesquisador Leandro Colling, quem, conforme relata Lucas Lima (2017, p.29), considera que é preciso “estranhar as formas de escrever nossas teses, dissertações e outros gêneros científicos; é preciso problematizar o próprio lugar do sujeito pesquisador no fazer científico”.

Penso não estar sendo injusto ao solicitar o mínimo de esforço dos possíveis leitores: ler um texto que fere o estatuto do Português padrão, característico do homem cisheterossexual branco europeu, não é desonra a ninguém, ao menos que se queira reforçar o mito da língua una e homogênea. Se for esse o caso, sinto que deveria ter ousado mais na estilística bajubeira.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Qual é essa irregular existência que emerge no que se diz – e em nenhum outro lugar?
(FOUCAULT, 2000, p. 93).

A presente dissertação, de caráter qualitativo, trata-se de um estudo teórico-descritivo-analítico relativo ao bajubá enquanto resistência frente à heterocisnormatividade, com base na produção intelectual do filósofo Paul-Michel Foucault.

Sendo a pesquisa amparada predominantemente em Foucault, antecipo, logo de início, que faremos um diálogo com pesquisadores do discurso, como Michel Pêcheux, Eni Orlandi e Sírio Possenti. Durante o texto aparecerão citações utilizando a concepção de *ideologia*, noção apanhada dos pesquisadores supracitados e de outros, como Cleudemar Fernandes e Cristina Batista de Araújo e, também, no próprio Foucault. Compreendemos que o filósofo rompe com esse conceito; e dentre as razões mais evidentes para isso é que, segundo ele, “queira-se ou não, ela [a noção de ideologia] está sempre em oposição virtual a alguma coisa que seria a verdade” (FOUCAULT, 2004a, p.7). Contudo, para o entendimento de determinadas questões teórica-analíticas e argumentativas, algumas passagens valem-se desse termo, sem, contudo, ocasionar embate teórico.

Para além disso, em perspectiva foucaultiana, há um instrumental teórico-metodológico que se oferece para descrever como saberes e poderes são utilizados em práticas de normatização e normalização dos sujeitos e como esses sujeitos conduzem as suas existências em suas relações com os outros e consigo mesmo. Por esse ângulo, nós, do campo dos Estudos da Linguagem, lemos os textos do pensador francês dando destaque à sua premissa de que o discurso é a instância onde vemos se materializar as questões de saber-poder, possibilitando a produção de sentidos.

Baseando-nos em procedimentos da Análise do Discurso foucaultiana, apresentamos uma análise sobre um acontecimento discursivo que possibilita compreender como as subjetividades são produzidas na/pela linguagem, dentro de jogos de saberes, poderes e resistências.

De antemão, chamamos a atenção para o Brasil enquanto país cujos discursos, muitas vezes, estão vinculados às questões econômicas, articulando relações de saberes e poderes com a finalidade de conduzir as condutas dos sujeitos ao bem do capital. Essa reflexão, em perspectiva discursiva, perpassa as questões tratadas nesta pesquisa, uma

vez que o bajubá aparece como resistência a um dispositivo heterocisnormativo⁷, introduzido no país a partir da chegada dos portugueses, que impuseram uma nova formatação de sociedade baseada nas relações matrimoniais.

As reconfigurações ocorridas nas relações de poder de acordo com as características históricas, políticas e econômicas da colônia, possibilitaram novas práticas discursivas, a fim de tornar os sujeitos dóceis e contribuir para o novo sistema econômico, pautado na divisão sexual do trabalho. A mulher africana, o homem africano, a mulher indígena, o homem indígena, a mulher europeia, o homem europeu, independentemente da condição de gênero e da orientação sexual, todos esses sujeitos, conglomerados no mesmo ambiente, com costumes e crenças embaralhadas, foram expostos a novas relações de poder, nas quais as culturas se atravessavam, construindo estratégias de poder e de resistência diferentes das vivenciadas até aquele momento.

Essa nossa leitura é abertamente influenciada pelo materialismo histórico⁸, teoria segundo a qual os processos históricos são influenciados pelos confrontos entre diferentes classes sociais decorrentes da relação entre a acumulação material e as forças produtivas. O materialismo histórico também está nas bases da Análise do Discurso (doravante AD), que segundo Orlandi (2001, p. 19) “se constituiu no espaço de questões criadas pela relação de três domínios disciplinares (...): a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise”. Contudo, esclarecemos, apoiados na própria Orlandi (2001, p. 20) que a AD trabalha com a noção de discurso, não se reduzindo, portanto, “ao objeto da Linguística, nem se deixa absorver pela Teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise”. No caminhar da leitura será possível perceber o legado do materialismo histórico para os estudos discursivos, pois nessa teoria quem enuncia é um sujeito afetado pela história. “Isso redundava em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia” (ORLANDI, 2001, p. 20). Por ora, devemos destacar as justificativas da pesquisa.

Acreditamos que nossa pesquisa seja de grande relevância, haja vista a possibilidade de expor os mecanismos de poder através dos quais a sociedade brasileira define o que é normal e o que é patológico em relação às questões relacionadas à

⁷ O terceiro capítulo tratará sobre a emergência e funcionamento deste dispositivo.

⁸ Fernandes (2008, p.46) diz que o materialismo histórico pode ser compreendido como “teoria das formações e transformações sociais. É na/pela história que observamos as condições de produção do discurso, ou seja, o porquê da aparição de um enunciado em dado momento e lugar e não outro em seu lugar”.

sexualidade, e refletir sobre possibilidades de processos de subjetivação coadunados com modos outros de expressões de gênero.

Essa dissertação se justifica também pela concepção de que nenhum sujeito (seja ele da ciência, da docência, da religiosidade ou dos grupos sociais) é imparcial; absolutamente todos são constituídos por discursos, ocupam determinadas posições-sujeito e estão inscritos em determinados lugares dentro das relações de poder. Nesse sentido, os sujeitos não são neutros em relação aos jogos de poder e resistência, ou seja, “quando alguém de nós abre a boca está exercendo um poder de resistência ou de dominação (...). Cada um de nós produz efeitos de poder a cada gesto, a cada olhar, a cada momento, em qualquer situação” (BACCA & PEY, 2004, p.87).

Outro fator importante que justifica este trabalho é a crença de que uma pesquisa sobre essa temática é de grande relevância para os estudos da linguagem pois, apesar de existirem alguns trabalhos sobre o bajubá, são incomuns pesquisas discursivas sobre esse objeto. Com enfoque especificamente foucaultiano, é extremamente raro. No estado da arte, destacamos:

- *Linguagens Pajubeyras: Re(ex)istência cultural e subversão da heteronormatividade*, tese de doutorado de Carlos Henrique Lucas Lima, defendida em 2016 na Universidade Federal da Bahia. A pesquisa, sob uma perspectiva interdisciplinar e por meio de um aparato teórico relacionado aos pensamentos descoloniais, defende a existência de uma “ética beshá” instituída por meio do bajubá;
- *Pajubá: o código linguístico da comunidade LGBT*, dissertação de mestrado de Renato Régis Barroso, defendida em 2017 na Universidade do Estado do Amazonas. A pesquisa faz um profundo estudo sobre a construção gramatical e lexicográfica do bajubá, entendendo-o como gíria;
- *(Re) encontrando o diálogo de bonecas: o bajubá em uma perspectiva antropológica*, dissertação de mestrado de Gabriela Costa Araújo, defendida em 2018 na Universidade Federal de Uberlândia. A pesquisa propõe a constituição de glossários de bajubá e o entende como um dialeto das travestis brasileiras;
- *A construção de um discurso identitário LGBT por meio de canais de humor gay do Youtube*, tese de doutorado de Adriano César Lima de Carvalho, defendida em 2018 na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A pesquisa utiliza a noção teórica de “carnavalização” de Mikhail Bakhtin para analisar o bajubá como código linguístico que possibilita discurso humorístico.

Nossa pesquisa, apesar de conversar com todos esses trabalhos, é engendrada por outros caminhos. O grande problema observado e que encabeçou este estudo é: como o bajubá funciona enquanto resistência frente ao dispositivo heterocisnormativo?

Nossa hipótese é a de que o sujeito bajubeiro utiliza o bajubá para exercer práticas outras de subjetivação. Em vista disso, o grande objetivo da pesquisa é refletir, sob uma perspectiva foucaultiana, como o bajubá configura-se resistência frente à heterocisnormatividade. Para tanto, como objetivos específicos, precisaremos:

- esquadrihar, numa óptica arqueogenealógica, as condições de possibilidade do bajubá, tendo em vista o seu funcionamento discursivo;
- cartografar o dispositivo heterocisnormativo, com vistas a identificar o funcionamento normatizador e normalizador das identidades de gênero e da condução das condutas referentes às orientações sexuais;
- descrever e analisar enunciados bajubeiros, identificando como a *performance* bajubeira constitui resistência frente a heterocisnormatividade.

Nessa tarefa, tomamos como *corpus* a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2018, vista como um grande acontecimento discursivo no qual irrompe uma questão sobre o bajubá, possibilitando a emergência de vários enunciados que nos levam a questionar: por que essa questão e não outra em seu lugar? A partir disso, descreveremos o objeto discursivo bajubá e trabalharemos com um campo associado, composto por uma série de materialidades enunciativas que funciona, sob a ótica do funcionamento discursivo, como condição de possibilidade para que essa pergunta pudesse aparecer no exame, a saber:

- 1) Apresentação de Caetano Veloso, ao vivo na televisão, em 1978, cantando a música de sua autoria intitulada *Odara*⁹;
- 2) Vídeos, realizados em 2015 e 2016, com brincadeiras de adivinhação de gírias do canal *Põe na Roda* no *YouTube*¹⁰;
- 3) Clipe da música *Não Pode Esquecer o Guanto*, de 2017, protagonizado pela artista transgênera Leona Vingativa¹¹;
- 4) *Super Drags*, uma série de animação adulta brasileira criada pela *Netflix* e estreada em 2018¹².

⁹ Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=75RdknRusfE>>. Acesso em: 22/10/2019.

¹⁰ Disponíveis em: < <https://www.youtube.com/watch?v=RZOnoYbVyx8>> e < <https://www.youtube.com/watch?v=mCKJ8uAkfTM&t=18s>>. Acesso em: 22/10/2019.

¹¹ Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=J_UyLN6DO20>. Acesso em: 22/10/2019.

¹² Disponível em: < <https://www.netflix.com/title/80218634>>. Acesso em: 22/10/2019.

Como metodologia, adotamos duas estratégias analíticas correlacionadas, inspiradas na proposta teórico-filosófica de Michel Foucault: a cartografia discursiva e a arqueogenealogia.

A cartografia, conforme Prado Filho e Teti (2013), não é uma formulação foucaultiana. Foi Deleuze quem a descreveu a partir de sua leitura de Foucault. Diz respeito às relações de saber-poder, jogos de forças, enfrentamentos, enunciados em disputa pela verdade, modos de subjetivação. Para os autores:

Não se refere a método como proposição de regras, procedimentos ou protocolos de pesquisa, mas, sim, como estratégia de análise crítica e ação política, olhar crítico que acompanha e descreve relações, trajetórias, formações rizomáticas, a composição de dispositivos, apontando linhas de fuga, ruptura e resistência (PRADO FILHO e TETI, 2013, p. 47).

A cartografia (para nós, discursiva) destrincha determinado dispositivo, levando em conta os enunciados científicos, as decisões regulamentares, as proposições morais, e toda a gama de coisas não ditas que contribuem na produção de modos de subjetivação (FOUCAULT, 2004a). Por outro lado, para além dos agenciamentos, essa cartografia também expõe as linhas de fuga, possibilidades de enfrentamentos e resistências. Assim, diferentemente da cartografia tradicional, que traça mapas de territórios, a cartografia discursiva analisa dispositivos, “ação que consiste em desemaranhar suas enredadas linhas (...), possibilitando a crítica do nosso tempo e daquilo que somos” (PRADO FILHO e TETI, 2013, p. 45).

A arqueogenealogia também não diz respeito a procedimentos ou protocolos de pesquisa indicados por Foucault. Falar em método inspirado nesse filósofo significa entender que, ao longo de sua produção, ele não indica formas prontas, universalmente aplicáveis.

Por esse motivo, muitos analistas do discurso usam o termo “arqueogenealógico” quando se referem a uma dada metodologia de reflexão que envolve tanto a emergência de certos discursos, historicamente produzidos, quanto as relações de poder que os atravessam (FERNANDES JÚNIOR, 2016, p. 12).

Assim, ao seguirmos um percurso arqueogenealógico, não seguimos propriamente um método prescrito pelo autor, mas tentamos pensar com ele, a partir de sua forma de olhar, pela qual entendemos que o sujeito ocupa um lugar de destaque nos processos históricos das relações de saber-poder.

Ao considerarmos que Foucault (2006a) nos oferece uma caixa de ferramentas, o método que utilizaremos consiste basicamente em acionar noções teóricas-metodológicas

utilizadas pelo filósofo para analisar o nosso objeto. Pretendemos fazer funcionar as noções de *sujeito, verdade, relações de poder, discurso, enunciado, acontecimento e dispositivo*. Destacamos que essas noções não serão tratadas isoladamente, são ideias imbricadas, que se cruzam a todo momento.

Em nosso trabalho, daremos as mãos a Courtine (2013, p.7): “parece-me que não podemos ler Foucault sem lhe fazer o que ele próprio fez com notável constância: apostas intelectuais”. Nossa aposta é que o sujeito bajubeiro pode ser visto, considerando a positividade do poder, como um exercício de subjetivação, um trabalho do sujeito sobre ele mesmo, não podendo nunca se relacionar a uma natureza *a priori*. Como exercício, o sujeito bajubeiro caracteriza-se pela artificialidade e ressignificação de comportamentos femininos e masculinos, às vezes invertendo-os, às vezes fundindo-os.

Diante do exposto, destacamos que a dissertação estará dividida em quatro partes. No primeiro capítulo, *Linguística, Análise do Discurso e Michel Foucault*, faremos uma passagem perfunctória pela história da Linguística e como ela se relaciona com a AD. Destacaremos a vinculação de Foucault com os estudos discursivos e, posteriormente, articulando a relação entre discurso/enunciado, história/memória e verdade/poder, buscaremos a compreensão de como vontade de verdade e os processos de subjetivação são construídos discursivamente dentro da história.

Exploraremos também de que modo o poder, numa ótica foucaultiana, é positivo, a partir de disputas discursivas sobre a sexualidade, demonstrando o discurso como lugar de luta permanente. Noções como *arquivo, formação discursiva, documento-monumento*, dentre outras, serão revisadas a fim de propor entendimentos das ferramentas analíticas.

No segundo capítulo, designado de *A desordem do discurso*, mostraremos, numa perspectiva arqueogenealógica, as condições de emergência do bajubá e seu funcionamento enquanto código linguístico-discursivo, com a finalidade de evidenciar a emersão desse fenômeno e suas especificidades enquanto socioleto.

No terceiro capítulo, denominado *Cartografia do poder heterocisnormativo*, trataremos de cartografar discursivamente os mecanismos de investidas do poder no que tange ao agenciamento de condutas heterocisnormativas. Investigaremos como os processos de objetivação e de subjetivação trabalham na produção de subjetividade, apresentaremos mecanismos de poder (passando pela soberania, poder disciplinar e biopoder) e exploraremos o dispositivo de aliança, de sexualidade e heterocisnormativo; para tanto, refletiremos sobre como o dispositivo responde a uma demanda histórica.

Mostraremos, então, o funcionamento do dispositivo heterocisnormativo e suas curvas de visibilidade e enunciação, as linhas de forças e as linhas de fuga.

No último capítulo, intitulado *No (dis)curso da resistência bajubeira*, voltaremos à questão da prova, analisando-a arqueologicamente, recorrendo às ferramentas teóricas-analíticas trabalhadas nos capítulos anteriores, mostrando também a *performance* bajubeira como resistência ao dispositivo heterocisnormativo.

1. LINGUÍSTICA, ANÁLISE DO DISCURSO E MICHEL FOUCAULT

O que analiso em um discurso não é o sistema de sua língua (...). A questão que coloco é aquela, não dos códigos, mas dos acontecimentos: a lei da existência dos enunciados, (...) as condições de sua emergência singular; sua correlação com outros acontecimentos anteriores ou simultâneos, discursivos ou não.
(FOUCAULT, 2010a, p. 9)

A epígrafe deste primeiro capítulo remete-nos à concepção discursiva da linguagem, isto é, ao tomar o discurso como objeto de investigação, o analista do discurso correlaciona os códigos à exterioridade linguística, não explorando a língua simplesmente como uma estrutura capaz de transmitir informações e pensamentos, mas também como os sujeitos produzem sentidos aos enunciados a partir de suas inscrições dentro das relações de saber-poder. Dessa forma, em AD, o linguístico é parte das práticas discursivas cujos efeitos de sentido relacionam-se inevitavelmente com as condições históricas de possibilidades.

Numa visão estruturalista, as pesquisas linguísticas têm suas análises relacionadas a questões fonéticas, morfológicas, sintáticas, semânticas, etc. No entanto, mais que pensar as questões referentes à língua, os estudos linguísticos em concepção discursiva possibilitam refletir sobre a constituição dos sujeitos. Sobre isso, Fernandes (2008, p.15) diz que, como exterioridade à língua e à fala, “o discurso, considerado como um objeto de investigação, constitui-se de conflitos próprios à existência de tudo que tem vida social”. Ou seja, existe um conjunto de discursos tomado como verdade dentro das relações de saber-poder em determinado momento histórico e a constituição dos indivíduos em sujeitos ocorre através da identificação e oposição a esses (FOUCAULT, 1995).

Dessa forma, a constituição do sujeito envolve uma “chamada à existência”, feita por meio de identificação aos discursos hegemônicos, mas que permite rejeições, dentro de uma margem estabelecida, instaurando-se, assim, um campo de conflito que “marca as diferentes posições dos sujeitos” (FERNANDES, 2008, p. 15).

O discurso, em acepção foucaultiana, pode ser visto como a existência material a partir da qual observamos as relações de saber-poder, pois ele, em seu funcionamento de produção e circulação de enunciados, serve de instrumento para a possibilidade de (re)criar, (des)construir, (re)significar quem somos e por que somos. Portanto, o enunciado, materialidade do discurso, atua na produção da subjetividade, uma vez que os

discursos em circulação são da ordem das táticas, atuando para que eles possam “vir a integrar-se ao indivíduo e comandar sua ação” (FOUCAULT, 2010c, p. 394).

Considerando o exposto, é relevante a compreensão de que a perspectiva discursiva é uma, dentre várias vertentes dos estudos da linguagem. Nesse entendimento, Cabral (2014, p. 88) diz que dentro da Linguística existe grande pluralidade teórica, e isso é importante na medida em que dá ao pesquisador a “liberdade de escolher seu objeto teórico - e favorece, também, o desenvolvimento da área, pois somente uma teoria não dá conta de trabalhar com todos os fenômenos linguísticos”. Nesse sentido, nossa perspectiva teórica liga-se, de alguma forma, a outras, pois “não há linha de continuidade entre duas concepções, mas também não há vazio. A ciência não começa do nada” (POSSENTI, 2004, p. 357).

É no século XX, com a divulgação dos trabalhos de Ferdinand de Saussure, que a Linguística ganha caráter científico autônomo. No que tange às condições de possibilidade, parece ser consenso entre os linguistas que o *Curso de Linguística Geral*, doravante CLG, publicado em 1916, foi o marco de emergência da ciência intitulada Linguística. Foi nesse livro, escrito por ex-alunos de Saussure, a partir de anotações feitas durante cursos oferecidos na Universidade de Genebra, entre 1906 a 1911, que em detrimento aos estudos linguísticos anteriores, estabeleceu-se um objeto¹³ próprio de estudo, sem filiações a outras áreas científicas do conhecimento, definindo princípios e métodos com os quais trabalharia. Esse corte epistemológico, como não poderia deixar de ser, causou grande impacto nos estudos da linguagem, de forma que é inegável reconhecer que qualquer estudo nessa área do conhecimento, hoje em dia, volta-se a Saussure, seja para referendá-lo ou dele afastar-se.

Na conjuntura sócio-histórica de emergência da Linguística, não existia uma ciência específica para analisar a linguagem, que era estudada como um ramo de outras ciências. Para justificar e concentrar seus estudos em um único campo, Saussure (2006) separou a língua (*langue*) da fala (*parole*), dividindo-as como duas partes particulares da linguagem, e elegendo o aspecto social como o objeto de estudo da nova ciência. Para ele, o aspecto individual seria acessório ou incidental, e a língua seria uma parte essencial. Contudo, o mestre genebrino afirmou que “é o ponto de vista que cria o objeto (SAUSSURE, 2006, p.15)”. Assim, foi a partir do CLG que outros linguistas passaram a pensar em elementos fora da estrutura que contribuem para a construção dos sentidos.

¹³ Existem disputas teóricas em torno do “verdadeiro objeto” de estudo da Linguística.

São concepções que se opõem “radicalmente à ideia de que a língua seja apenas um instrumento para transmitir informações” (POSSENTI, 2004, p. 363).

Por exemplo, o estudioso William Labov, quando questionado sobre qual é o objeto de estudo da Sociolinguística, respondeu: “É a língua, o instrumento que as pessoas usam para se comunicar com os outros na vida cotidiana. Esse é o objeto que é o alvo do trabalho em variação linguística” (LABOV, 2007, p. 2). Contudo, esse linguista estadunidense postula um novo modo de fazer linguística pautado nas comunidades de fala. Levando em consideração o estudo da linguagem em sua inscrição social, Labov (2008, p. 19) acredita ser possível “isolar os fatores sociais que incidem diretamente sobre o processo linguístico”.

Outrora, o linguista francês Émile Benveniste (2005) elege a enunciação como objeto fundamental da linguagem. Segundo ele, o que permite a passagem da língua para a fala é a enunciação, que é a “colocação em funcionamento da língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 2005, p. 80). Conforme Benveniste (2005), a enunciação é a instância de mediação entre a língua e a fala. Quer dizer, a significação, em visão benvenistiana, depende de uma situação de interação na qual há um ato individual de utilização da língua por um falante. Nesse sentido, em um contexto comunicativo há um enunciador (aquele que fala ou escreve) e um enunciatário (aquele para quem se fala ou se escreve). Para explicar sua “Teoria da Enunciação”, Benveniste (1989) descreve categorias que integrariam a instância enunciativa: pessoa, espaço e tempo. Utilizando os termos em latim *ego* (eu), *hic* (aqui) e *nunc* (agora), ele indica como a língua transforma-se em fala e pode ter os significados compreendidos. A essas categorias Benveniste (1989) denominou “aparelho formal da enunciação”.

Outro pensador que extrapolou elementos estruturais na Linguística foi o filósofo da linguagem Mikhail Bakhtin. Ao adotar uma linha marxista,

Bakhtin (e o chamado Círculo de Bakhtin) critica a perspectiva estruturalista abstrata – que é a perspectiva saussuriana –, defendendo um enfoque da língua na interação verbal historicamente contextualizada (seja num contexto imediato, seja num contexto social mais amplo). Nesse sentido, a mudança linguística é historicamente motivada pelos diferentes contextos de uso da língua, que acabam conferindo diferentes sentidos à “mesma” palavra. Assim, na visão de Bakhtin, as palavras não são neutras nem imutáveis: é no contexto real de uso da língua que determinada forma possui valor para o falante, sendo, nesse caso, um signo variável e flexível (COELHO, 2012, p. 16).

Contrapondo a concepção estruturalista da linguagem de Saussure, Bakhtin não deixou de lado possíveis influências externas, como fatores históricos e ideológicos.

No interim dessa historicidade, há a constituição de um novo campo do saber: a Análise do Discurso. Essa linha, na área da Linguística, possibilita um fazer científico sem descartar um engajamento político e militante. Cabe ressaltar, como esclarece Orlandi (1998, p. 17), a linha denominada Escola Francesa da AD tem “o discurso como seu objeto próprio”.

Quando o filósofo francês Michel Pêcheux desponta com suas publicações sobre a AD em 1960, vários outros pesquisadores estavam em plena produção intelectual, tais como Althusser, Lacan e Foucault. Ao dialogar com esses pensadores, Pêcheux faz arranjos na teoria ao longo de seu desenvolvimento.

No que se refere à ruptura ao formalismo linguístico, a AD tem como proposta teórica o entendimento de que os sujeitos estão submersos em relações de poder e que seus enunciados não são neutros. Ao mesmo tempo, nessa linha dos estudos da linguagem, é possível questionar os sujeitos enquanto fonte de seus dizeres, bem como interrogá-los sobre os sentidos produzidos em seus enunciados. Os sujeitos, em perspectiva discursiva, são

tratados como uma fabricação/invenção histórica, permanecendo, portanto, ligados a seu tempo, dele participando e guardando valores e/ou traços culturais que poderão ser ressignificados ou transformados por outros discursos (FERNANDES JÚNIOR, 2016, p.10).

A AD, trabalhando com o Marxismo, aprofunda discussões em torno da teoria da ideologia. Trabalhando com a Linguística, discursivamente, expande os estudos sobre o sentido. Soma-se a isso a Psicanálise, que inclui nas ações teórica-analíticas as questões do sujeito e das práticas de subjetivação. Alguns aspectos são essenciais nesse processo, entre eles, destacam-se: 1) a língua é questionada como garantia do sentido; 2) o sujeito é questionado enquanto indivíduo que controla com total eficiência o sentido de seus enunciados; e 3) o contexto histórico é questionado como uma conjuntura que se apresenta uniformemente para os sujeitos de uma determinada sociedade. Sobre isso, Possenti (2004, p.361) diz que a AD

não tem uma teoria da língua, isto é, uma teoria gramatical da língua (...). Sua especialidade é o campo do sentido. A AD fala da língua somente na medida em que as concepções da linguística afetam o campo do sentido (...). Assim, não é verdade que a AD seja anti-linguística. Pelo contrário: não há AD sem linguística. Ela apenas coloca a língua em seu lugar, ou seja, reconhece sua especificidade, mas lhe limita o domínio.

Portanto, em AD a língua não é trabalhada somente em seus aspectos estruturais e internos, ela não concebe a língua como exterior ao sujeito; ao contrário, o próprio

sujeito é constituído na (e pela) linguagem. Os estudos discursivos não tomam a língua como expressão do pensamento porque, para aceitar essa concepção, seria necessário admitir que existe pensamento antes da linguagem, o que está na contramão da concepção discursiva. Em AD, o pensamento é constituído pelo discurso, pela exterioridade que constitui o sujeito e organiza o campo de possibilidade do que pode e deve ser dito.

Foucault, ainda que não tenha sido um analista do discurso propriamente dito, desenvolveu importantes noções teóricas sobre o discurso, auxiliando muitos estudiosos a se amparem em suas ideias, sobretudo no que diz respeito às condições históricas de possibilidade para a emergência de enunciados. Em suas próprias palavras “como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?” (FOUCAULT, 2008a, p. 34). Sua indagação é encaminhada no sentido de compreender as formas pelas quais os saberes e os poderes ligam-se a determinados discursos, a fim de produzir efeitos de verdade. Isso quer dizer que, para ele, analisar discursos é analisar “a lei de existência dos enunciados, o que os torna possíveis” (FOUCAULT, 2008a, p. 9).

Para Foucault (2008a, p. 60), o discurso não pode ser visto apenas como conteúdo representado por um sistema de signos, mas como “práticas que formam sistematicamente os objetos de que fala”. Em sua pesquisa arqueológica, ele explica acerca da existência de uma ordem instituída que possibilita a formulação, de tempos em tempos, de determinados discursos. A partir disso, é possível compreendermos as condições que os tornam possíveis, entender a regularidade que faz com que eles apareçam; enfim, perceber que são as relações de saber-poder que possibilitam o (des) aparecimento dos discursos.

1.1 Discurso e Enunciado

Sendo a AD um campo da Linguística especializado em analisar efeitos de sentido presentes em um enunciado, levando em consideração a relação da língua com a história, o enunciado materializa um discurso vinculado às condições de produção¹⁴. A análise em AD, portanto, explora a conjuntura sócio-discursiva em que os enunciados puderam ser elaborados, problematizando as relações entre a língua, a história e o sujeito.

¹⁴ Fernandes (2008, p. 15) define *condições de produção* como “aspectos históricos, sociais e ideológicos que envolvem o discurso, ou que possibilitam ou determinam a produção do discurso”.

Nesse entendimento, o termo discurso pode ser lido como uma estrutura e um acontecimento¹⁵, ao mesmo tempo. Isso quer dizer que os sentidos em AD são percebidos além da materialidade discursiva, o analista precisa “situar-se no interior de uma perspectiva linguística e, ao mesmo tempo, fora dela” (NAVARRO, 2008), levando em conta com isso as condições de possibilidade do discurso.

Sobre isso, Fernandes (2008, p. 9) diz:

Inicialmente, podemos afirmar que discurso, tomado como objeto da Análise do Discurso, não é a língua, nem texto, nem a fala, mas necessita de elementos linguísticos para ter uma existência material. Com isso, dizemos que discurso implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente linguística. Referimo-nos a aspectos sociais e ideológicos impregnados nas palavras quando elas são pronunciadas. Assim, observamos, em diferentes situações de nosso cotidiano, sujeitos em debate e/ou divergência, sujeitos em oposição acerca de um mesmo tema. As posições em contraste revelam lugares socioideológicos assumidos pelos sujeitos envolvidos, e a linguagem é a forma material de expressão desses lugares. Vemos, portanto, que o discurso não é a língua(gem) em si, mas precisa dela para ter existência material e/ou real.

Em AD, a linguagem não é mero código que se aprende e se aplica, de modo automático na comunicação. Ela é um mecanismo pelo qual os sujeitos se expressam, mas que considera o contexto social e histórico, no qual os elementos linguísticos funcionam como códigos de materialização de enunciados que revelam posições socioideológicas. Assim, os discursos ganham materialidades em enunciados produzidos e determinados pelas relações de poder a partir de condições históricas de possibilidade.

Essa condição de possibilidade do discurso, trata-se

de alguma coisa mais forte – que vem pela história, que não pede licença, que vem pela memória, pelas filiações de sentidos construídos em outros dizeres (...). As palavras não são só nossas. (...) O que é dito em outro lugar também significa nas ‘nossas’ palavras (ORLANDI, 2001, p. 32).

Não dominamos os sentidos dos enunciados; ao contrário, o que existe na verdade são efeitos de sentido. Ou seja, os sentidos são produzidos em decorrência da forma como os sujeitos são subjetivados e subjetivam-se em relação aos discursos aos quais estão expostos. Nota-se que a interpretação dos sentidos não está simplesmente na ordem da cognição, uma vez que esses sujeitos são sujeitados por relações de poder, motivados por domínios de diversas posições que podem ocupar.

¹⁵ Referência ao livro “*O Discurso: Estrutura ou Acontecimento*”, no qual Michel Pêcheux propõe o entendimento de que o discurso está num entremeio, abrangendo tanto questões linguísticas como históricas.

Por esse raciocínio, afirmamos que não existe um sentido *a priori*, o sentido é construído na interação entre os sujeitos. Portanto, o discurso não é domínio exclusivo de quem enuncia, leva-se em conta quem enuncia, mas em relação a: a posição-sujeito que ocupa, para quem enuncia, em que conjuntura sócio-histórica enuncia e a relação do que foi enunciado com outros enunciados. Tudo isso tem a ver com o que Foucault (2008a) chamou de *acontecimento*.

Essa ferramenta analítica aparece na *Arqueologia do Saber*, quando Foucault (2008a) investiga como o discurso se constitui, chegando à conclusão de que o *acontecimento discursivo* é uma condição de existência dos enunciados. Sobre essa ferramenta analítica, Foucault (2008a, p. 57) explica que:

Trata-se de um acontecimento estranho, por certo: inicialmente porque está ligado de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros, ou de qualquer forma de registro, em seguida, porque é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam e a consequências por elas provocadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem.

O acontecimento diz respeito a condições discursivas e não-discursivas necessárias para que os sujeitos possam enunciar alguma coisa em determinado momento. A emergência de um enunciado envolve questões discursivas, mas também contempla questões políticas, sociais, geográficas, culturais, econômicas, enfim, questões exteriores a própria língua que influenciam na construção dos sentidos.

Para a nossa tarefa arqueogenalógica, perceber as condições de possibilidade para que uma questão na prova do ENEM tratasse do bajubá é fundamental, uma vez que esse acontecimento discursivo só foi possível de manifestação porque no decorrer da história existiram outros acontecimentos discursivos que, gradualmente, abriram possibilidades para essa acontecimentalização¹⁶. É o que Foucault chama de escalonamento dos acontecimentos:

Não se trata de colocar tudo num certo plano, que seria o do acontecimento, mas de considerar que existe todo um escalonamento de tipos de acontecimentos diferentes que não têm o mesmo alcance, a mesma amplitude cronológica, nem a mesma capacidade de produzir efeitos. O problema é ao mesmo tempo distinguir os acontecimentos, diferenciar as redes e os níveis a que pertencem e reconstituir os fios que os ligam e que fazem com que se engendrem, uns a partir dos outros (FOUCAULT, 2004a, p. 6).

¹⁶ Jaquete (2016, p.10) diz que a *acontecimentalização* diz respeito a “uma maneira (arqueológica e genealógica) de tratar tanto a história quanto a nossa própria atualidade”.

Essa distribuição por níveis de acontecimentos, possibilitando um acontecimento maior, demonstra, dentro da análise genealógica, as relações de forças em funcionamento. É nesse sentido que a utilização do bajubá por Caetano em sua música, pelo canal *Põe na Roda* em seus vídeos, por Leona em seu clipe e pela *Netflix* em sua série, possibilitou um acontecimento de importância mais significativa, dentro das relações de forças, em que a heterocisnormatividade é uma parte indiscutivelmente mais forte. Uma questão sobre o bajubá na prova do ENEM demonstra que, “segundo a inteligibilidade das lutas, das estratégias, das táticas” (FOUCAULT, 2004a, p. 6), a resistência atingiu uma instância institucional. Assim, todos esses acontecimentos discursivos, envolvendo o bajubá, fazem parte de uma rede de memória.

Para uma compreensão discursiva de um contradiscurso em relação à heterocisnormatividade, devemos observar que:

A Análise do Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando (ORLANDI, 2001, p. 15).

O discurso, fundamento teórico elementar da AD, busca compreender a linguagem em seu funcionamento. É a ânsia de compreender como os sentidos são construídos e ressignificados a partir das condições históricas de possibilidades. É por isso que essa busca se fundamenta na relação da língua com sua exterioridade, o que leva ao entendimento de que o discurso é “um objeto, ao mesmo tempo, linguístico e histórico; entendê-lo requer a análise desses dois elementos simultaneamente” (GREGOLIN, 1995, p. 13).

O conceito de discurso, em nossa análise, fundamenta-se, principalmente, em Foucault (2009, p. 97), que o define como um “conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições da função enunciativa”¹⁷. Assim, o sentido é compreendido, dentro das práticas discursivas, como efeito de sentido, determinado pela articulação entre a história, a língua e a sociedade na

¹⁷ Entraremos na discussão sobre a função enunciativa adiante, neste momento basta que saibamos que diz respeito aos fatores que sustentam a existência de um enunciado.

qual se inscreve o sujeito que o enunciou. Em outras palavras, o discurso é o lugar onde se pode capturar a relação entre a língua e as relações de poder.

Partindo de outra elucidação de Foucault (2008a, p. 132), a de que o discurso seria “um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva”, precisamos compreender essas outras duas noções teóricas tão essenciais à AD: a formação discursiva (FD) e o enunciado.

Na *Arqueologia do Saber*, Foucault (2008a) levanta quatro hipóteses para tentar explicar as formações discursivas. A primeira é a de que a FD seria um conjunto de enunciados que se referem ao mesmo objeto, mas constatou-se que um objeto sobre o qual se produz enunciado em determinado período da história não é o mesmo em outro período e, que até mesmo dentro de um mesmo momento histórico, sujeitos podem conceber esse objeto de forma distinta. Como segunda hipótese, ele pensa sobre essa formação pela forma e tipo de encadeamento, isto é, um “estilo”. Mas, o filósofo também refuta essa hipótese, pois percebe que ocorrem deslocamentos nas formas de enunciar.

Em nova tentativa, Foucault levanta a hipótese de que a formação poderia ocorrer por grupos de enunciados a partir de sistemas de conceitos permanentes. Contudo, chegou-se à conclusão de que não existe uma coerência e que, portanto, o que há é uma falsa unidade de conceitos. Por último, ele cogita a FD como encadeamentos por um eixo de temas. Logo percebe que uma mesma temática poderia ser tratada por “campos de objetos perfeitamente diferentes” (FOUCAULT, 2008a, p. 41).

Nas análises das hipóteses, o autor percebe a existência dos processos de descontinuidade e da dispersão enunciativa, constatando que a FD deve priorizar o vínculo entre enunciados com aspectos correlatos e a forma como os agrupamentos se relacionam dentro de determinado discurso.

Assim, ele chega à conclusão de que:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (...) (FOUCAULT, 2008a, p. 43).

A FD pode ser compreendida, portanto, como aquilo que, considerando o agrupamento de enunciados, numa determinada relação de saber-poder, determina o que pode e o que deve ser dito. Dizendo de outra forma, é uma regularidade dentro de um

sistema de dispersão, uma regularidade entre enunciados que podem pertencer a campos diferentes, mas que demonstram regras semelhantes de funcionamento.

Nessa busca por regularidades dentro da dispersão, a descrição das possibilidades de emergência é fundamental, pois, é no contexto de emergência que conseguimos visualizar as regras de formação dos enunciados.

Sobre o conceito de FD, Fernandes (2008, p. 42) diz que:

Refere-se ao que se pode dizer somente em determinada época e espaço social, ao que tem lugar e realização a partir de condições de produção específicas, historicamente definidas; trata-se da possibilidade de explicar como cada enunciado tem o seu lugar e sua regra de aparição, e como as estratégias que o engendram derivam de um mesmo jogo de relações, como um dizer tem espaço em um lugar e em uma época específica.

A FD, constitui-se de um conjunto de enunciados que têm em comum regularidades em relação ao objeto, de forma que os tipos de enunciação só podem aparecer em determinada época e lugar porque estão dentro de uma margem do que é aceitável. Constitui-se, então, de um conjunto de enunciados que fazem parte de um arquivo o qual delimita a lei e o que pode ser dito.

Em consonância com essa noção teórica-metodológica, destacamos que, no que se refere às questões de gênero e sexualidade, há duas grandes possibilidades de FD: inclusiva ou excludente. Ou seja, existem discursos que buscam sujeitar sujeitos LGBTs a heterocisnormatividade e existem discursos que os querem em pé de igualdade no que tange aos direitos humanos e sociais. No *corpus* de nossa pesquisa, por exemplo, há enunciados questionando de alguma forma o padrão de identidade, seja por meio da utilização de uma linguagem não típica do homem cis e heterossexual, seja por meio de expressões de gênero (o que também não deixa de ser linguagem) questionadoras da norma de conduta vigente.

Em relação ao enunciado, Foucault (2008a, p. 90) expõe a utilização do termo para tratar de acontecimentos, tendo em vista que o enunciado é uma espécie de átomo do discurso, possível de ser separado, “como um grão que aparece na superfície de um tecido de que é o elemento constituinte”. Entretanto, na tentativa de delimitar de forma mais rigorosa essa ferramenta teórica, ele se questiona: “se o enunciado é a unidade elementar do discurso, em que consiste?”. Na empreitada de responder, o filósofo faz algo muito característico dos traços filosóficos de sua função-autor, que é a de conceituar as noções teóricas dizendo aquilo que não o é. Então, com exemplos, demonstra que o

enunciado não é uma proposição, não é uma frase e nem é um ato de fala. No entanto, explica que o enunciado

em seu modo de ser singular (nem inteiramente linguístico, nem exclusivamente material), ele é indispensável para que se possa dizer se há ou não frase, proposição, ato de linguagem (...) o enunciado, portanto, não existe do mesmo modo que a língua (...) (FOUCAULT, 2008a, p. 97).

Sobre isso, Franceschini (2012, p. 32) comenta que:

O enunciado foge à conceituação gramatical do que poderia compará-lo à frase ou ao ato de fala, porquanto está no plano discursivo, não se reduzindo a uma estrutura linguística nem correspondendo à intencionalidade do falante que o enuncia. É preciso compreender as condições de produção e de controle do enunciado no campo em que este se realiza.

É nesse sentido que chamamos a atenção para o fato de que em AD trabalhamos com discursos efetivamente produzidos, com objetos discursivos materializados, não com possibilidades abstratas. Em nossas análises, a materialização dos discursos é observada nos enunciados dos elementos do *corpus* da pesquisa, seja por Caetano Veloso, pelo canal *Põe na Roda*, pela cantora Leona Vingativa ou pela *Netflix*.

Uma vez que é na prática discursiva que o discurso adquire vida e pode ser analisado, seguimos os passos foucaultianos e trabalhamos com a noção de “função enunciativa”. Para Foucault (2008a, p. 98), o enunciado é uma “função de existência”, pertencente aos signos e que possibilita, por sua análise, perceber se eles “fazem sentido”. Essa função se caracteriza pela exposição de elementos que possibilitam a reflexão sobre o aparecimento do enunciado e não outro em seu lugar. Esses elementos são: um referencial, uma materialidade, um campo associativo e um sujeito.

Sobre o referencial, Foucault (2008a, p. 103) diz:

O referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado; define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade.

O referencial diz respeito às condições de possibilidades do enunciado. É uma correlação estabelecida que mostra um tema como regularidade dentro de uma dispersão, é o “que se refere o enunciado” (FOUCAULT, 2008a, p. 108).

Segundo Foucault (2008a, p. 108), “é preciso saber a que se refere o enunciado, qual é seu espaço de correlações para poder dizer se uma proposição tem ou não um referente”. Nesse sentido, um enunciado sempre se relaciona a alguma coisa que Foucault chama de correlato do enunciado. É esse espaço de correlações que vai proporcionar toda

uma contextualização histórico-social. Siqueira (2016, p. 1) diz que “este correlato não é somente aquilo que se fala – as palavras no ato de se falar -, mas também o que é dito, o tema”. Em nossa pesquisa o referencial relaciona-se às condições de possibilidade do bajubá, o bajubá enquanto elemento discursivo. Suas condições de possibilidade serão apresentadas no segundo capítulo.

Ao acionarmos a função enunciativa como instrumento de análise, destacamos também que todo enunciado necessita de um suporte material, garantindo “um suporte, um lugar e uma data.” (FOUCAULT, 2008a, p. 114). Ou seja, ao ser materializado em condições históricas específicas, o enunciado é um acontecimento que não se repete, ainda que sua materialidade seja passível de repetição, o efeito de sentido jamais será o mesmo. No caso específico do objeto de nossa pesquisa, o suporte material é uma prova, representante do maior vestibular do Brasil. E há, também, um suporte institucional, já que a elaboração da prova é de responsabilidade a uma instituição específica do Estado.

O exame tem a finalidade de avaliar os estudantes do Ensino Médio no Brasil. Com as notas individuais, os sujeitos avaliados podem concorrer a vagas em universidades públicas brasileiras pelo SiSU¹⁸, e inscrever-se no ProUni¹⁹, no FIES²⁰ e no Ciência sem Fronteiras²¹. Na versão de 2018, o ENEM foi aplicado em todos os Estados brasileiros e no Distrito Federal, dividindo-se em duas etapas:

- 1ª - no domingo, dia 04/11/2018, foram aplicadas as avaliações de Língua Portuguesa, Literatura, Língua Estrangeira, Artes, Educação Física, História, Geografia, Filosofia e Sociologia.
- 2ª - no domingo, dia 11/11/2018, foram aplicadas as avaliações de Química, Física, Biologia e Matemática.

A questão específica sobre o bajubá estava na prova aplicada no primeiro domingo. No último capítulo, apresentaremos a questão, descrevendo-a e analisando-a discursivamente. Por ora, é importante que saibamos que a pergunta se baseava em um

¹⁸ Sistema de Seleção Unificada, tem o objetivo de democratizar e facilitar o acesso às vagas em instituições de ensino superior públicas.

¹⁹ Programa Universidade para todos, tem o objetivo conceder bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior.

²⁰ Fundo de Financiamento Estudantil, tem o objetivo financiar a de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitos.

²¹ Programa que objetiva incentivar a formação acadêmica no exterior, oferecendo bolsas de iniciação científica e incentivando projetos científicos em universidades em outros países.

texto²² e cobrava dos examinados conhecimentos sobre *dialeto*, noção estudada na vertente da variação linguística, nos estudos da Língua Portuguesa.

A partir da questão, ocorreu um colapso discursivo sobre o tema, possibilitando diversos enunciados acerca do que deve e o que não deve ser utilizado como tema de verificação de conhecimento. Esse acontecimento dá pistas sobre um olhar conservador revivenciado na atualidade, uma vez que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) pressupõe que as formas de avaliação deverão possibilitar que os educandos demonstrem no final do ensino médio “conhecimento das formas contemporâneas de linguagem” (BRASIL, 2018, p. 25).

Ainda nesse mesmo sentido, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), atual documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que os estudantes devem desenvolver ao longo da Educação Básica, destaca, como uma das competências gerais da educação básica, a valorização da “diversidade de saberes e vivências culturais” (BRASIL, 2017, p. 9). O mesmo documento prevê que os estudantes devem ser submetidos a atividades que os façam compreender que a sociedade é formada por sujeitos que pertencem a grupos distintos, “que possuem cultura e história próprias, igualmente valiosas, e que em conjunto constroem, na nação brasileira, sua história” (BRASIL, 2017, p. 467).

No que diz respeito às competências e habilidades da área de Linguagens e suas Tecnologias, a BNCC (BRASIL, 2017) recomenda que sejam oferecidas oportunidades de aprendizagens pelas quais os estudantes possam ser estimulados a compreender e acolher as diferenças e a pluralidade de formas de existência, sendo que esses processos “podem emergir de temas norteadores, interesses e inquietações, e ter, como referência, manifestações populares, tradicionais, modernas, urbanas e contemporâneas” (BRASIL, 2017, p. 482).

Dentre as normativas curriculares, existem, também, as orientações sobre os *temas transversais*, isto é, temas que abordam valores relacionados à construção da cidadania, tais como ética, meio ambiente, orientação sexual, trabalho e consumo e pluralidade cultural, e/ou outros temas, considerados pela comunidade escolar como de relevância social para a sua comunidade. Numa versão atual, publicada com o título de *Temas Contemporâneos Transversais na BNCC: Contexto Histórico e Pressupostos Pedagógicos*, há um “detalhamento para esclarecer como esses temas podem ser inseridos

²² *Acuenda o Pajubá*: conheça o “*dialeto secreto*” utilizado por gays e travestis.

no contexto da Educação Básica de forma a contribuir com a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e ética” (MEC, 2019, p. 4).

Segundo esse documento, a inclusão do termo “contemporâneo” para complementar o “transversal” evidencia o caráter de atualidade desses temas e sua relevância para a Educação Básica, integrando o currículo “na condição de não serem exclusivos de uma área do conhecimento, mas de serem abordados por todas elas de forma integrada e complementar” (MEC, 2019, p. 12).

Assim, uma primeira mudança diz respeito à nomenclatura, em que os Temas Transversais passaram a ser chamados também de Contemporâneos. Uma segunda mudança, diz respeito à ampliação dos temas,

enquanto os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) abordavam seis Temáticas, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aponta seis macroáreas temáticas (Cidadania e Civismo, Ciência e Tecnologia, Economia, Meio Ambiente, Multiculturalismo e Saúde) englobando 15 Temas Contemporâneos (MEC, 2019, p. 12).

Os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) citados na BNCC são Ciência e Tecnologia, Direitos da Criança e do Adolescente; Diversidade Cultural, Educação Alimentar e Nutricional; Educação Ambiental; Educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais Brasileiras; Educação em Direitos Humanos; Educação Financeira; Educação Fiscal; Educação para o Consumo; Educação para o Trânsito; Processo de envelhecimento, respeito e valorização do Idoso; Saúde; Trabalho e Vida Familiar e Social.

Segundo o MEC (2019, p. 12), a “incorporação de novos temas visa atender às novas demandas sociais e, garantir que o espaço escolar seja um espaço cidadão”. Para tanto, há que se considerar o princípio da equidade, isto é, que existem diferenças (étnicas, culturais, regionais, de gênero, etárias, religiosas, etc.) e desigualdades (socioeconômicas) que necessitam ser levadas em conta para que a igualdade seja efetivamente alcançada.

No quarto capítulo retornaremos à questão que aparece na prova para discuti-la, de modo a mostrar os discursos em disputa.

Voltando aos elementos da função enunciativa, devemos destacar também o campo associado. Fernandes Júnior (2016, p. 11) ensina que a “análise enunciativa se caracteriza por aquilo que foi efetivamente produzido, cuja conexão com outros enunciados (já-ditos) cria um campo associado”. Isso quer dizer que todo enunciado se liga a uma série de outros enunciados que o precede e aos quais se refere. “Ele é

constituído, de início, pela série das outras formulações, no interior das quais o enunciado se inscreve” (FOUCAULT, 2008a, p.111). É constituído, também, por futuros enunciados que podem surgir com réplica a ele ou nele se sustentando. O campo associado do objeto de nossa pesquisa são os enunciados já citados como parte do arquivo: apresentação de Caetano cantando *Odara*, sujeitos heterocisnormativos adivinhando expressões em *bajubá*, *performance* de Leona Vingativa em seu videoclipe e a série *Super Drags*.

Outra característica da função enunciativa é a indispensabilidade de um sujeito enunciador. Ou seja, para que um enunciado seja efetivamente produzido, é preciso que haja um sujeito constituído sócio-historicamente, contudo esse sujeito não é o indivíduo consciente e detentor dos sentidos do que diz, como colocado na Linguística tradicional. Ele tem a ilusão de ser a origem do discurso, mas é constituído por uma exterioridade, que faz com que seu enunciado exponha uma multiplicidade de outros enunciados. Nesse sentido, todo enunciado nasce de um trabalho sobre outros enunciados, enunciados esses compreendidos em um domínio de memória, e o sujeito enunciador é um sujeito plural, atravessado por várias vozes. Ao enunciar, o sujeito revela sua inscrição dentro das relações de saber-poder nas quais está inserido. Fonseca-Silva (2007, p. 43), na esteira do pensamento foucaultiano, esclarece que o sujeito da função enunciativa não é:

um sujeito transcendental ou antropológico, idêntico ao indivíduo-autor da formulação, que vive no tempo sem esquecimento e sem rupturas. O sujeito do enunciado de que trata Foucault é uma posição com uma função determinada e vazia que pode ser ocupada por diferentes indivíduos, sob certas condições.

Na análise arqueogenealógica, entendemos que os enunciados são produzidos por sujeitos dentro de uma posição, sujeitos que ocupam um lugar vazio. Para ocupar esse lugar, os sujeitos devem preencher certas condições, como: ser “capacitado” como técnico no assunto, exercer cargo institucional, ter prestígio intelectual, estar em notoriedade social em função de talento artístico ou retórico, etc. Essas condições dizem quem aceitavelmente pode ocupar a posição vazia.

Uma abordagem relacionada a essa discussão ocorre na *Arqueologia do Saber*, quando Foucault (2008a) trabalha a formação das modalidades enunciativas. A questão colocada pelo filósofo é como encontrar a “lei” das enunciações e o “lugar de onde vêm” (FOUCAULT, 2008a, p.58). Para se descobrir isso, o teórico diz que é preciso determinar os seguintes pontos: quem fala? qual o lugar institucional de onde vem o discurso (de onde fala)? qual é a posição do sujeito perante o discurso? Isso significa dizer que um enunciado só é possível de ser concebido a partir da formulação feita por um sujeito,

entretanto não é esse sujeito quem determina o sentido do discurso. Essa determinação está vinculada a um feixe de relações associadas ao lugar social que o sujeito discursivo ocupa e à subjetividade desse sujeito perante o objeto do discurso. No caso da prova do ENEM, por exemplo, existe uma ordem discursiva pautada na heterocisnormatividade, questionada dentro do próprio sistema de ensino em seus documentos norteadores, permitindo que sujeitos ocupando determinadas posições (chefe de departamento, professor colaborador, professor revisor, etc.), posicionem-se em relação ao discurso.

É por isso que trabalhamos com *posições-sujeito*, isto é, o sujeito pode desempenhar diferentes práticas dependendo da posição em que se encontrar. Assim, “descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse (ou quis dizer, ou disse sem querer)” (FOUCAULT, 2008a, p. 108), mas em determinar qual é a posição que qualquer indivíduo pode ocupar para ser sujeito.

O sujeito enunciativo da questão na prova do ENEM é um sujeito-institucional, associado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Este é um sujeito múltiplo, constituído por presidência e diretorias e técnicos colaboradores. De forma geral, esse instituto tem por objetivo promover estudos, pesquisas e avaliações periódicas sobre o sistema educacional brasileiro, a fim de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional. O INEP, portanto, realiza levantamentos estatísticos e avaliações em todos os níveis e modalidades de ensino, estando sob sua responsabilidade, dentre outras: Saeb²³, Enceja²⁴, Enade²⁵ e Provinha Brasil²⁶.

Como um lugar vazio, a posição-sujeito, ocupada pelos técnicos colaboradores, é apropriada por sujeitos que possuem conhecimento e formação nas áreas de

²³ Sistema de Avaliação da Educação Básica, uma avaliação censitária que, até 2018, chamava-se Prova Brasil. Realizada a cada dois anos, tem o objetivo de avaliar a qualidade da Educação Básica do Brasil a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos.

²⁴ Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos, prova que tem como objetivo avaliar o conhecimento das pessoas que voltaram a estudar porque não conseguiram concluir o Ensino Fundamental ou Médio na idade adequada. Além disso, o Enceja possibilita a certificação para o Ensino Fundamental e Ensino Médio.

²⁵ Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, prova escrita, aplicada anualmente, usada para avaliação dos cursos de ensino superior brasileiros.

²⁶ Avaliação diagnóstica aplicada em crianças matriculadas no 2º ano do ensino fundamental das escolas públicas brasileiras. Tem por objetivo funcionar como instrumento pedagógico, fornecendo informações aos professores e gestores sobre o nível de alfabetização e de matemática que os alunos se encontram.

conhecimentos examinadas na prova. De acordo com o site do INEP²⁷, essa posição é ocupada por professores de universidades públicas e privadas de todo o país, por meio de um edital de chamada pública para elaboradores e revisores das questões.

É importante salientar que esses profissionais, ocupando a posição-sujeito de técnicos colaboradores, seguem a “Matriz de Referência do ENEM”, documento que estabelece as competências exigidas para cada área de conhecimento. Por outro lado, esses mesmos sujeitos, como não poderia deixar de ser, trazem suas subjetividades ao elaborar as questões, o que, de alguma forma, possibilita a visualização de suas filiações dentro das relações de saber-poder, ou seja, se estão de acordo com a heterocisnormatividade ou não.

Depois de elaboradas, as questões passam por análises de sujeitos revisores, que validam, ou não, o item. Posteriormente a isso, uma equipe tecno-pedagógica, seleciona as questões que poderão ser utilizadas na prova, deixando-as no Banco Nacional de Itens (BNI), uma sala segura no prédio do INEP, em Brasília.

O ENEM é uma realização de grande importância para a sociedade brasileira. Além de avaliar a educação básica, norteando a elaboração de políticas estruturais de melhoria do ensino público, serve como ferramenta de democratização de acesso ao ensino, já que possibilita aos alunos em situação de vulnerabilidade social mais chance de cursar o ensino superior.

Para os estudantes que realizam o ENEM, existe a possibilidade de concorrer a vagas no ensino superior sem pagar taxas de inscrição e sem precisar viajar para prestar vestibular em outro Estado. Há, também, vagas destinadas a sujeitos pretos, pardos e indígenas autodeclarados, além de sujeitos com deficiência, que cursaram o Ensino Médio integralmente em escola pública, e que possuem renda familiar bruta de até um salário mínimo e meio por pessoa.²⁸ Além disso, por meio do exame, estudantes, que queiram ingressar no ensino superior privado, podem concorrer a bolsas de estudo ou ao financiamento estudantil.

Inteirados da questão da prova sobre o bajubá como um enunciado, a partir da descrição da função enunciativa, podemos nos questionar: por que isso é considerado um acontecimento discursivo? Respondemos que, por ser incomum na elaboração de

²⁷ Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/enem>>. Acesso em: 30/10/2019.

²⁸ Conforme Lei de Cotas, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em: 16/12/2019.

avaliações em larga escala, o questionamento da língua portuguesa enquanto única e homogênea e da primazia do sujeito heterocissexual como único importante a ter sua cultura estudada. Ao trazer o bajubá em uma questão do ENEM há uma provocação reflexiva sobre as variantes da Língua Portuguesa e da inclusão de práticas discursivas de sujeitos desviantes da norma identitária de sexo/gênero.

É possível, ao analisar provas mais recentes, um desvio da cobrança “conteudista”, na qual as questões pautavam-se única e exclusivamente nas regras gramaticais. Há uma nova tendência em privilegiar a competência leitora e domínio dos mecanismos de produção de sentido. Contudo, o ENEM de 2018 vai além: elabora uma questão sobre um código linguístico não canônico do Português Brasileiro, considerando a relevância desse para os seus usuários.

Ao elaborar-se uma questão que foge de uma certa normalidade, trabalhando a língua como documento-monumento, conseguimos visualizar uma ruptura dentro de um outro discurso que diz que só tem valor em nossa sociedade uma linguagem padronizada, herdada e representativa do homem branco, hétero, cisnormativo e europeu.

Assim, para tentarmos responder à pergunta “por que esse enunciado e não outro em seu lugar?” (FOUCAULT, 2008a, p. 30), partiremos de uma série de enunciados, proferidos anteriormente à prova, que se relacionam a dois grandes discursos antagônicos e complementares que circulam nos documentos formativos do sistema educacional e na mídia como um todo: a heterocisnormatividade e a inclusão da diversidade sexual e de gênero.

Sobre a noção de heterocisnormatividade, podemos entendê-la como:

essa relação absoluta, linear e direta entre sexo, gênero e orientação sexual, que a sociedade estabelece e “naturaliza”. Não passa, porém, de um recurso discursivo, do domínio da linguagem, transformado em dispositivo totalitário e hegemônico, fruto da aplicação compulsória das normas de conduta de gênero. (LANZ, 2015, p. 44)

Vemos, portanto, que a heterocisnormatividade é algo compulsório, normatizado e normalizado por discursos que naturalizam duas formas únicas e fixas de expressão de gênero e de papéis sexuais: homem cisgênero, macho que só sente atração e se relaciona afetiva e sexualmente com **mulheres cisgêneras**. Mulher cisgênera, fêmea que só sente atração e se relaciona afetiva e sexualmente com **homem cisgênero**.²⁹

²⁹ Chamamos a atenção para o fato de que dentro dessa visão limitada de existências o “homem” tem o direito de ser poligâmico, embora seja natural dissimular essa prática.

Aprofundaremos a discussão e análise mais adiante. Por enquanto, chamamos a atenção para o fato de que nunca antes na história as discussões sobre a diversidade de sexo e gêneros estiveram tão em voga. No campo da política institucionalizada, nos movimentos sociais, na igreja, nas artes, na música, nas mídias e nas ciências, a discussão é vigorosamente acirrada e deixam transparecer sujeitos divididos entre duas formações discursivas: inclusivas ou excludentes.

1.2 História e Memória

Em AD, a história tem grande importância para a constituição dos discursos. Orlandi (1998, p. 1) destaca que “o sentido é uma relação determinada do sujeito com a história”. No entanto, é necessário que compreendamos em que concepção de história a AD se sustenta. Com base nas orientações de Navarro (2008) de que essa compreensão pode ser efetuada a partir de *As palavras e as coisas* e *A arqueologia do Saber*, partimos para o entendimento de história que nos serve como ferramenta de análise. É na *A arqueologia do Saber* que Foucault confronta a sua concepção de história (história geral) com a história tradicional. Lá há a seguinte distinção:

Digamos, para resumir, que a história, em sua forma tradicional, se dispunha a “memorizar” os monumentos do passado, transformá-los em documentos e fazer falarem estes rastros que, por si mesmos, raramente são verbais, ou que dizem em silêncio coisa diversa do que dizem; em nossos dias, a história é o que transforma os documentos em monumentos e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos. (FOUCAULT, 2008a, p. 8)

A história tradicional, segundo Foucault (2008a), era pautada na busca de uma origem, almejando a reconstituição do “rosto” de uma época, baseando-se na evolução, que aconteceria de forma contínua e harmoniosa. Em contrapartida, ele propõe uma história nova, feita de rupturas e discontinuidades.

Para Foucault (2008a), o trabalho histórico deve ser arqueológico, isto é, buscando a emergência dos discursos, analisando a pluralidade de acontecimentos em um regime de dispersão. Isso quer dizer que a história nova abandona o trabalho histórico baseado na busca da origem e passa a fazer uma investigação histórica observando como se configura a regularidade de determinada prática discursiva.

O “discurso” no trabalho arqueológico é abandonado enquanto “documento”, para ser tratado como “monumento”. Assim, o conceito de monumento refere-se a essa postura

arqueológica em relação aos discursos. Segundo Foucault (2004a, p. 171), trata-se de “ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia depurá-los (...) em nome de um conhecimento verdadeiro”.

Ao adotar a história nova como ferramenta analítica, devemos fazer funcionar o conceito de acontecimento discursivo, trabalhando o discurso em suas condições de possibilidade, de emergência e de existência em uma dada condição sócio-histórica. O documento é transformado em monumento; isto é, passível de questionado e ressignificado, uma vez que “um mesmo fato histórico pode ser contado de diferentes pontos de vista, porque o autor do texto histórico (...) é apenas e sempre, efeito construído pelo discurso” (GREGOLIN, 2007, p. 166).

Podemos exemplificar tomando como modelo a primeira versão do *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtorno Mentais* (DSM), elaborado e publicado pela Associação Americana de Psiquiatria (APA) em 1952, no qual emerge uma vontade de verdade classificando as homossexualidades e as transgeneridades como distúrbio mental; portanto, passível de tratamento.

Nessa primeira versão, na seção de transtornos de personalidade, aparece a classificação “desvio sexual”:

The term includes most of the cases formerly classed as "psychopathic personality with pathologic sexuality." The diagnosis will specify the type of the pathologic behavior, such as homosexuality, transvestism, pedophilia, fetishism and sexual sadism (including rape, sexual assault, mutilation) (APA, 1952, p. 39).³⁰

O DSM (APA, 1952, p.28) especifica que os sujeitos classificados nessa categoria estão doentes e que as reações sociopatas são muitas vezes sintomáticas de “transtorno de personalidade subjacente grave, neurose ou psicose”.

Pensando a história em viés foucaultiano, esse documento é transformado em monumento e com isso é possível deciframos os rastros deixados pelos sujeitos do período em que ele foi elaborado, além de conseguirmos visualizar todo um conjunto de condições de possibilidade para a constituição do discurso psiquiátrico da época.

³⁰ Tradução livre: *O termo inclui a maioria dos casos anteriormente classificados como "personalidades psicopatas com sexualidade patológica". O diagnóstico especificará o tipo do comportamento patológico, como homossexualismo, travestismo, pedofilia, fetichismo e sadismo sexual (incluindo estupro, agressão sexual, mutilação).*

Em 1973, a homossexualidade, que, na ocasião era chamada de homossexualismo (o sufixo -ismo é muito usado para denominar doenças) deixou de ser considerada uma doença pela Associação Americana de Psiquiatria e foi excluída do DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais). A OMS (Organização Mundial da Saúde) demorou, mas seguiu pelo mesmo caminho em 1990 (ANDRADE, 2017, p. 1).

Após anos de lutas dos movimentos sociais e de debates em torno do tema, esse manual, visto como monumento, foi relido a partir de outras condições de possibilidade, fazendo circular um novo discurso. Segundo Mendes (2007, p. 252), a partir daí, a homossexualidade “deixou de ser considerada uma patologia, assim como não está incluída como comportamento patológico na quarta edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV)”.

Contudo, conforme Navarro (2008, p. 60), a forma de fazer história de Foucault

possui outro modo de analisar o tempo, que não se restringe apenas ao critério cronológico, e isso se deve ao fato de a temporalidade não ser única para todos os homens, o que nos leva a pensar na heterogeneidade de tempo num mesmo momento histórico.

Nesse sentido, não é surpresa a decisão em 2017 do juiz Waldemar Cláudio de Carvalho, permitindo psicólogos a fazer terapias de “reversão sexual” em homossexuais. O magistrado decidiu acatar parcialmente o pleito contido numa ação popular, movida pela psicóloga e missionária evangélica Rozangela Alves Justino e outros psicólogos, contra o Conselho Federal de Psicologia (CFP), objetivando sustar os efeitos da Resolução n. 001, de 22 de março de 1999, que determina:

Art. 3º - os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados. Parágrafo único - Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades.³¹

Em sua sentença, o juiz federal rejeitou o pedido de suspender a resolução do CFP, mas deferiu a solicitação de permitir atendimentos psicoterapêuticos, ao que ele chamou de pertinentes aos “transtornos psicológicos e comportamentais associados à orientação sexual”.³²

A repercussão foi grande, várias celebridades e cidadãos utilizaram as redes sociais para protestar contra a liminar. Anitta postou um vídeo dizendo que ficou

³¹ Disponível em: < https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf>. Acesso em: 03/01/2020.

³² Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/dl/sentenca-cura-gay.pdf>>. Acesso em: 03/01/2020.

devastada e que a decisão era burrice³³. Pablo Vittar publicou: “não somos doentes”³⁴. A cantora internacional Demi Lovato escreveu: “amor não é doença, é cura”³⁵. O *google* também se manifestou, escrevendo: “trate seu preconceito”³⁶. O professor da UnB e coordenador do Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades (Demodê), Luiz Felipe Miguel, escreveu: “a permissão para que psicólogos prometam essa ‘cura’ é, em si mesma, um estímulo poderoso para a manutenção da estigmatização e, portanto, da violência contra a população homossexual”³⁷. O CFP entrou com recurso contra a decisão do juiz, alegando que terapias de reversão representam uma violação dos direitos humanos e não têm qualquer embasamento científico³⁸.

O médico Drauzio Varella também se manifestou, enunciando que quem assume o papel de “guardiões da família e da palavra de Deus para negar às mulheres e homens homossexuais os direitos mais elementares, não são apenas sádicos, preconceituosos e ditatoriais, são ignorantes”³⁹.

Comparado ao juiz da liminar e à psicóloga que moveu a ação, Drauzio Varella, Anitta, Pablo Vittar, Demi Lovato e o professor Luiz Felipe Miguel, inscrevem-se em uma posição-sujeito possível de exemplificar como há uma diferença temporal entre os sujeitos dentro do mesmo momento histórico, comprovando que sujeitos “inscritos num mesmo momento

³³Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BZM8GkHFhco/?utm_source=ig_embed&utm_campaign=embed_video_watch_again>. Acesso em: 17/12/2019.

³⁴Disponível em: <https://twitter.com/pablovittar/status/909943507040788480?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etwetembed%7Ctwterm%5E909943507040788480&ref_url=https%3A%2F%2Fnoticias.bol.uol.com.br%2Fultimas-noticias%2Fentretenimento%2F2017%2F09%2F18%2Fpreta-gil-paulo-gustavo-e-fernanda-gentil-ironizam-cura-gay-no-instagram.htm>. Acesso em: 17/12/2019.

³⁵ Disponível em: <<https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/demi-lovato-de-manifesta-contra-cura-gay-espero-ver-essa-decisao-errada-consertada.ghtml>>. Acesso em: 17/12/2019.

³⁶Disponível em: <<https://www.facebook.com/GoogleBrasil/photos/a.1445965122374092/1747992262171375/?type=3&theater>>. Acesso em: 17/12/2019.

³⁷ Disponível em: <<https://www.facebook.com/luisfelipemiguel.unb/posts/10210249028163033>>. Acesso em: 17/12/2019.

³⁸ Disponível em: <<https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/cura-gay-conselho-de-psicologia-recorre-da-decisao-que-liberou-tratamento-da-homossexualidade.ghtml>>. Acesso em: 17/12/2019.

³⁹ Enunciado retirado de vídeo postado em <https://www.huffpostbrasil.com/2017/09/19/o-que-e-a-homossexualidade-e-por-que-ela-nao-e-uma-doenca-segundo-drauzio-varella_a_23215578/>. Acesso em: 07/05/2019.

histórico podem viver diferentes temporalidades, conforme a relação que eles mantêm com os saberes instituídos e legitimados numa sociedade” (NAVARRO, 2008, p. 60).

Em uma postura progressista, em janeiro de 2020, a ministra do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, cassa a decisão do juiz Waldemar Cláudio de Carvalho, mantendo a resolução CFP sem ressalvas. Esse fato, entretanto, não cessa o debate nas diversas instituições sociais.

Em *As palavras e as coisas*, Foucault afirma que “o homem é uma invenção cuja recente data a arqueologia de nosso pensamento mostra facilmente” (FOUCAULT, 2007, p.536), levando-nos a constatar que a percepção do filósofo em sua concepção de história e de subjetividade não é baseada em um sujeito visto como origem de tudo, ao contrário, parte do princípio de que o sujeito é construído discursivamente dentro de determinado momento histórico. Nessa obra, ele “parte em busca daquilo que constituiu o homem e daquilo que o tornou objeto: a prática discursiva das ciências humanas” (FRANCESCHINI, 2012, p. 19).

Para Foucault (2007), entre o final do século XVIII e início do século XIX, é quando começam as discussões sobre o conceito de homem e das questões de subjetividade atreladas a ele. Com o surgimento da Biologia, da Economia e da Linguística, o homem passa a ser considerado como um sujeito produzido socialmente pela linguagem, pelo saber biológico (enquanto espécie) e pela ciência econômica, como sujeito que produz, distribui e consome bens e serviços.

Dessa forma, o homem tem em si uma constituição histórica. Ele é fruto de uma *episteme*⁴⁰, das relações de saber-poder de determinada conjuntura social e histórica. Nas palavras de Possenti (2004, p. 368) “a AD rompe com a concepção de sujeito uno, livre, caracterizado pela consciência (isto é, sem inconsciente, sem ideologia) e tomado como origem”. O homem, na modernidade, torna-se sujeito, e torna-se sujeito porque é assujeitado pelas e nas relações de poder.

A partir do exposto, analisando o exemplo anterior do caso da disputa discursiva em torno da “reversão sexual”, podemos dizer que os sujeitos ocupam uma posição vazia e enunciam a partir de concepções dentro das relações de poder estabelecidas. Assim, a posição juiz, por exemplo, pode ser ocupada por alguns sujeitos que, de acordo com os

⁴⁰ De acordo com Foucault (2008a, p. 217) “por episteme entende-se, na verdade, o conjunto das relações que podem unir, em uma dada época, as práticas discursivas que dão lugar a figuras epistemológicas, a ciências, eventualmente a sistemas formalizados; o modo segundo o qual, em cada uma dessas formações discursivas, se situam e se realizam as passagens à epistemologização, à cientificidade, à formalização”.

processos constituintes de suas subjetividades, podem posicionar-se a favor de uma resolução jurídica que combate a heterocisnormatividade ou ser a favor dela.

Considerando que a contradição é um princípio constitutivo do discurso (FOUCAULT, 2008a), vemos duas possibilidades dentro da questão discutida: alguns sujeitos se inscrevem em uma posição-sujeito conservadora, quando enunciam a favor da patologização da homossexualidade, enquanto outros se encontram em uma posição-sujeito progressista e inclusiva, quando refutam a psiquiatrização da homossexualidade.

A partir do caso citado, observamos que os enunciados apresentados a título de exemplificação (do DSM I, do DSM IV, da psicóloga evangélica Rozangela Alves Justino, do juiz Waldemar Cláudio de Carvalho, do CFP, das cantoras Anitta, Pablo Vittar e Demi Lovato, do professor da UNB Luiz Felipe Miguel, do *Google* e do médico Drauzio Varella) estão relacionados entre si em um regime de dispersão, que os organiza por meio da regularidade do objeto em discussão: a patologização da homossexualidade e/ou da transgeneridade.

Navarro (2008) demonstra que, para uma análise de discursos fundamentada na história geral de Foucault, o analista precisa fazer dois gestos metodológicos:

- 1) Isolar a instância do acontecimento para relacioná-lo não à atividade fundadora de um autor, de uma obra, da tradição ou espírito de época, mas a outros enunciados; 2) Recortar uma série enunciativa para verificar as relações entre os elementos dessas séries e o modo como elas significam, constroem, produzem sentidos sobre o acontecimento. (NAVARRO, 2008, p. 63).

Portanto, vemos que, numa análise discursiva, partimos de enunciados dispersos sobre um dado acontecimento para encontrarmos as regularidades. A noção de acontecimento é, assim, indispensável ao analista, já que permite compreender a existência de uma ordem estabelecida, permitindo a alguns enunciados vir à tona e outros não.

Na *A Ordem do Discurso*, Foucault (2009, p. 59) aconselha: "É preciso aceitar introduzir a casualidade como categoria na produção dos acontecimentos". Desse modo, entendemos o acontecimento como algo possível de aparecer repentinamente numa conjuntura histórica.

Por ser uma noção cara a AD, recorreremos a pesquisadores mais experientes para a compreensão do que o filósofo entende por "acontecimento". Revel (2005, p. 14) define como a "irrupção de uma singularidade histórica". Possenti (2006, p. 93) diz que "em geral, considera-se que estamos diante de um acontecimento quando o que ocorre é algo de inesperado ou de espetacular". Vilela e Bárcena Orbe (2007, p. 17) consideram o

acontecimento como “aquilo que de modo imprevisto opera uma ruptura no aqui e agora e estabelece uma descontinuidade entre o passado e o futuro”. Destacamos que estamos na discussão de estratégias analíticas. Ao conceber o discurso como acontecimento, Foucault (2008, p. 30) indica “o projeto de uma descrição dos acontecimentos discursivos como horizonte para a busca das unidades que aí se formam”.

O acontecimento é a irrupção de uma nova regularidade discursiva. Diz respeito a condições discursivas e não-discursivas necessárias para que os sujeitos possam enunciar alguma coisa em determinado momento. Quer dizer, a emergência de um enunciado envolve questões discursivas, e também contempla questões políticas, sociais, geográficas, culturais, econômicas, enfim, questões exteriores a própria língua que influenciam na construção dos sentidos, como já expresso e em consonância com o pensamento foucaultiano.

Nesta pesquisa, o acontecimento discursivo em destaque é a questão a prova do ENEM que, em 2018, abordou o bajubá. Acionamos essa noção teórica, do campo da arqueologia, para mostrar que, no seguimento desta dissertação, tentaremos compreender a irrupção desse acontecimento discursivo, “investigando as condições (histórico-sociais) que possibilitaram o seu aparecimento” (GREGOLIN, 2007, p. 92-93). Segundo Franceschini (2012, p. 20):

Ao adotar o método arqueológico como instrumento de análise, o objetivo de Foucault é fazer funcionar o conceito de acontecimento discursivo, é trabalhar o discurso em suas condições de possibilidade, de emergência e de existência em uma dada condição sócio-histórica. Assim, ao fazermos uso da noção de acontecimento discursivo, precisamos também mobilizar o conceito de arquivo, aquilo que rege e determina as condições de enunciabilidade de um discurso.

Uma das primeiras lições que Foucault (2008a) nos dá é a de que o arquivo não é uma soma de textos que uma cultura conseguiu armazenar, mas como

a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa (FOUCAULT, 2008a, p.147).

Nesse sentido, o *arquivo* é um arranjo dos enunciados. É uma prescrição velada que faz com que os enunciados sigam regras específicas de acontecimento, formando um repertório do que pode ser enunciado em determinado lugar sócio-histórico. É o que flutua no domínio da memória discursiva, organizando as possibilidades enunciativas, entre a memória e o esquecimento, possibilitando a ilusão do sujeito ser a

origem do dizer, sem que este perceba a sua inscrição nas relações de saber-poder, as quais ditam aquilo que pode e deve ser dito. Em conformidade com o pensamento foucaultiano, Franceschini (2017, p. 46) comenta que o arquivo

refere-se ao funcionamento do discurso no âmbito daquilo que pode circular, que pode emergir enquanto acontecimento discursivo e que opera com o sistema de enunciabilidade. Seu modo de funcionamento é o que determina a atualidade do enunciado.

Assim, à luz deste conceito, procuramos observar e descrever o bajubá naquilo que diz respeito à constituição de uma técnica de resistência em relação às práticas discursivas heterocisnormativas. De modo a investigarmos o discurso de contraconduta, recortamos uma série enunciativa caracterizada por discursivos bajubeiros que circularam em momentos diferentes de nossa sociedade e que formam uma condição de possibilidade para o grande acontecimento de análise: o aparecimento de uma questão sobre o bajubá na prova do ENEM de 2018, constituindo o arquivo da pesquisa.

Fazem parte de nosso arquivo discursos bajubeiros em funcionamento em diversas circunstâncias, como numa apresentação em que Caetano Veloso *dá pinta* cantando “Odara”, ou quando Leona Vingativa *dá close* em seu videoclipe. Ainda fazem parte do arquivo, um vídeo no qual sujeitos cisheterossexuais tentam adivinhar expressões bajubeiras e a série de animação *Super Drags*. Esses enunciados, se partirmos de Foucault (2008a), refletem uma regularidade em um regime de dispersão.

Pensando no método arqueológico, é importante destacar duas noções que estão intimamente relacionadas com o arquivo: o conceito, já citado, de documento-monumento e o conceito de domínio de memória.

O documento do qual o arquivo trata não diz respeito à concepção de documento da história tradicional, em que o passado é analisado como se somente uma verdade explicasse os acontecimentos. A história geral, concebida por Foucault, faz o inverso, ao:

transformar os documentos em monumentos e restituir seu caráter de acontecimento, o que leva o pesquisador a interpretá-lo e reorganizá-lo novamente. Uma verdade já não existe, mas possibilidades de interpretação; efeitos de verdade cuja evidência precisa ser destruída, sacudida, interrogada (NAVARRO, 2008, p. 62).

Na análise da prova do ENEM como monumento, descreveremos as condições de possibilidade deste acontecimento, colocando à luz da observação os fatores discursivos e não-discursivos que contribuíram para o seu aparecimento.

Desse modo, destaca-se que a partir do movimento tropicalista, em 1960, começaram a circular discursos de emancipação sobre as questões de gênero e sexualidade. Vimos acontecer grandes acontecimentos discursivos: na década de 1970 é fundado o primeiro jornal de temática LGBT com grandes tiragens e circulação nacional, o *Lampião da Esquina*, os *Dzi Croquettes* começam a fazer espetáculos com *performances* questionadoras das normas de gênero, o grupo *Secos & Molhados* se tornou um fenômeno, com Ney Matogrosso usando figurino extravagante e dançando eroticamente afeminado. Na década de 1980, Luiz Mott funda o Grupo Gay da Bahia (GGB), voltado para os direitos dos LGBTs no Brasil, as bandas de rock Barão Vermelho e Legião Urbana fazem sucesso com vocalistas abertamente LGBTs e a Rede Globo transmite a telenovela *Vale Tudo*, na qual havia um casal lésbico.

Pensando a história descontinuamente, percebemos que esses acontecimentos são atravessados por outros, agindo antagonicamente a eles. Por exemplo, várias obras tropicalistas sofreram censura, ao ponto de exílio de alguns artistas como Caetano Veloso e Gilberto Gil. Num documentário⁴¹ de 2016, denominado *Lampião da Esquina*, fica claro que os editores sofriam bastante para conseguir distribuir o jornal, por causa do preconceito. Trevisan nesse documentário diz que “houve um momento em que um grupo paramilitar começou a soltar bomba em bancas e deixava panfletos dizendo: enquanto vocês venderem tais jornais, nós vamos atacar vocês”. O espetáculo dos *Croquettes* em determinado momento foi proibido, e os artistas só conseguiram alvará provisório porque entre eles haviam filhos de militares⁴². Ney Matogrosso recebia constantes recados desaprovando-o, em 1978, um advogado chegou a mandar uma carta ao Ministro da Justiça reclamando da *performance* do cantor em um programa de televisão⁴³. O GGB tinha e tem até hoje a principal tarefa contabilizar os assassinatos de sujeitos LGBTs por lgbtfobia no país. Cazusa e Renato Russo apresentavam orientações sexuais dissonante da grande maioria de seus pares. Na novela *Vale Tudo*, um dos personagens lésbico foi morto por pressão da censura⁴⁴.

⁴¹ Disponível em: < <https://www.nowonline.com.br/filme/lampiao-da-esquina/75271>>. Acesso em: 09/04/2020.

⁴² Disponível em: < http://www.wikidanca.net/wiki/index.php/Dzi_Croquettes>. Acesso em: 09/04/2020.

⁴³ Disponível em: <<https://www.plural.jor.br/documentosrevelados/geral/homofobia-no-tempo-da-ditadura-atinge-o-cantor-ney-matogrosso/>>. Acesso em: 09/04/2020.

⁴⁴ Disponível em: <<https://televisao.uol.com.br/noticias/redacao/2013/01/15/em-vale-tudo-censura-vetou-dialogos-de-lesbicas-mas-liberou-cena-de-maconha.htm>>. Acesso em: 09/04/2020.

A partir de 1997, com a primeira parada do orgulho LGBT do Brasil, abriu-se espaço para conquistas de direitos e mudanças significativas começaram a ocorrer nos campos científicos, jurídicos e legislativos sobre as identidades de gênero e sobre as orientações sexuais. Dentre esses, merecem destaque: 1) o reconhecimento, em 2017, da união homoafetiva como uma entidade familiar pelo Supremo Tribunal Federal, possibilitando o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo; 2) a retirada, em 2018, das identidades transgêneras do capítulo de doenças mentais da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde; 3) a decisão, em 2018, do Superior Tribunal de Justiça pela possibilidade de alteração do nome de batismo por um nome social; 4) o oferecimento, em 2018, aos sujeitos transsexuais a oportunidade de cirurgia de redesignação sexual pelo Sistema Único de Saúde .

Ainda pensando nas condições de possibilidades, emergiram líderes religiosos inclusivos, como o pastor batista Henrique Vieira; políticos como Jean Wyllys, Marielle Franco, Duda Salabert e Luiza Coppieters alcançaram a política institucional, possibilitando colocar em pauta demandas específicas da comunidade LGBT; a visibilidade aumentou graças à “saída do armário” de várias celebridades como da ex modelo Monique Evans, que se assume bissexual, Thammy Miranda que faz a transição para o gênero masculino, e outros que assumiram gostar do mesmo sexo, como Daniela Mercury e Lulu Santos. Além disso, Pablo Vittar, a cantora transgênera, explode como referência de música *pop* brasileira.

O aumento da visibilidade LGBT e as conquistas sociais citadas anteriormente, possibilitaram que circulassem na sociedade brasileira enunciados em *bajubá* e sobre o *bajubá* nos mais diversos suportes midiáticos, como em telenovelas (como em *Amor à vida*, em que o personagem Félix cai no gosto popular enunciando em *bajubá*), videoclipes, canais do *YouTube*, redes sociais, chegando ao ponto de aparecer em um documento elaborado pelo Estado, como é o ENEM.

Ao tratar a prova como um documento-momento estamos diante de um domínio de memória que tem relação direta com o arquivo, porque diz respeito às condições de possibilidade dos enunciados. Essa memória da qual falamos não é aquela que diz respeito à conservação mental de dados do passado, mas ao que Foucault (2008a, p. 133) denominou de campo associado, isto é, “um domínio de coexistência para outros enunciados”. Relaciona-se com enunciados que estão em meio à dispersão constitutiva do discurso, interagindo com um acontecimento, seja antecedendo ou sucedendo este.

Essa noção de memória como condição de funcionamento do discurso,

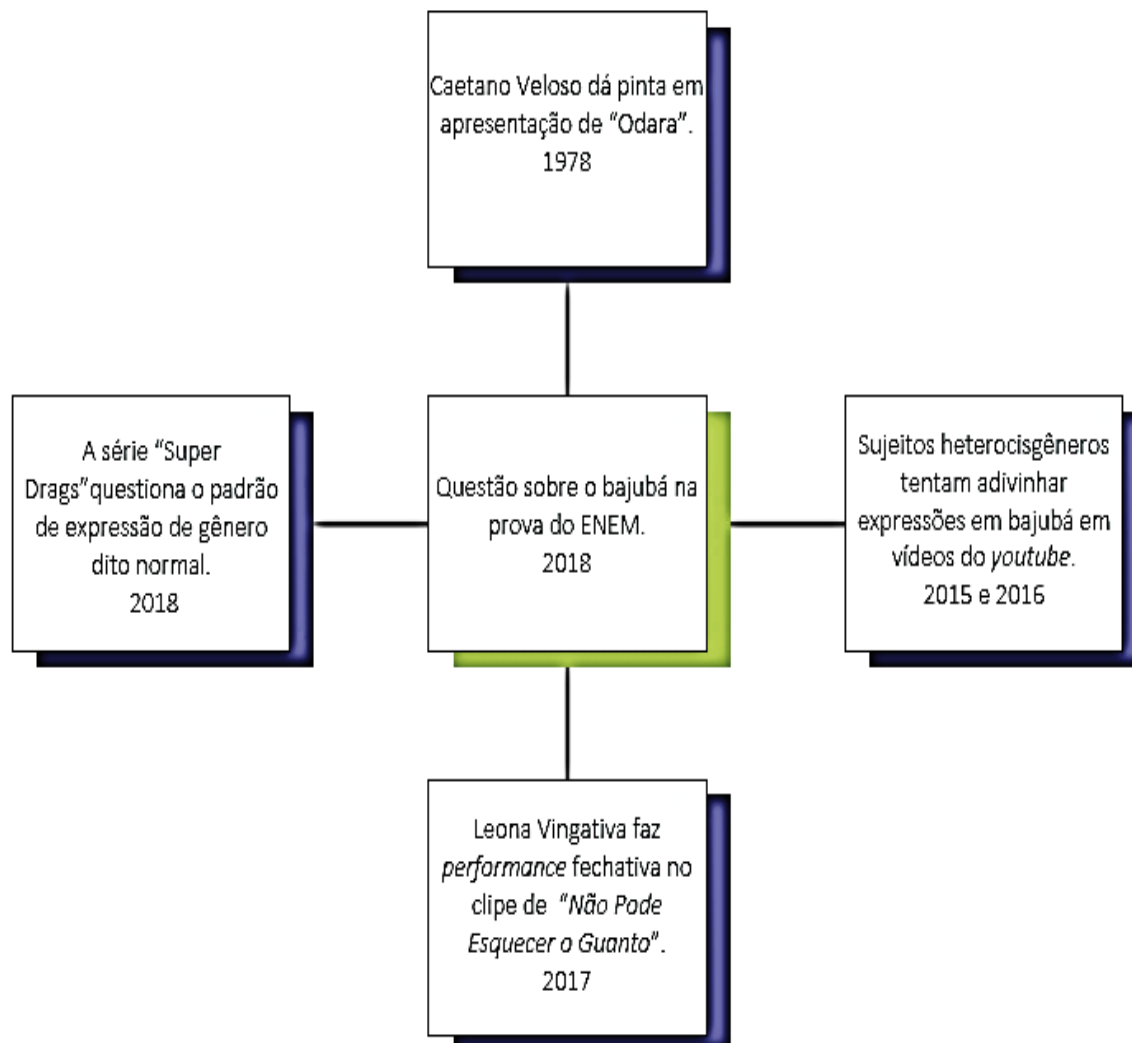
constitui um corpo sócio-histórico-cultural. Os discursos exprimem uma memória coletiva na qual os sujeitos estão inscritos. (...) trata-se de acontecimentos exteriores e anteriores ao texto, e de uma interdiscursividade refletindo materialidades que intervêm na sua construção (FERNANDES, 2008, p. 38-42).

Por esse ângulo, temos que perceber que não existem enunciados que não suponham outros, e a memória discursiva está alocada justamente nessa relação entre o enunciado e seu campo associado. Para Foucault, a esse tema “se liga um outro, segundo o qual todo discurso manifesto repousaria secretamente sobre um já-dito (FOUCAULT, 2008, p. 28). O já-dito diz respeito aos discursos já materializados em outros momentos históricos. Por isso,

não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo (FOUCAULT, 2008a, p. 112).

Todo enunciado relaciona-se com outros enunciados, pois “não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências” (FOUCAULT, 2008a, p. 112). É por isso que a análise discursiva procura a emergência histórica de determinado acontecimento discursivo e a articulação deste com outros. É por meio dos enunciados de referência e a da condição de possibilidade dos enunciados que compreendemos o posicionamento dos sujeitos discursivos dentro das relações de poder.

Logo, considerando a questão na prova do ENEM como um grande acontecimento, com um campo de coexistência, é possível destacar um arquivo específico, dentro daquilo que nos foi possível perceber, recortando uma série enunciativa que, dentro de uma memória discursiva, faz parte do campo associado do acontecimento:



Aqui, vemos o arquivo, que, no desenvolver da dissertação, será analisado como “um conjunto de discursos efetivamente produzidos, como práticas concretas (...), que continua a funcionar, a se transformar através da história, possibilitando o surgimento de outros discursos” (FERNANDES JÚNIOR, 2016, p. 10). O arquivo como um conjunto de enunciados ligados a um acontecimento discursivo maior, cujo funcionamento relaciona-se a uma memória discursiva. Como expresso no organograma acima, observamos que o acontecimento discursivo da questão no ENEM acomoda todo um conjunto de memória relacionado ao bajubá, indicando como enunciados são historicamente relacionados a outros enunciados.

1.3 Verdade e Poder

Em concepção tradicional, conforme a teoria clássica do poder, o poder é tido como exercício de força unilateral e vertical. Essa visão, muito baseada nos regimes de

monarquia absoluta ou em formas de governos não democráticos, pauta-se no entendimento de que o poder vem de uma super estrutura, determinando com autoridade como a população deve agir. Essa mesma percepção conduz a teoria althusseriana na qual o poder vem do Estado que, eficientemente organizado por meio dos aparelhos ideológicos e dos aparelhos repressivos, promove o funcionamento social conforme seus interesses. Não é assim, entretanto, que Foucault tematiza acerca do poder.

Em acepção foucaultiana, “os poderes se exercem em níveis variados e em pontos diferentes da rede social e neste complexo os micropoderes existem integrados ou não ao Estado” (MACHADO, 2004, p. 10). Isso significa que o poder se dá em micro esferas, ao contrário da acepção althusseriana, que compreende o Estado como um elemento central e exclusivo do poder.

Sobre isso, o filósofo esclarece:

Não tenho de forma alguma intenção de diminuir a importância e a eficácia do poder de Estado. Creio simplesmente que de tanto se insistir em seu papel, e em seu papel exclusivo, corre-se o risco de não se dar conta de todos os mecanismos e efeitos de poder que não passam diretamente pelos aparelhos de Estado, que muitas vezes o sustentam, o reproduzem, elevam sua eficácia ao máximo (FOUCAULT, 2004, p. 161).

Pensando o poder em constante movimento, distribuído em todos os níveis pela sociedade, Foucault (2004) desenvolve seu pensamento a partir do que ele denominou microfísica do poder, compreendendo o poder como algo que circula, se gera e materializa-se em rede. Nas palavras de Foucault (2004, p.183), o poder “funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer a sua ação”.

O poder, nesse sentido, é “uma prática social e, como tal, constituída historicamente” (MACHADO, 2004, p. 10), funcionando a partir das relações de forças estabelecidas entre os sujeitos e/ou grupos de sujeitos de acordo com construções de verdades. Sendo assim, cada

sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 2004, p. 12).

Isso quer dizer que não existe uma verdade universal, mas uma vontade de verdade. A verdade, diz Spargo (2017, p.17) “revelada nesse processo, claro, não é

descoberta, mas produzida. Ela existe com um saber no interior de um discurso particular e está ligada a um poder”. Os discursos tidos como verdadeiros (portanto, válidos) em nossa sociedade atual são os provindos das ciências, e a ciência, por sua vez, não é isenta, é produzida por sujeitos constituídos por questões exteriores a eles. Dessa forma, toda a verdade de determinada sociedade respeita uma condição de produção que, segundo Fernandes (2008, p. 15), diz respeito aos “aspectos históricos, sociais e ideológicos que envolvem o discurso, ou que possibilitam ou determinam a produção do discurso”. Dizendo de outra forma, existem regimes de saber na produção das verdades que, justamente por isso, produzem, a partir dos enunciados, efeitos de verdade.

Segundo Gregolin (2006, p. 28), “o analista de discursos deve descrever as conexões, os jogos de força, as estratégias discursivas que materializam, num dado momento histórico”. É nesse procedimento, aos modos de Foucault, que nos apoiamos para descrever os jogos de força em torno dos saberes e poderes que possibilitaram a emergência do bajubá no ENEM.

No que tange especificamente às questões da sexualidade, Foucault (1988) relata que um discurso de verdade sobre o sexo começou a ser produzida no ocidente a partir do século XVIII com a *Scientia Sexualis* desenvolvida. Historicizando esse período, vemos que, a partir do século XVIII, as ideias iluministas possibilitaram uma série de revoluções relacionadas às questões sociais e econômicas. Com o antropocentrismo e técnicas de manipulação e transformação da natureza, aconteceram também alterações epistemológicas nas ciências. Os sujeitos passaram a ser analisados como seres em população, passíveis de controle ao bom progresso da sociedade.

O passo seguinte foi a invenção da sexualidade, tal como a entendemos hoje: aquilo que marca o indivíduo em sua dimensão mais profunda. Segundo Sarasin (2002/3), o processo que levou a esta nova configuração possui quatro características: 1. a descrição do sexo como qualidade constitutiva do sujeito; 2. a passagem do sexo do registro religioso para o médico, acarretando uma transferência da competência sobre estes saberes dos experts religiosos para os da medicina; 3. a diferenciação entre a sexualidade “perigosa” e a “sadia”; finalmente, 4. a biologização da diferença dos sexos como base fundadora de toda sexualidade legítima (SALLES e CECCARELLI, 2010, p. 19).

A ciência, respondendo a interesses da incipiente sociedade capitalista, passa a ser responsável por uma vontade de verdade sobre a sexualidade e pelo desenvolvimento de mecanismos de poder, especialmente incitando os sujeitos a “falar de sexo de forma que se possa geri-lo, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos” (FOUCAULT, 1988, p. 31).

O livro *Os Anormais* (2001) ajuda-nos a entender como a criação da categoria “anormal” é base para práticas médico-psiquiátricas que, se organizando dentro de discursos com efeito de verdade, validam práticas institucionais de caráter normalizador. Segundo Foucault (1988), a psiquiatria instaurou uma ordem sexual e classificou como “prazer perverso” qualquer desvio. As práticas sexuais consideradas anormais foram colocadas no mesmo plano, sendo parte das mesmas condutas inadequadas: a homossexualidade, a pedofilia, o masoquismo e qualquer outra desviante de uma norma pautada no coito com fins reprodutivos. Segundo Gomes Filho (2016, p. 89), aquilo que “entendemos por sexualidade, portanto, seria o resultado de nossa vontade de saber sobre o sexo, que o toma por objeto de saber e, ao mesmo tempo, como objeto de intervenção de técnicas de poder”.

Nesse seguimento, é de suma importância a concepção de que “a família é o cristal no dispositivo da sexualidade” (FOUCAULT, 1988, p. 105), pois, a partir dela, vemos que as técnicas de poder foram concebidas para estimular

uma população (ou força de trabalho) produtiva e procriadora que atendesse às necessidades do sistema capitalista em desenvolvimento. A unidade-chave dessa ordem social era a família burguesa, na qual seria gerada a futura força de trabalho (SPARGO, 2017, p. 19).

Se se pensar que a família é uma instituição discursivamente construída, fica patente que, assim como outras instituições (igreja, escola, Estado), a família é uma instituição atravessada por discursos que visam conduzir condutas, normatizando e normalizando práticas sociais.

Conforme Salles e Ceccarelli (2010), vemos que a família, a partir do capitalismo industrial, tomou uma configuração específica em função das transformações econômicas: ela passou a ser estabelecida pela autoridade do homem, que se legitima pelo poder financeiro, já que esse passa a ser o membro da família que trabalha fora, ocupando lugares públicos e provendo o lar. A mulher, restrita ao privado, passa a ser o membro responsável pelos cuidados da casa, dos filhos e do marido.

E como tudo isso se liga a categorias de anormalidade? Justamente pelo motivo de que, junto com essa configuração de família, solidificou-se um pensamento essencialista de gênero. Isto é, tornou-se regular produções discursivas sobre sujeitos normais: o homem e a mulher, cisheterossexuais, que mantêm relações sexuais e afetivas maritais. Sobre isso, Lanz (2015, p. 51) escreve:

Diante da premissa de que machos e fêmeas possuem, “instintos naturais” de homem e mulher, adquiridos por herança genética, a argumentação de base biológica confina os indivíduos aos atributos e características próprias e exclusivas do seu sexo genital, uma vez que enxerga o sexo e o gênero como uma única coisa. De um lado, isso significa não haver nenhuma possibilidade de expansão física, mental ou emocional dos indivíduos para além dos limites e restrições biológicas que a natureza impôs ao seu sexo. Do outro, reforça a hetero[cis]normatividade, negando a possibilidade de qualquer relação sexual que não seja exclusivamente hétero. Trata-se, assim, de uma linha de argumentação que rejeita, desautoriza ou, pior ainda, patologiza as pessoas transgêneras.

De acordo com o pensamento essencialista, como demonstra Lanz (2015), só existem dois gêneros: masculino e feminino. Essas categorias, vistas como naturais e inatas, são diretamente relacionadas ao órgão genital dos sujeitos - quem nasce com pênis é um homem e quem nasce com vagina é uma mulher. A partir disso, todo o conjunto de diferenças entre macho e fêmea é explicado: gosto por cores, tipos de roupas, estilo de vida, comportamentos emocionais, funções na família, papel na sociedade, expressão de gênero, orientação sexual, etc.

Nesse seguimento, na historização dos processos discursivos sobre as “sexualidades anormais”, destaca-se o livro *Psychopathia Sexualis*, escrito pelo psiquiatra alemão Krafft-Ebing e publicado pela primeira vez em 1886. Trata-se de uma coletânea do campo médico-psiquiátrico de diferentes comportamentos relacionados à sexualidade tidos como doentios.

Para definir a normalidade em relação à qual determinados comportamentos sexuais serão considerados desviantes, Krafft-Ebing buscará recurso à noção biológica, portanto natural, de “preservação da espécie”. O prazer obtido da relação sexual será natural na medida em que contribua para a reprodução. Todo erotismo praticado fora desse contexto deverá ser considerado como desviante (PEREIRA, 2009, p. 380-381).

As teorias essencialistas, discursivizadas através de enunciados biomédicos, como em *Psychopathia Sexualis*, demonstram que, ao denominarem algumas manifestações sexuais como doença ou perversão, as questões sobre a sexualidade estão relacionadas à verdade e ao poder. Essas concepções biomédicas contribuíram de forma profunda para a elaboração de manuais diagnósticos, como o DSM.

No que se refere às questões em torno de Gênero e Sexualidade é perceptível que o DSM, nos reforça a ideia de patologização do Gênero e da Sexualidade, enquadrando e normatizando as práticas sexuais, os prazeres e os desejos. A inclusão e exclusão de categorias e classificações ultrapassam questões linguísticas e conceituais, apresentando-nos o poder do discurso biomédico sobre os sujeitos, mostrando a imbricada relação entre o saber e o poder, tal como as influências no mundo contemporâneo (NASCIMENTO e et al., 2015, p. 16).

Nesse mesmo sentido, outro documento que encontra em Krafft-Ebing uma de suas condições de possibilidades é a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID). Esse material, produzido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), “é o outro manual comumente utilizado para tratar distúrbios mentais. Distingue-se a partir de DSM pois o mesmo engloba a saúde como um todo” (NASCIMENTO e et al., 2015, p. 5).

A CID classifica as doenças e/ou os problemas relacionados à saúde em códigos. Segundo Laurenti (1984), os sujeitos transgêneros e homossexuais passaram a ser classificados como doentes na CID em 1948, na categoria “personalidade patológica”, mantendo-se assim na revisão de 1955, e passando para a categoria de “desvio e transtornos sexuais”, na revisão de 1965. A revisão de 1975 manteve a classificação na mesma categoria da anterior.

A atual revisão, de 1990, exclui a homossexualidade como doença, mas continua reconhecendo a possibilidade de patologização, trabalhando com a nomenclatura “orientação sexual egodistônica”, na categoria de transtornos psicológicos e comportamentais associados com desenvolvimento e a orientação sexual. E também entende a transgeneridade como transtorno de identidade de gênero.

De acordo com a definição que aparece na sentença decretada pelo juiz Waldemar Cláudio de Carvalho, permitindo psicólogos a fazer terapias de “reversão sexual”, *egodistônico* diz respeito aos aspectos do pensamento, dos impulsos, atitudes, comportamentos e sentimentos que contrariam e perturbam a própria pessoa.

Orientação sexual egodistônica nada mais é do que a homofobia internalizada. Segundo Antunes (2017), devido à internalização da homofobia, o sujeito homossexual pode passar a acreditar que ele é repulsivo, e que boa parte de seus problemas pessoais decorrem disso. É o próprio preconceito internalizado que vai fazer com que sujeitos classificados como egodistônicos apresentem questionamentos sobre o próprio valor, negando e desejando “tratar” a sua orientação sexual.

A décima primeira edição (CID-11) está prevista para entrar em vigor em 1º de janeiro de 2022. Sobre essa versão, Diehl, Vieira e Mari (2014) explicam que alguns departamentos da OMS formaram um grupo de trabalho internacional e interdisciplinar sobre a classificação dos transtornos sexuais e da saúde sexual.

A proposta desse grupo de trabalho é a eliminação de todas as categorias do código F66 (transtornos psicológicos e comportamentais associados ao

desenvolvimento sexual e à sua orientação) existentes na CID-10, os quais incluem: F66.0 - transtorno da maturação sexual; F66.1 – orientação sexual egodistônica; e F66.2 - transtorno do relacionamento sexual. Isso porque essas categorias não apresentaram relevância ou utilidade clínica. Além disso, há o intuito de eliminar qualquer “brecha” que permita a interpretação de uma resposta também esperada e natural do desenvolvimento como patologia, pois a patologização gera estigma, discriminação social e idiosincrasias terapêuticas (DIEHL, VIEIRA e MARI. 2014, p. 24).

Apesar das transformações ocorridas e em processo, o DSM e a CID descreveram, durante muito tempo, comportamentos sexuais e/ou de gênero fora da norma essencialista como problema mental.

Contudo, Foucault (2004b, p. 277) nos alerta que o poder não é “um sistema de dominação que controla tudo e que não deixa nenhum espaço para a liberdade”. Por isso, quando se pensa em “verdade” em perspectiva foucaultiana, estamos falando em jogos de verdade, pois os sujeitos estão inseridos em contextos discursivos passíveis de ressignificações. O poder dar-se por meio da disputa discursiva, na construção de vontade de verdades sobre determinado assunto.

Nesse sentido, o poder não poder ser visto como algo totalmente negativo e repressivo, há nele uma positividade. Por exemplo, ao elaborar saberes sobre sujeitos, classificando-os como anormais em seus desejos e práticas sexuais e de gêneros, a ciência possibilitou a emergência de outros discursos. Abordagens construtivistas de gênero, citando caso análogo, entraram na ordem do discurso. Lanz (2015, p. 54) explica que:

Sob o enfoque construtivista, gênero não é herdado geneticamente, como acontece com o sexo genital, mas socialmente aprendido, através de um longo e ininterrupto processo de treinamento e condicionamento social, que começa ainda no útero da mãe e só termina com a morte o indivíduo. Gênero pode ser visto, assim, como uma coleção de normas de conduta sociopolíticas e culturais que são internalizadas pelos indivíduos através da sua interação com outros indivíduos, com as instituições sociais e com o meio ambiente.

A partir desta nova possibilidade discursiva, vê-se uma vontade de verdade sobre as questões em torno de gênero e sexualidade, situando-se no campo da disputa discursiva, sendo objeto de saber e de poder.

Esses manuais transformados em documentos-monumentos são revistos, a partir de novas rotas do saber-poder, e a homossexualidade e as transgeneridades tornam-se passíveis de deixar o rótulo de doença.

As disputas discursivas refletem diretamente nas práticas sociais e possibilitam o entendimento de que o poder não é “um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as

outras” (FOUCAULT, 2004a, p. 193). Dessa forma, não existe poder, mas relações de poder, atuando por meio do funcionamento discursivo, promovendo efeitos de verdade, conduzindo a conduta dos sujeitos. Sobre isso, Foucault (1988, p. 105) diz que “onde há poder, há resistência”, deixando claro que o poder diz respeito às relações de força nas quais os sujeitos estão em constantes combates, são batalhas em que ninguém é totalmente capturado, sempre há possibilidade de modificar o controle. Sendo assim, a resistência é uma parte das forças das relações de poder, é a possibilidade de enfrentamento das estratégias de dominação.

Na entrevista *Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade* (2004c), o filósofo de Poitiers declara que se não houvesse resistência, não haveria relações de poder: se não houvesse resistência, tudo seria simples questão de obediência. E na *História da Sexualidade I* (1988, p. 96), diz:

É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz o poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo.

Nesse aspecto, é necessária a compreensão de que o poder se materializa em jogos de força, e que as técnicas de dominação (e, conseqüentemente, de resistência) são moventes e agem de acordo com as características históricas e sociais nas quais os sujeitos estão inseridos. Assim, segundo Lanz (2015, p. 118), o que faz com que uma pessoa seja vista como ‘doente mental’, como são consideradas as identidades gênero-divergentes, “não é algo que elas façam, mas como a sociedade classifica as suas condutas, tendo em vista os padrões estabelecidos”.

Não é a partir da prática homossexual e/ou transgênera que o entendimento do que é anormal é concebido, é a partir dos discursos. A heterocisnormatividade utiliza há séculos discursos científicos para classificar homossexuais e/ou transgêneros como doentes, mas essa classificação discursiva não funciona com o intuito de oferecer saúde aos sujeitos LGBTs; ao contrário, ela existe para garantir um padrão estabelecido. O mesmo padrão que os sujeitos bajubeiros transgridem, quando se expressam publicamente.

O bajubá, como veremos mais adiante, faz parte dos jogos de verdade, numa prática bélica e escarniciosa contra a heterocisnormatividade, seja por meio de expressões

linguísticas criativas, tais como *cuceta*⁴⁵, *fazer banheiro*⁴⁶, *bater bolo*⁴⁷, *fazer sabão*⁴⁸, etc., seja por meio de comportamentos *lacrativos*⁴⁹.

⁴⁵ O ânus quando utilizado como órgão sexual da penetração.

⁴⁶ Procurar parceiros sexuais em banheiros públicos.

⁴⁷ O mesmo que masturbação no pênis.

⁴⁸ Quando dois sujeitos homossexuais possuem a mesma preferência no ato sexual e, mesmo assim, decidem se relacionarem sexualmente.

⁴⁹ Fazer algo que deixem as pessoas pasmadas. Pode ser por ter feito algo muito bem ou por fazer de modo afrontoso. Na internet é muito comum utilizar esse termo quando alguém vence um debate (ou utiliza argumentos) de maneira tão dilacerante que o debatedor fique humilhado.

2. A DESORDEM DO DISCURSO

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder.
(FOUCAULT, 2009, p. 10)

Para sua aula inaugural, apresentada em sua posse no *Collège de France*, Foucault (2009) escreveu *A ordem do discurso*. Em sua apresentação, o substituto de Jean Hyppolite sugere que em toda a sociedade existem alguns procedimentos com a função de controlar a produção e circulação dos discursos.

Essa preocupação revela a capacidade do discurso, posto que o discurso possibilita que novas vontades de verdade se materializem, tornando possível mexer nas estruturas dos saberes e dos poderes dominantes, apresentando perspectivas alternativas sobre verdades já estabelecidas como concludentes. O discurso é elemento vigoroso de manipulação, sedução e sujeição; mas, ele próprio, constitui-se como possibilidade de enfrentamento e resistência. Por isso, ele é objeto de desejo e de disputa. A prova do ENEM de 2018 auxilia para esse entendimento. Por que houve tanto debate em relação ao assunto? Por que alguns consideraram o tema inadequado para o exame? O que há de tão perigoso no fato de as pessoas falarem em/sobre bajubá? Logo após a aplicação do ENEM no dia 04 de novembro de 2018, ocorreu uma explosão de enunciados sobre a questão envolvendo o bajubá. Profissionais da Educação, políticos, líderes sociais e estudantes emitiram opiniões sobre a questão. Jair Bolsonaro, já eleito como presidente, se manifestou. Em entrevista concedida ao *Brasil Urgente*⁵⁰, o capitão reformado enunciou:

Um vexame você ver o que cai na prova do Enem, uma doutrinação exacerbada. Vou fazer o possível para fazer o Brasil diferente, construir e desconstruir o que foi feito até o momento, fazer com que o Enem cobre conhecimentos úteis para a sociedade.⁵¹

O especialista, Antunes Rafael Dos Santos, professor e diretor do Curso Pré-Vestibular Oficina do Estudante, analisou a questão entendendo que “uma das competências da prova de linguagens é a valorização da língua nas suas manifestações.”⁵²

⁵⁰ Programa jornalístico de televisão, exibido pela Rede Bandeirantes, que tem como principal característica reportagens sobre crimes hediondos.

⁵¹ Disponível no site: < <https://catracalivre.com.br/cidadania/bolsonaro-diz-que-questao-do-enem-sobre-travestis-e-doutrinacao/>>. Acesso em: 30/05/2019.

⁵² Disponível em: < <https://www.gay1.com.br/2018/11/bolsonaro-nao-consegue-interpretar-texto-de-questao-no-enem-e-critica-uso-do-pajuba/>>. Acesso em: 30/05/2019.

Tony Reis, mestre em filosofia na área de ética e sexualidade, secretário de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), colocou-se favorável. Segundo ele: “Tem que ter, sim, essas questões. (...) Eles estão falando dos socioletos (...), é importante perceber e respeitar esse tipo de linguagem.”⁵³

A fundadora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Maria Inês Fini, também criadora da primeira versão do ENEM, na época encontrava-se como presidenta do INEP. Após repercussão da publicação do presidente no *twitter* afirmando que aquele modelo do ENEM não funcionava e que ele iria interferir nas questões da prova nas próximas aplicações, a doutora em Ciências da Educação, em entrevista ao jornal *El País*, rebateu:

Não é o Governo que manda na prova. O Inep tem uma diretoria específica de técnicos consagrados que com a ajuda de uma série de educadores e professores universitários de todas as regiões do país elaboram a prova. Em momento algum houve qualquer perspectiva de doutrinação, de valorização de uma posição em detrimento da outra.⁵⁴

Compreendendo a história como descontínua, sempre com a manifestação de mudanças, transformações e rupturas, entendemos que as posições divergentes sobre a prova fazem parte de um funcionamento discursivo de aspectos mais amplos: ideários políticos conservadores e progressistas.

A elaboração do ENEM submete-se à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), que por sua vez está em conformidade com a Constituição Federal (CF). A atual CF, instituída em 1988, foi criada após 21 anos sob regime militar, período de forte restrição de direitos no país; talvez, por isso, caracteriza-se pela ampliação e garantias individuais.

Apelidada de "Constituição Cidadã", a CF de 1988 levou as instituições a uma direção mais progressista, com políticas de inclusão social e combate à discriminação. Contudo, sujeitos conservadores nunca deixaram de mostrar insatisfação. O debate em torno da questão da prova é reflexo direto desse embate.

⁵³ Disponível em: < <https://www.gay1.com.br/2018/11/bolsonaro-nao-consegue-interpretar-texto-de-questao-no-enem-e-critica-uso-do-pajuba/>>. Acesso em: 30/05/2019.

⁵⁴ Disponível no site: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/06/politica/1541536926_746995.html>. Acesso em: 30/05/2019.

Ao completar 30 anos, em 2018, a carta *magna* parece ter perdido sua capacidade de incitar a democracia. A direita ultraconservadora passou a mostrar-se, de forma explícita, contra políticas de assistência social e contra o artigo 5º da CF, que determina a igualdade entre todos, sem distinção de qualquer natureza. Não é de se estranhar, portanto, pensando nessas condições de possibilidades, que a LDB não seja considerada quando alguns sujeitos emitiram opinião sobre a questão no ENEM.

A atual LDB (Lei 9394/96) foi sancionada em 1996 e estabelece em seu artigo 9º que a União, em colaboração com os Estados, deverá elaborar diretrizes para a educação básica. Isso diz respeito à necessidade de instituir formalmente determinados conhecimentos que devem ser exigidos, formando um currículo norteador dos processos de ensino e aprendizagem da educação básica.

Assim diz a LDB em seu artigo 26º:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter **base nacional comum**, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 2018, p. 19 - grifos nossos).

Com base nessa prescrição, desde 1996 há orientações curriculares a serem seguidas por profissionais da educação, tanto na preparação das aulas, como nas elaborações das avaliações.

A terceira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi homologada em 2017 pelo MEC. Era esse o documento que servia de referência para as avaliações externas e suas matrizes de referência. Várias passagens do documento justificam a questão sobre o bajubá no ENEM. Entre elas, destacamos as seguintes orientações:

“Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais” (BRASIL, 2017, p. 9);

“Compreender que a sociedade é formada por pessoas que pertencem a grupos étnico-raciais distintos, que possuem cultura e história próprias, igualmente valiosas, e que em conjunto constroem, na nação brasileira, sua história” (BRASIL, 2017, p. 467);

“Compreender os processos identitários, conflitos e relações de poder que permeiam as práticas sociais de linguagem” (BRASIL, 2017, p. 490);

“Analisar o fenômeno da variação linguística, em seus diferentes níveis (variações fonético-fonológica, lexical, sintática, semântica e estilístico-pragmática) e em suas diferentes dimensões (regional, histórica, social, situacional, ocupacional, etária etc.), de forma a ampliar a compreensão sobre a natureza viva e dinâmica da língua e sobre o fenômeno da constituição de variedades linguísticas de prestígio e estigmatizadas, e a fundamentar o

respeito às variedades linguísticas e o combate a preconceitos linguísticos” (BRASIL, 2017, p. 508).

A objeção por parte de sujeitos conservadores acontece porque o bajubá diz respeito a vivência cultural de um grupo estigmatizado⁵⁵ e, por isso, para eles, não digno de ser considerado um socioleto brasileiro. Contudo, também existem sujeitos progressistas e, como podemos observar, alguns desses participaram da elaboração da CF cidadã, da LDB e da BNCC, documentos-monumentos que servem de condição de possibilidade para a questão da prova do ENEM de 2018.

Naquela edição do exame ocorreu uma ruptura. Ali manifestou-se um discurso transgressor, algo que causou uma desordem no que estava colocado como possível de ser enunciado na/pelas instituições governamentais, uma descontinuação de uma vontade de verdade cuja principal concepção era a de que a língua a ser estudada (e por conseguinte, o tipo de sujeito a ser considerado) deve estar em conformidade com a heterocisnormatividade. Ou seja, ao elaborar uma questão específica abordando o bajubá, uma nova vontade de verdade aparece: sujeitos bajubeiros (e suas manifestações culturais) fazem parte da cultura brasileira, devendo, portanto, serem considerados como elementos importantes a serem estudados.

Mas, num viés discursivo, ainda nos perguntamos: e quais são as condições de possibilidade do próprio bajubá? Como ocorre seu funcionamento linguístico-discursivo?

2.1 Condições de possibilidade do bajubá

Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância.
(FOUCAULT, 2008a, p. 28)

Teorizando o discurso como descontínuo, Foucault (2008a) propõe que a análise do discurso afaste a ideia de que haja uma “uma origem secreta” (FOUCAULT, 2008a, p. 27). Ao contrário, o que ele demonstra ter feito em suas análises, e que serve de exemplo, é interrogar as condições históricas que possibilitaram a formação de determinado objeto, fazendo, portanto, não uma análise da origem, mas da proveniência e da emergência.

⁵⁵ Segundo Pereira e Ayrosa (2010, p.1), o estigma “é comumente definido como um atributo psicológico ou físico, aparente ou não, que está relacionado a uma marca social de vergonha, depreciando o indivíduo no convívio social (GOFFMAN, 1988). O indivíduo que carrega consigo um estigma é alguém cujo pertencimento a uma categoria social faz com que se questione sua plena humanidade: a pessoa é defeituosa aos olhos dos outros e não está habilitada para o convívio social (CROKER e cols.: 1998)”.

Morais (2018) explica que a análise da proveniência deve mostrar a proliferação de acontecimentos que se encontram na emergência dos objetos, indicando o que há de acidental e descontínuo na história. E a análise da emergência deve tratar da maneira como os acontecimentos associam suas significações com as relações de poder. Entendido desse modo, pensando na proveniência, o trabalho histórico deve evidenciar os diversos acontecimentos relacionados à formação do objeto. Pensando na emergência, esse mesmo trabalho deve evidenciar as relações de poder em volta dos acontecimentos, tendo em vista que aquilo que emerge nos acontecimentos dependem das forças num dado momento. Assim, procuramos, a partir de agora, investigar o bajubá enquanto acontecimento, rastreando o que o tornou possível e “sua correlação com outros acontecimentos” (FOUCAULT, 2010a, p. 9).

É consenso entre os pesquisadores⁵⁶ que o bajubá desenvolveu-se a partir da inserção na língua portuguesa de numerosas palavras provenientes de línguas africanas, especialmente do iorubá⁵⁷. Usadas inicialmente nos terreiros de candomblé, essas expressões foram surrupiadas por travestis de rua para formar um modo de comunicação confidencial. Posteriormente, o bajubá acabou se estendendo a grande parte do universo LGBT do Brasil.

Lucas Lima (2017) diz que esse fenômeno amplia e tonifica a concepção de que é pela *elza*⁵⁸ que acontece a nossa forma de produzir cultura, numa direta referência à antropofagia. Mas, deixando de lado a metáfora do canibalismo linguístico, em que ocorre a devoração de itens lexicais de outros povos para a reelaboração de uma nova forma de se comunicar, vemos que o bajubá tem relação direta com a diáspora⁵⁹ africana e, consequentemente, com o candomblé.

⁵⁶ Lucas Lima (2017), Barroso (2017), Araújo (2018), Carvalho (2017), Andrade (2018), dentre outros.

⁵⁷ Segundo Barroso (2017, p. 17) o iorubá, “por vezes referida como *yorubá* é um idioma da família linguística nigero-congolesa falado secularmente pelos iorubás em diversos países como Nigéria, Benim, Togo e Serra, e no Brasil (...), em ritos religiosos afro-brasileiros”.

⁵⁸ Termo em bajubá que transmite o sentido de “roubo, assalto, furto”.

⁵⁹ “A palavra diáspora foi originalmente usada no Antigo Testamento para designar a dispersão dos judeus de Israel para o mundo. Recentemente, tem se aplicado o mesmo vocábulo, por analogia à condição judaica, aos movimentos dos povos africanos e afrodescendentes no interior do continente negro ou fora dele. A diáspora traz em si a ideia do deslocamento que pode ser forçado como na condição de escravo, resultado de guerras, perseguições políticas, religiosas ou desastres naturais. Também pode ser uma dispersão incentivada ou espontânea de grandes massas populacionais em busca de trabalho ou melhores condições de vida” (SANTOS, 2008, p. 181).

A diáspora forçada dos povos africanos para o Brasil, a partir de 1550, constitui, dentro das relações de poder daquele momento histórico, um importante fator de condição de proveniência de diversas práticas culturais brasileiras. Modos diferentes de comunicação, crenças, culinária, trajes, produção de música e dança, emergem e cruzam-se a outras práticas exercidas no país.

Nesse aspecto, a diáspora constitui-se como base de processos de subjetivação, possibilitando novas formas de crenças religiosas, práticas litúrgicas e agrupamentos sociais. Esses processos resultaram em possibilidades alternativas aos modos de sentido à existência, não só da população que aqui já se encontrava, mas também e, sobretudo, dos próprios escravos.

De acordo com Cavas e D'Ávila Neto (2010, p. 3) os africanos traficados para o Brasil pertenciam a povos diferentes, e “um dos critérios de venda dos negros era a separação de etnias para evitar rebeliões”. Sant'anna (2006) ensina que os traficantes deste período, observando o lugar de origem dos escravos, passaram a classificá-los de acordo com as procedências. Como ocorriam dispersões das tribos, ao chegar no Brasil, os negros acabavam, muitas vezes, fazendo parte de grupos com mistura de tradições. Foi a partir deste arranjo que surgiu o candomblé, pois na África cada tribo cultuava uma divindade específica, cada divindade estava relacionada originalmente a uma cidade ou a um país inteiro. Cada deus representava uma característica da natureza e, ao mesmo tempo um povo, mas, com a fusão de sujeitos escravizados, aqui, criou-se um culto no qual mais de um deus pode ser cultuado ao mesmo tempo. Não existiam, portanto, na África, “organizações semelhantes aos terreiros de candomblé brasileiros, que reúnem num mesmo lugar cultos diversos e originalmente dispersos no território africano” (SANT'ANNA, 2006, p. 3).

A partir das categorias criadas pelos traficantes, os próprios africanos, quando chegaram ao Brasil, autodenominaram-se pertencentes à uma “nação do candomblé”, como declaração de origem. Foi essa identificação, baseada na procedência étnica dos fundadores dos primeiros terreiros de candomblé, que dividiu a religião em vertentes, nas quais o ritual, a linguagem, a vestimenta e doutrinas não são necessariamente as mesmas. As nações mais conhecidas são: 1) Nação ketu, maior e mais popular. Utiliza a língua *iorubá* em seus rituais e suas divindades são chamadas de *orixás*. 2) Nação jeje, denomina seus deuses de *voduns*. Por ter em sua constituição muitas tribos, vários idiomas contribuem para o seu vocabulário, tais como a língua *ewe*, língua *fon* e a língua *mina*. 3)

Nação angola, também conhecida como nação bantu. Utiliza em seus rituais expressões do dialeto *kikongo* ou *kibundo*. As divindades são denominadas como *inquices*.

Luiz Mott, antropólogo e historiador, em entrevista para a extinta revista *G Magazine*, afirma que a presença maior de sujeitos LGBTs no candomblé, em detrimento às outras religiões, se explica por ser uma religião que não interfere na vida sexual de seus adeptos como em outras crenças:

(não há noção explícita de virtude e pecado, muito menos a condenação dos pecados contra a castidade); há Orixás que têm vida sexual bastante irregular de acordo com os padrões oficiais de nossa cultura sexual (Iemanjá casou-se com o irmão e foi violentada por seu próprio filho de quem teve outro filho); há Orixás que são transexuais, isto é, mudam de sexo, como Logun-Edé e Oxumaré, que uma metade do ano são homens, a outra metade, mulher.⁶⁰

Na mesma entrevista, quando questionado como se explica a utilização de expressões de iorubá por sujeitos LGBTs para se comunicar, o decano do movimento LGBT no Brasil, responde:

Pelo Brasil a fora, muitos travestis e gays, sobretudo de classes mais humildes, incorporaram palavras de inspiração nagô (ou yoruba, que é a mesma coisa) em seu linguajar diário. (...) A explicação para o uso desses termos pela cultura gay brasileira tem a ver com a frequência de muitos homossexuais brancos e negros nos terreiros afro-brasileiros e pela significativa presença de negros na comunidade gay. Como outros “dialetos” grupais, é uma forma de através de linguagem cifrada evitar que pessoas de fora entendam conversas mais íntimas dos próprios homossexuais.

Isso não significa que não exista conflitos relacionados às questões de sexo/gênero dentro do candomblé; contudo, comparando-se às religiões abraâmicas (judaísmo, cristianismo e islamismo), as religiões afro-brasileiras (candomblé, umbanda, quimbanda, dentre outras), acolhem muito melhor os LGBTs. Isso ocorre porque não existe em suas doutrinas discursos orais, nem escritos, condenando-os ao sofrimento após a morte. Nesse sentido, o candomblé, em alguns aspectos, pode remeter a uma “arte da existência”, pois, ao contrário do cristianismo, não se regula sobre uma salvação, mas sobre a vivência neste próprio mundo, o que permite transformar o olhar sobre uma outra vida em uma vida outra.

Ao eleger regras estéticas específicas de seus rituais para constituir seus modos de existência neste mundo, o chamado “povo de santo” possibilita outros processos de

⁶⁰ Disponível no blog do próprio pesquisador, em: <<https://luizmottblog.wordpress.com/entrevistas/candomble-e-homossexualidade/>>. Acesso em: 19/11/2019.

subjetivação, não baseados na renúncia de si, como ocorre nas religiões cristãs, mas em torno da interação com as forças da natureza⁶¹, que agem sobre os sujeitos independentemente da orientação sexual, da cor pele, da idade, do gênero e da condição social.

Enfim, ao elaborar um outro critério de crença, de liturgia e de modos de vida, o candomblé possibilitou a participação intensa de sujeitos travestis entre seus integrantes. Portanto,

Uma das explicações para o parentesco do bajubá com algumas línguas africanas estaria na afinidade dos travestis com o candomblé - religião de origem africana, muito receptiva a homossexuais - que teria sido, portanto, uma das possíveis fontes de vocabulário (ANDRADE, 2018, p. 39).

Então, no que tange à esfera epistemológica, o bajubá tem sua condição de proveniência nas religiões afro-brasileiras, mais especificamente no Candomblé Ketu, pois é tradição que utiliza a língua iorubá em seus rituais. Isso não quer dizer que o bajubá não *deu a elza* em itens lexicais de outras línguas, como das línguas *ewe*, *fon*, *mina* e *kibundo*, mas em sua constituição base, o que prevalece é a influência do iorubá.

Segundo Barroso (2017, p. 17), bajubá “é um termo de origem africana da língua iorubá, que significa ‘mistério’ ou ‘segredo’, o qual acabou sendo escolhido pelos LGBTs para dar nome ao linguajar usado pela comunidade”. Socioleto caracterizado por sua tradição oral, o que evidencia sua vontade de sigilo, o bajubá permaneceu durante muito tempo sem materialidade escrita, mas, na atualidade, encontra-se muito material dessa natureza em recursos audiovisuais. É o caso, por exemplo, dos vídeos *Héteros adivinham gírias gays* e *Héteros adivinham gírias lésbicas*, do canal *Põe na roda*, disponíveis no *YouTube*.



62

⁶¹ Cada divindade do candomblé é considerada como detentora de poder sobre aspectos da natureza. E cada sujeito é considerado filho de uma determinada divindade, isto é, tem em seu cerne afinidade com a energia divina que determinada divindade emite. Essa filiação está diretamente relacionada às características de personalidade de cada sujeito. Por exemplo: Oxalá é do elemento ar e está associado à paz. O filho de Oxalá tende a ser tranquilo e generoso.

⁶² Imagens do site do canal “Põe na Roda”, disponíveis em: <<https://www.youtube.com/channel/UC1cpNboD3WmXMq4wFt6C2eA>>. Acesso em: 13/02/2020.

Segundo Dantas (2018), o *YouTube* foi criado em fevereiro de 2005, por dois funcionários de uma empresa de tecnologia situada nos EUA que criaram o programa para partilhar vídeos com os amigos. Contudo, como o *site* começou a fazer grande sucesso, a empresa multinacional *Google* o comprou em 2006. O *site* permite que os usuários coloquem seus próprios vídeos na rede, sendo visualizados por qualquer pessoa no mundo inteiro, o que possibilitou o surgimento de uma cultura de influenciadores. Por isso, muito mais que uma simples mídia social, o *YouTube* é um espaço digital no qual assuntos de diversas naturezas surgem, são debatidos e disseminados.

O *Põe na Roda* é um dos canais do *YouTube* dedicado à temática LGBT mais bem sucedidos do Brasil. Foi idealizado em 2014 pelo designer digital Pedro HMC, que também é escritor e roteirista. Nos vídeos supracitados (o primeiro publicado em 18 de novembro de 2015 e o segundo em 27 de janeiro de 2016), o canal propõe uma brincadeira a sujeitos cisheterossexuais: uma competição para testar quem adivinha o significado de palavras ou expressões em *bajubá*.

Ao analisar os vídeos, uma regularidade fica evidente. Vejamos:

VÍDEO 1: “Héteros adivinhas gírias gays”.

Expressão em <i>bajubá</i>	Significado em <i>bajubá</i>	Significado sugerido por pelo menos um dos participantes heterocisgêneros
Aquendar	Esconder	Praticar sexo de forma passiva.
Dar a elza	Roubar	Praticar sexo de forma passiva no frio.
Picumã	Cabelo	Indivíduo de pênis grande.
Bolacha	Lésbica	Tapa na hora do sexo.
Amapô	Mulher	Períneo.
Odara	Grande/Belo	Pênis grande ou pêlo no ânus.
Arô	Dinheiro	Ânus.

VÍDEO 2: “Héteros adivinhas gírias lésbicas”.

Expressão em <i>bajubá</i>	Significado em <i>bajubá</i>	Significado sugerido por pelo menos um dos participantes heterocisgêneros
Girina	Lésbica nova	Vagina.
Fancha	Lésbica	Vagina.
Panqueca	Lésbica passiva	Vagina.
Rebuceteio	Corrente de relações.	Sexo com ex.

Observando os quadros, notamos que o sujeito *bajubeiro* muitas vezes obtém êxito no intuito de possuir um léxico secreto, mesmo nos dias de hoje, com a disseminação do

bajubá pela internet. O sujeito heterocisgênero não consegue captar plenamente os significados do bajubá porque não experimentam as mesmas condições sócio-históricas.

Sobre isso, Dias (2018, p. 1) diz que:

Os estudos do discurso defendem a ideia segundo a qual o sentido não se constitui apenas pelo reconhecimento das palavras e dos enunciados de uma língua, pois ela não é um código a ser decifrado. Da mesma forma, o sentido não é determinado pelo locutor e nem pelo interlocutor, pois é necessário que as expressões linguísticas sejam associadas aos discursos, que são de natureza social e não individual. Daí advém a tese de que há efeitos de sentido na enunciação escrita ou oral, tendo em vista que o sentido não tem origem nem nos interlocutores e nem na língua, mas se constitui na relação entre interlocutores no uso da língua, frente às condições sociais de produção do enunciado.

Em função desse entendimento é que podemos dizer que em AD as expressões têm seus sentidos para além do dicionário e gramática, os sentidos não são neutros. No processo de produção do enunciado, observamos as relações de poder materializadas no discurso e produzindo, desse modo, efeitos de sentido.

Assim, ao cotejar nos quadros acima, os efeitos de sentido projetados pelos sujeitos heterocisgêneros com os efeitos de sentido projetados pelos sujeitos bajubeiros, percebemos que, enquanto os últimos ocupam uma posição-sujeito caracterizada pela *fechação* e resistência (gerando sentidos com propósitos de privacidade), os primeiros ocupam uma posição-sujeito heterocisnormativa e tendem a gerar efeitos de sentidos relacionados à prática sexual ou órgãos sexuais, como se somente essas coisas fizessem parte do “universo LGBT”.

Em consonância com Lucas Lima (2017), uma informação importante sobre a proveniência/emergência do bajubá é dada por Keyla Simpson na revista *Lupa*. A travesti, presidenta da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), diz: “Começamos a falar na época da ditadura, por conta da repressão policial e para despistar na presença de alguém indesejado” (LUCAS LIMA, 2017, p. 58).

Depois do golpe de 64, o discurso político-jurídico sofre um deslocamento estratégico, trazendo à luz, por meio de apelo moral, novos enunciados sobre as travestis. O aparato de repressão, até então, dirigido predominantemente contra os comunistas, passa a direcionar-se também contra sujeitos subversivos:

A estratégia de repressão do Regime Militar Brasileiro foi construída na falácia do combate à guerra revolucionária, que se refere ao nome forjado durante o período (...). As forças da segurança nacional consideravam o “homossexualismo” uma “arma de guerra” no conflito entre o Oriente comunista e o Ocidente livre (...). Essa era a ideia estabelecida entre a relação homossexualidades e a manifestação da subversão durante a Ditadura, que

justificava a vigilância e perseguição de travestis (...) (BARNART, 2018, p. 24).

Visando uma higienização social, com ações explicitamente biopolíticas, as travestis foram alvo de perseguições, elas eram “consideradas inimigas do regime militar (...) subversivas, contra os valores da moral e dos bons costumes (...)” (BARNART, 2018, p. 64).

Conforme Barnart (2018), enunciados efetuados pela polícia, representantes do Estado e mídia, reforçavam a justificativa de ações regulatórias. Como não havia lei propriamente dita que incriminasse as travestis, utilizou-se da “lei da vadiagem”⁶³ para legitimar o poder, justificando prisões arbitrárias, violência física, tortura, extorsão e abuso sexual. Como forma de precaução, o bajubá foi, em primeira instância, utilizado como código secreto, ferramenta de comunicação com finalidade de preservação da vida.

Nesse mesmo entendimento, Barroso (2017, p.18) diz que:

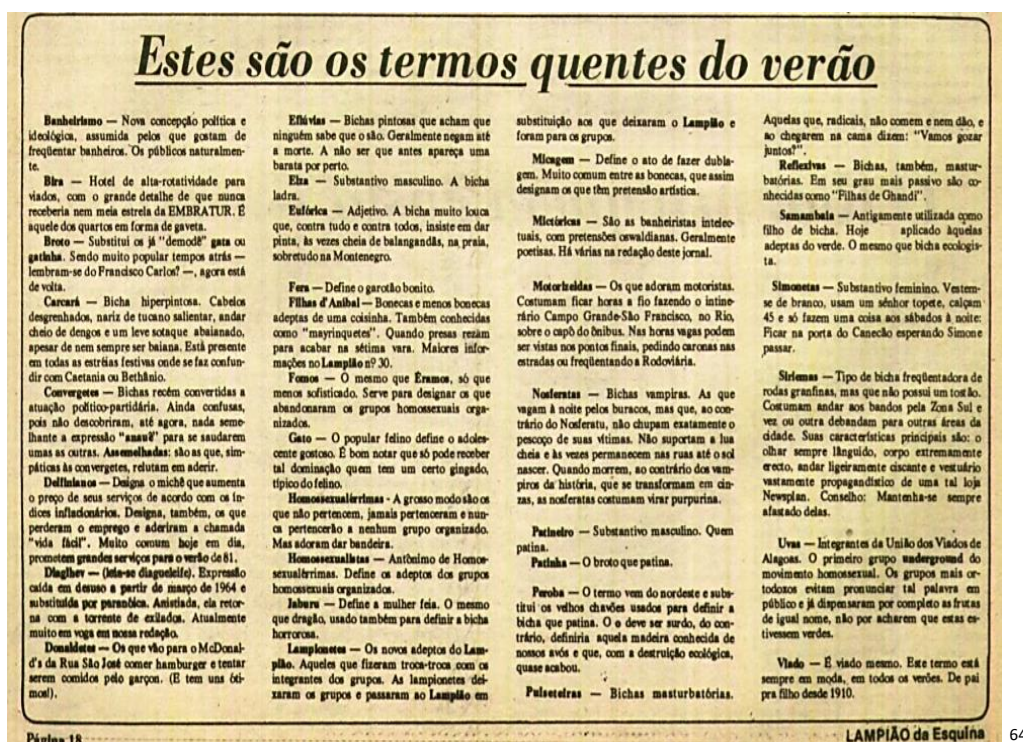
Segundo Trevisan (2000), um aspecto fundamental a ser mencionado sobre a disseminação do linguajar homoafetivo é que ele se dá no final da década de 70 e início de 80, logo após a época do período da ditadura militar, que censurava todos que fossem contra os ideais do governo. Logo após a derrocada, vários grupos ganharam destaque no país e, entre eles, destaca-se o grupo dos homossexuais. Foi no final da década de 70, que um grupo composto por 11 intelectuais (Darcy Penteado, Adão Costa, Aguinaldo Silva, Antônio Chrysóstomo, Clóvis Marques, Francisco Bittencourt, Gasparino Damata, Jean-Claude Bernardet, João Antônio Mascarenhas, Peter Fry e João Silvério Trevisan), protagonizou a criação do primeiro jornal homossexual brasileiro.

Lampião da Esquina foi o primeiro jornal LGBT de grande circulação do Brasil. Motivados pela imprensa alternativa, que eclodiu durante abertura política de 1970, durante o abrandamento de anos de censura promovida pelo golpe militar de 1964, seus editores tinham um discurso muito moderno para a época, buscavam abordar temas não tratados pelas outras mídias alternativas, que basicamente focavam nas questões da “luta maior”, o proletariado. O *Lampião da Esquina* não falava somente de temas referentes à comunidade LGBT, mas também tratava de violência, preconceito, aborto, legalização das drogas, prostituição, questões sociais dos negros, indígenas, feministas, questões ambientais, enfim, já tinha um engajamento “pós-marxista”, isto é, que considera outras formas de dominação além da de classe. Era um jornal que naquela época já pensava sua

⁶³ Apelido utilizado para referir-se ao código penal de 1890, que atualizando os anteriores, dispõe no Cap. XIII sobre “vadios”. Segundo o Art. 399 desse documento, poderia ser considerado vadio quem deixasse de exercer profissão ou ofício, não possuindo meios de subsistência e/ou provesse a subsistência por meio de ocupação proibida por lei, ou manifestação ofensiva da moral e dos bons costumes. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm>. Acesso em: 27/01/2020.

luta em termos de minorias políticas e de proteção de direitos dos grupos mais vulneráveis.

Lampião da Esquina fazia um trabalho jornalístico sério e com bom humor. Além de espaço para informações culturais, indicação de livros, exposições, shows e filmes, tinha uma coluna de entrevista com personalidades LGBTs da época. No editorial *Bixórdia*, o bajubá imperava. Na página 18 da edição de número 31, publicado em dezembro de 1980, aparece até uma compilação dos termos mais utilizados naquela estação.



(Sugerimos o acesso ao *site*, uma vez que sua ampliação provoca perda de nitidez da imagem)

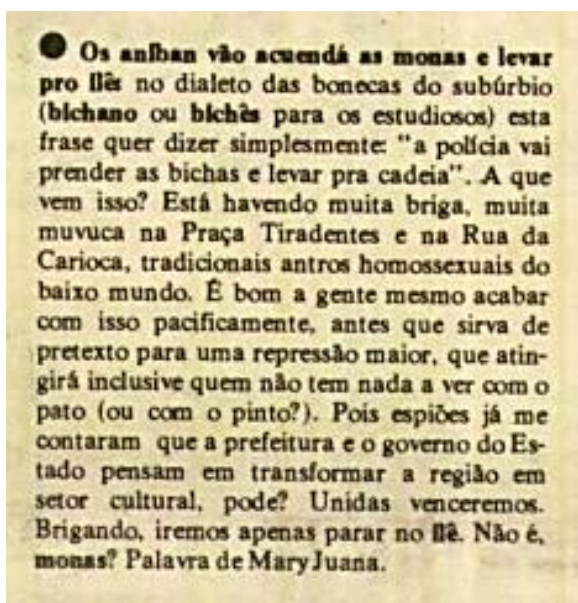
Todavia, nas edições iniciais já apareciam expressões bajubeiras. Por exemplo, na primeira edição extra de estreia, publicada em dezembro de 1979, na página 10, uma entrevista é anunciada com a seguinte chamada: *A música popular entendida de dona Lecy Brandão*. O termo em destaque faz parte do léxico bajubeiro, sendo utilizado, principalmente naquele período, para dizer que algum sujeito tinha práticas homossexuais e/ou transgêneras.

⁶⁴ Imagens do Centro de Documentação Prof. D Luiz Mot, disponíveis em < <http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/> >. Acesso em 25/09/2018.

Na edição experimental, número zero, publicada em abril de 1978, em uma reportagem, João Silvério Trevisan coloca como chamada: *Caríssimo amigo, você é meu salvador*, fazendo uso do superlativo sintético, recurso bajubeiro extremamente comum.

Na edição de número 7, publicada em dezembro de 1978, na página 14, encontra-se a seção em que o jornal respondia correspondências de leitores. Há uma carta muito interessante, na qual uma estudante de Letras informa que está desenvolvendo um trabalho acadêmico sobre o bajubá e que estava utilizando o jornal como fonte de pesquisa. A estudante solicita ajuda do jornal, perguntando sobre um *Dicionário de Mestra Mambaba*, sobre onde poderia encontrá-lo. A resposta solícita do *Lampião da Esquina* sugeriu que a estudante fizesse um trabalho mais profundo, entrevistando sujeitos LGBTs em seus guetos, e ainda pediu que a garota enviasse o trabalho depois de pronto para uma possível publicação.

Na edição de número 22, publicada em janeiro de 1980, consta o seguinte enunciado:



65

Palavras reconhecidamente provenientes do iorubá são utilizadas em contexto bajubeiro, numa clara demonstração de utilização do socioleto. *Lampião da Esquina* é o suporte em que primeiramente conseguimos encontrar o bajubá materializado? Certamente, não. O jornal teve sua primeira tiragem em abril de 1978, antes vemos o

⁶⁵ Imagem do Centro de Documentação Prof. D Luiz Mot, disponível em <<http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/26-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-22-MARCO-1980.pdf>>. Acesso em 20/11/2019.

lançamento, em 1977, do disco *Bicho* de Caetano Veloso, no qual é gravada a primeira vez a música *Odara*, de sua autoria.

Segundo o próprio Caetano, *Odara* fora uma palavra ensinada a ele por Waly Salomão. De origem iorubá, era usada tanto nos rituais religiosos quanto na gíria de uma geração que, através da contracultura local, se conectava com as práticas e presenças africanas na vida cultural da Bahia. *Odara* era, por vários caminhos, uma expressão que emanava positividade, beleza, força e descontração. (...) Ainda segundo Caetano, a palavra não era inédita para ele (já circulava até mesmo em outras canções do período, como *Ilu Ayê*, cantada por Clara Nunes em um disco de 1972), mas seu significado passou a fazer sentido em seu trabalho naquele momento (COELHO, 2017, p. 1).

Em iorubá, *Odara* tem efeito de sentido de “bem”. Cooptada pelo bajubá, essa palavra assume sentido de “bom, bonito, elegante, vivaz” (SILVEIRA, 2010, p. 54). A canção de Caetano Veloso foi o registro mais antigo que pudemos encontrar. É, portanto, a partir desse acontecimento que há a emergência de um campo associado, fazendo parte da teia discursiva que possibilita a condição de possibilidade bajubeira. *Ilu-ayê*, música de Cabana e Norival Reis, feita como samba-enredo da *Portela* no carnaval de 1972 e regravação por Clara Nunes no álbum *Clara Clarice Clara* no mesmo ano, utiliza o termo *Odara*, mas não como expressão bajubeira.⁶⁶ *Ilu-ayê*, na canção de Clara, teria como possível efeito de sentido uma evocação de saudade da África, *Odara* seria a representação do povo de bem, negro. *Ilu-ayê, Ilu-ayê, odara*, verso de início da canção, seria a representação da gente boa negra, cantando e lamentando a saudade de seu país. Assim, a apresentação de Caetano, em 1978, é elemento possibilitador de uma memória discursiva, um enunciado com ocorrência bajubeira que revela como quarenta anos não são suficientes para apagar um efeito de memória.⁶⁷ Vejamos as imagens a seguir, retiradas da apresentação (vista como enunciado, já que num sentido foucaultiano o enunciado não é privilégio da linguagem verbal):

⁶⁶ Trecho da *Portela* desfilando no carnaval de 1972 disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jp5fJTAOYqc>>. Acesso em: 21/12/2019.

⁶⁷ A discussão realizada a seguir faz parte de análise publicada em 2019, em artigo intitulado “Bajubá: a subversão das identidades por meio da linguagem LGBT” pela Revista Redisco, conforme consta nas referências.



Nas imagens o cantor apresenta-se vestido com um macacão cheio de fitas esvoaçantes, de cabelos longos e soltos, pulseira e colares completando o figurino, e gesticulação afeminada. Por que essa a apresentação de Caetano pode ser considerada um acontecimento discursivo?

Em sua obra *A arqueologia do saber*, Foucault (2008a) mostra que um enunciado é um acontecimento à medida abre para si mesmo uma existência no campo da memória, porque é:

único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem (FOUCAULT, 2008a, p. 32).

O acontecimento discursivo, percebido como enunciado formador de reminiscência, abre “para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória” (FOUCAULT, 2008a, p. 31). Em sua originalidade, o acontecimento também coloca em evidência um sujeito discursivo, destacando sua inscrição em determinada relação de poder. Sobre isso, Possenti (2009, p. 119) afirma que o acontecimento é “o que foge à estrutura”, instalando uma singularidade enunciativa, possibilitando a emergência de outros enunciado.

A apresentação de Caetano inova por quebrar uma suposta *performance* de gênero. É certo que antes de 1978 Mick Jagger já se apresentava com visual andrógono e gesticulação a ranger as estruturas de gênero, mas o Brasil estava em transição da ditadura para a democracia e, por aqui, as expressões artísticas ainda estavam sob olhar desconfiado de uma população que trazia vestígios da censura. Reinava um ideal feminino baseado na *performance* de Sonia Braga e um ideal masculino baseado na *performance* de Francisco Cuoco.

Caetano rompe com certa normalidade, tanto na questão de *performance* de gênero, quanto no uso da expressão em *bajubá* para compor sua música. O caso

reverberou em diversas mídias, que passaram a produzir enunciados sobre o acontecimento. Assim, a repercussão desse enunciado produziu um arquivo, em que a apresentação foi retornada diversas vezes. Dentre esses, destacamos:

- A criação de uma festa sobre a música brasileira, chamada “Festa Odara”⁶⁸;
- Reportagem falando sobre a nova fase de Caetano Veloso na qual o cantor ampliara suas experiências musicais⁶⁹;
- O cartunista Henfil, que teve uma atuação marcante nos movimentos políticos e sociais do país, lutando contra a ditadura, cria a expressão “patrulha odara” para designar artistas que apresentavam um trabalho sem uma conotação política⁷⁰.

Ligando tais fatos à AD em perspectiva foucaultiana, buscamos Possenti (2006, p. 97), que diz que o analista deve:

reunir um conjunto de textos que se relacionam a um acontecimento (e, evidentemente, entre si) (...) encontrará remissões dos diversos textos entre si e a outros textos do passado. Ou seja, logo se materializa uma memória discursiva – que trabalha para estabelecer relações entre um acontecimento do presente e outros acontecimentos, aos quais o que está em primeiro plano acaba sendo de alguma forma filiado.

Assim, ao reunir os textos que se referem à apresentação de Caetano, é possível identificar manifestação de posições, ou seja, é viável perceber determinada posição do sujeito enunciativo em relação ao tema em voga (contrário ou a favor). No caso específico da *performance* do cantor, é possível identificar em que posição o sujeito enunciativo está subscrito dentro das relações de poder no que tange à heterocisnormatividade. Assim, duas perguntas são essenciais para essa análise: Como o episódio (Caetano cantando *Odara* em 1978) produz efeitos de sentido? Que discurso a estratégia linguística e o corpo do cantor enunciam?

A música *Odara* foi gravada originalmente no LP *Bicho* de 1977, 10 anos após o marco inicial do Tropicalismo – as apresentações de Caetano e de Gil no III Festival de Música Popular da Record, com *Alegria, alegria* e *Domingo no parque*. Em *Bicho*,

⁶⁸ Conforme informações presentes em: <http://www.jornaldebrasil.com.br/clica-brasil/festa-odara-celebra-75-anos-de-caetano-veloso-e-50-anos-da-tropicalia/>. Acesso em: 27/01/2020.

⁶⁹ A reportagem pode ser acessada em: <<http://www.suplementopernambuco.com.br/artigos/1804-odara-ensina-a-levar-a-vida-entre-monstros.html>>. Acesso em: 27/01/2020.

⁷⁰ Conforme consta em: <<http://reynivaldobrito.blogspot.com/2010/08/caetano-desabafou-da-patrulha-odara-e.html>>. Acesso em: 27/01/2020.

Caetano abandona um teor melancólico de violão adotado depois de seu exílio e mostra vontade de fazer músicas com arranjos mais alegres.

Odara é uma música simples, quase um mantra que repete enunciados de alegria, descontração e paz. Mas por que essa letra tão simplória não pode ser considerada como apolítica ou sem referência a questões sociais? Por dois motivos: primeiro, o compositor baiano recorre a uma expressão em bajubá para enunciar; segundo, a própria *performance* do cantor questiona a heterocisnormatividade.

Odara, em bajubá, tem efeito de sentido como algo que abarca o bem, o belo, o gostoso numa mesma ideia. *Odara* representa, então, algo muito positivo, e no contexto da música expressa prazer de viver e de ser capaz de contagiar os outros com um estado do espírito positivo.

Então, uma festa denominada *Festa Odara* demonstra uma inscrição em determinada relação de poder. O fato de nomear a festa com a expressão em bajubá mostra que o evento está aberto a sujeitos que questionam a heteronormatividade e a cisnormatividade.

Uma reportagem falando que Caetano amplia em *Odara* suas experiências musicais também indica o mesmo posicionamento, já que essa afirmação inclui a ideia de que as opções rítmicas, lexicais e performáticas contribuem para uma forma diferente da norma estabelecida.

Já a expressão “patrulha odara” deixa clara a inscrição do sujeito enunciator porque critica abertamente o compositor, avaliando-o como alienado. Ao que parece sem compreender em completude a mensagem de resistência que a apresentação transmitiu.

A letra da canção diz:

*Deixa eu dançar pro meu corpo ficar odara
Minha cara minha cuca ficar odara
Deixa eu cantar que é pro mundo ficar odara
Pra ficar tudo joia rara
Qualquer coisa que se sonhara
Canto e danço que dara*

Ao procedermos a leitura, logo percebermos um rompimento com o aspecto formal da língua, revelando determinada inscrição do sujeito enunciator no que tange à norma linguística. Expressões como “pro”, “cuca” e “pra” demonstram que o sujeito enunciator faz escolhas lexicais que transmitem sensação de simplicidade.

Assim, pode-se dizer que o sujeito discursivo, ao fazer usos estratégicos de recursos lexicais, rítmicos e performáticos, demonstrou uma posição de questionamento

das normas estabelecidas. O cantor, ocupando uma posição-sujeito específica, de forma poética, questiona a heterocisnormatividade ao retirar a sua própria identidade de uma caixa regulatória.

Sobre Caetano, Trevisan (2007, p. 286) escreve:

Sua ambiguidade, que perturbava militares e esquerdas, foi também responsável pela imagem de um Caetano não ortodoxo na área dos costumes – “onde queres família sou maluco/(...) onde buscas o anjo sou mulher”, proclamava ele numa canção. (...) Ainda que repetisse explicitamente que não transava com homens, Caetano provocou furor quanto, após voltar de Londres, na década de 1970, subiu aos palcos brasileiros de bustiê e batom nos lábios (...). Ainda mais provocar em seus shows posteriores – verdadeiros festivais de desmulhecação -, Caetano costumava beijar insistentemente a boca de cada um de seus músicos (...)

A criação e apresentação da música *Odara*, e sua obra como um todo, demonstram uma experiência estética de contestação, demolindo estruturas rígidas de gênero. Caetano cria (com gestualidade, imagem, vocabulário e ritmo) uma interseção de contracondutas, demonstrando como a linguagem tem a capacidade e o poder de questionar e ressignificar normas postas, abrindo fissuras nas ordens discursivas.

Em consonância com Foucault (1996), esse enunciado possibilita “mostrar como as práticas sociais podem engendrar domínios de saber que fazem aparecer novos objetos, (...) e que fazem nascer formas totalmente novas de sujeitos” (SOUSA, 2017, p. 101).

2.2 Funcionamento linguístico do bajubá

Serventia pajubeyra
Para apagar as palavras
Desbotar os sentidos
Rasurar a semântica
E sambar nenada na cara da sociedade
Para isso é que serve o pajubá.
(LUCAS LIMA, 2017, p. 156)

Segundo Bagno (2011, p. 37), todo trabalho “acerca da linguagem e das línguas, para ser coerente do ponto de vista teórico, político-ideológico, pedagógico e metodológico, tem de definir o que entende por língua”. Isso significa que o conceito/noção de língua pode variar de acordo com a perspectiva teórica.

Evidentemente, nossa perspectiva é discursiva, na qual o interesse paira sobre os aspectos histórico-sociais da linguagem. Nosso interesse não está em aspectos estritamente linguísticos, mas em aspectos “ideológicos impregnados nas palavras

quando elas são pronunciadas” (FERANDES, 2008, p. 17). Contudo, necessitamos de elementos linguísticos, pois são por meio deles que os discursos ganham existência material.

Nesta seção, especificamente, trataremos da língua como proposto por Saussure (2006): um sistema de signos interiorizados por um povo e um conjunto de regras que regem seu funcionamento.

Assim, uma contribuição extremamente importante do mentor do CLG foi a concepção de que o signo linguístico é um elemento representativo, constituindo-se de dois aspectos básicos: o *significante* e o *significado*, os quais formam um todo indissolúvel. O significante é o que o ele classifica de “imagem acústica”, e o significado é o conceito, ideia, sentido ou concepção que cada pessoa tem de determinada palavra.

Ao preconizar que o signo estabelece uma relação arbitrária entre o significante e o significado, ele deixa claro que não existe uma relação natural entre as duas partes do signo, ela é resultado de uma convenção entre os membros de uma determinada comunidade. Ou seja, não há razão para que um significante esteja associado a um significado.

Por esse ângulo, fica claro que não existe um significante *a priori* verdadeiro, qualquer um pode ser válido. Mas, apesar de haver essa ideia de que em sua origem o signo linguístico é arbitrário, Saussure não deixa de reconhecer que em alguns casos existem motivações entre significante e significado. Dessa forma, existiria a possibilidade do signo ser arbitrário absoluto ou arbitrário relativo. Por exemplo: a palavra “mulher” representaria um signo arbitrário absoluto porque o seu significante não tem relação direta com seu significado, ou seja, não representa naturalmente o ser humano que detém determinadas características construídas socioculturalmente para o gênero feminino, de modo que outros significantes seriam possíveis, como “mina” (linguagem informal, usada pelos jovens do Brasil), “femme” (do francês), “woman” (do inglês) ou “amapô” (do bajubá). Por outro lado, a palavra “amaposinha” seria um caso de arbitrário relativo, pois existiria um signo motivado, isto é, há uma associação sintagmática de “amapô” (morfema para “mulher”) mais “sinha” (morfema sufixal de diminutivo).

O linguista suíço também analisou a linguagem por meio de dois eixos: paradigma e sintagma. Para ele, os elementos linguísticos podem manter relações em dois domínios distintos: um eixo de seleção (paradigmático), e um eixo de combinação (sintagmático). Dessa forma, se pegarmos a frase em bajubá *Amapô, vou cortar seu picumã!* (Mulher, vou cortar seu cabelo!) como exemplo, temos:

EIXO DO PARADIGMA (SELETIVO) →	Amapô	vou	cortar	seu	picumã
	Mona	aquenda		essa	neca
	Bill	quero	atender	aquele	boy
	Maricona	irei	comprar	nosso	otim
	EIXO DO SINTAGMA (COMBINATÓRIO) →				

Percebemos, então, que o paradigma é o eixo vertical, das substituições de palavras, e o sintagma é o eixo horizontal do discurso (fala), correspondendo às múltiplas possibilidades de combinação das palavras em frases.

Outro aspecto do funcionamento linguístico-discursivo do bajubá a ser destacado é que, assim como acontece com qualquer língua, ele não é estático e homogêneo. Ele sofre variações históricas, sociais, geográficas e situacionais.

Em relação às expressões orais, é fundamental entender que os enunciados são quase sempre acompanhados por gestos e outras expressões corporais e fonéticas bem acentuadas. Sobre isso, Trevisan (2007, p. 35) diz que o bajubá tem a capacidade de resistir ao sistema de poder que controla os LGBTs porque “nessa subversão cultural se inscrevem o deboche, a desmulhecação, a ironia e o riso, florescendo num descaso pelas normas de gênero sexual”.

Quanto aos enunciados escritos, não existe preocupação e/ou regra de ortografia. Em relação aos aspectos semânticos, o bajubá não segue uma regularidade, ora as expressões mantêm o sentido literal do Português Brasileiro (PB), ora modifica. O mesmo acontece com palavras do iorubá, quando resgatadas pelo bajubá. A própria expressão *pajubá* que vem do iorubá e tem o sentido de “segredo”, é ressignificada pelos sujeitos bajubeiros e passa a ter um efeito de sentido mais amplo, abrangendo também os sentidos de “notícia”, “fofoca” e “novidade”.

A sua estrutura oracional, assim como o PB, é composta por sujeito-verbo-objeto. Contudo, no que tange às concordâncias verbal e nominal, a tendência é que seja irregular. Assim, para a frase em PB “As mulheres cortaram seus cabelos”, teríamos em bajubá “As amapô cortou seus picumã”.

No que se refere às questões fonéticas, uma das características mais marcantes do bajubá é o recurso de pronunciar as palavras de forma a alongá-las. Do ponto de vista do aparelho fonador em que os sons são articulados, é comum dar destaque aos fonemas

palatais agudos, isto é, quando a língua toca no céu da boca, evitando provocar vibrações nas cordas vocais.

FONEMA	EXEMPLO	SIGNIFICADO
/x/	“ <u>chu</u> ca”	Limpeza anorretal.
/nh/	“ <u>in</u> hai”	Expressão de cumprimento.
/l/	“ <u>l</u> uxo”	Ter sucesso em algo.

De acordo com o papel desempenhado pelas pregas vocais no momento em que o som consonantal é produzido, o bajubá privilegia os sons sonoros surdos (quando o ar passa livremente pelas pregas vocais).

FONEMA	EXEMPLO	SIGNIFICADO
/p/	“picumã”	Cabelo.
/f/	“função”	Uso de drogas.
/s/	“sapa”	Lésbica.
/t/	“tia”	Aids, HIV.
/k/	“cafuçu”	Homem de pele escura e jeito rude.

No que se refere ao léxico, ele é composto basicamente da incorporação ao PB de palavras do iorubá, palavras do inglês, neologismos e inovações polissêmicas, como podemos ver nos exemplos a seguir:

Palavras do Iorubá	Palavras do Inglês	Neologismos	Inovações Polissêmicas
Ocô (homem)	Boy (rapaz)	Xoxar (debochar)	Mala (volume do pênis na roupa)
Odara (bonito)	Bareback (sexo sem camisinha)	Chuca (limpeza da região anal)	Horrores (muito)
Alibã (polícia)	Bear (gay gordo e peludo)	Pencas (muito)	Atender (transar)
Erê (menino novo)	Daddy (gay com mais de 40 anos)	Mona (gay)	Cheque (fezes)
Equê (mentira)	Jock (cueca que deixa os glúteos à mostra)	Uó (coisa ruim)	Doce (ruim)

Ao que se sabe, pelo menos uma palavra do bajubá é de origem indígena: *picumã*. Em relação às inovações polissêmicas, há uma regularidade no que tange aos nomes das drogas: geralmente são denominadas por substantivos próprios no feminino.

TERMO EM BAJUBÁ	NOME DA SUBSTÂNCIA EM PB
Maria	Cocaína
Tereza	Maconha
Beatriz	Ecstasy
Keila	Ketamina
Gisele	GHB

O bajubá, enquanto socioleto, carrega consigo um conjunto de demarcações linguísticas, envolvendo, principalmente, marcas de natureza semântico-lexical, mas também fonéticas, sintáticas e gestuais. Contudo, as formas de manifestação desse código linguístico carregam consigo fatores relacionados ao poder e à resistência, como veremos no próximo capítulo.

3. CARTOGRAFIA DO PODER HETEROCISNORMATIVO

Gostaria de observar a maneira como diferentes mecanismos de poderes funcionam em nossa sociedade, entre nós, no interior e fora de nós. Gostaria de saber de que maneira nossos corpos, nossas condutas do dia-a-dia, nossos comportamentos sexuais, nosso desejo, nossos discursos científicos e teóricos se ligam a muitos sistemas de poder que são, eles próprios, ligados entre si.
(FOUCAULT, 2006a, p. 469)

Nas obras foucaultianas, encontramos acessos diversos para pensar nos mecanismos de controle e na forma como eles agem na produção de subjetividades. Segundo Prado Filho (2017), foi nos anos 1970 que Foucault desenvolveu a genealogia do poder: uma estratégia analítica de relações e práticas de poder que operam em microfísicas, problematizando, entre outros mecanismos, a objetivação e subjetivação dos sujeitos e os dispositivos de poder.

Quando se dá enfoque à genealogia, o analista deve refletir sobre as estratégias de poder e a forma como elas agem na condução das condutas. Contudo, essa análise deve levar em consideração o objetivo de Foucault, que foi “criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos” (DREYFUS e RABINOW, 1995, p. 231). Assim, não foi o poder o tema central para Foucault, mas o sujeito.

Ao tomar o sujeito como o centro de seu trabalho, Foucault (1997) deixa claro que a sua noção de sujeito se opõe à “filosofia do sujeito”, na medida em que dentro dela entende-se o sujeito como constituinte do conhecimento e significação. Foucault diz: “esforcei-me por sair da filosofia do sujeito por meio de uma genealogia que estuda a constituição do sujeito através da história” (FOUCAULT, 1997, p. 205). O trabalho de Foucault, portanto, é um trabalho sobre o sujeito na história.

Como visto no primeiro capítulo, em perspectiva foucaultiana, é na trama histórica que os sujeitos são constituídos:

o pensamento de Foucault apresenta-se, desde o início, como uma crítica radical do sujeito tal qual é entendido pela filosofia "de Descartes a Sartre", isto é, como (...) absolutamente livre. O desafio é, portanto, em contra posição às filosofias do sujeito, chegar a "uma análise que possa explicar a constituição do sujeito na trama histórica" (...) Portanto, resta pensar o sujeito como um objeto historicamente constituído com base em determinações que lhe são exteriores (...) (REVEL, 2005, p. 146).

O filósofo questiona o sujeito enquanto autoconsciente e autônomo. Suas análises demonstram um sujeito constituído historicamente por discursos que agem permanentemente na produção de subjetividade.

A subjetividade, nesse contexto, é desenvolvida a partir de práticas de objetivação, isto é, práticas que fazem do sujeito um objeto de determinados saberes. Contudo, a subjetividade também se dá por meio de práticas de subjetivação, “que liga o sujeito a uma forma de ser, de comportar, de agir, em suma, a uma determinada identidade” (PAIXÃO, 2017, P.2 03).

Esses mecanismos de poder, almejando sujeitos politicamente dóceis e economicamente úteis, ditam “a lei, no que diz respeito ao sexo. O que significa, em primeiro lugar, que o sexo fica reduzido, por ele, a regime binário: lícito e ilícito, permitido e proibido” (FOUCAULT, 1988, p. 81).

O Brasil nem sempre foi conduzido dessa forma. Antes da colonização, outros discursos, fundamentados nas culturas indígenas, regiam as condutas. Em relação às práticas sexuais e representações de gênero dissidentes, Trevisan (2007) evidencia que quase tudo era permitido antes da invasão portuguesa. Homossexualidade, bissexualidade, transgeneridade, poligamia, masturbação mútua, práticas de sexo anal e grupal, etc., não eram problematizadas como desvios de uma norma.

Segundo Lucas Lima (2017) foi no período da colonização que ocorreu essa mudança no funcionamento do poder, quando o homem europeu se escandalizou com as práticas sociais dos povos silvícolas.

Sobre a época pré-colonial, Trevisan escreve:

Mas entre os costumes devassos dos habitantes desse paraíso tropical, nada chocava mais os cristãos da época do que a prática do “pecado nefando”, “sodomia” ou “sujidade” – nomes então dados à relação homossexual que, segundo o pesquisador Abelardo Romero, “grassava há séculos, entre os brasis, como uma doença contagiosa. (...) Em 1587, o português Gabriel Soares de Souza verificava que os tupinambás “são mui afeiçoados ao pecado nefando, entre os quais não se têm por afronta; e nas suas aldeias pelo sertão há alguns que têm tenda pública a quantos os querem como mulheres públicas”. Ou seja, existiria até alguma coisa parecida com a nossa prostituição masculina. Mas, para Gabriel Soares, piores eram seus vizinhos tupinaés, “muito mais sujeitos ao pecado nefando do que os tupinambás. No mesmo século, mais precisamente 1576, outro português – Pero de Magalhães de Gândavo – também observava que os índios “se entregavam ao vício (da sodomia) como se neles não houvera razão de homens”. (...) No princípio do século XIX, Carl von Martius relatou, entre os índios guaicurus, a existência dos chamados *cludinas*, homens castrados, segundo ele, “que se vestem como mulheres” (...). Em 1859, ao viajar pelo Nordeste brasileiro, o pesquisador alemão Avé-Lallemento tentava uma explicação ao escrever que, entre os índios botocudos, não havia homens e mulheres mas sim homens-mulheres e mulheres-homens, pois sua própria constituição física não variava muito de um sexo para o outro – ao contrário do sistema patriarcal-ocidental, responsável pelos padrões de força no homem e de fragilidade na mulher, conforme a análise do sociólogo Gilberto Freyre (TREVISAN, 2007, p. 65-66).

Vê-se outras relações de poder em relação às práticas sexuais, ao direcionamento dos afetos e às identidades de gênero no Brasil daquele período. Foi o homem europeu quem inaugurou a disciplinarização da sexualidade da forma como a conhecemos hoje, trabalhando nas subjetividades durante a colonização.

A família patriarcal, conforme Freyre (1977), foi uma das primeiras táticas de controle. Aos modos de Portugal, o casamento passou a institucionalizar o vínculo entre duas pessoas, mediante o reconhecimento da igreja.

A defesa do casamento interessava tanto ao Estado português quanto à Igreja Católica. De um lado, era necessário um contingente de pessoas elevado para desenvolver e ocupar o país. Por outro, tratava-se, sob interesses da Igreja, de divulgar a fé cristã (Del Priore, 1994). (...) O que se pregava era a orientação para o casamento, devendo o sexo ser apenas exercido com a finalidade de procriação (ZANELLO, 2018, p. 63-64).

O dispositivo de aliança, já funcionando produtivamente na Europa, é instalado na cultura nacional, imbricando o casamento a elementos morais, tais como monogamia, patriarcado, heterossexualidade e reprodução. Isso significa dizer que, num primeiro momento, a forma de funcionamento do processo de subjetivação volta-se principalmente aos mecanismos da fé e da jurisdição:

Eles fixavam, cada qual a sua maneira, a linha divisória entre o lícito e o ilícito. Todos estavam centrados nas relações matrimoniais: o dever conjugal [...]. Romper as leis do casamento ou procurar prazeres estranhos mereceriam de qualquer modo, condenação (FOUCAULT, 1988, p. 38-39).

Considerando que emergiu um mecanismo de controle por meio do casamento, é preciso considerar que antes disso, outras formas de organização social eram possíveis. Engels (1984), em seu livro *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, mostra que as primeiras famílias que existiram estavam pautadas em outros preceitos, muito diferentes dos padrões organizacionais tais como concebemos hoje. As famílias eram constituídas por agrupamentos humanos nos quais seus membros não estavam ligados necessariamente por laços sanguíneos. Assim, era possível que um sujeito tivesse mais de uma mãe ou pai, por exemplo, e que ocorressem naturalmente relações íntimas entre irmãos.

Percebemos, com Foucault (1988), por meio da historicidade do dispositivo de aliança, que a noção de família ganha outra formatação, inserida em mecanismos de poder, ligada a elementos da fé e da economia. Enfim, “o dispositivo de aliança se articula fortemente com a economia devido ao papel que pode desempenhar na transmissão ou na circulação das riquezas” (FOUCAULT, 1988, p. 101).

Esse dispositivo de aliança, segundo Foucault (1988) deu conta sozinho de conduzir as condutas dentro da norma esperada pelo homem branco europeu até o século XVIII. Contudo, devido aos acontecimentos históricos, principalmente aqueles relacionados à revolução francesa e a revolução industrial, quando as mulheres passam a solicitar direitos iguais, fez-se necessário uma nova configuração dos mecanismos de controle: emergindo, assim, o dispositivo de sexualidade.

De acordo com Foucault (1988), a partir de então, passa-se a utilizar a sexualidade como um mecanismo de controle dos modos de existência. É a partir do século XVIII, como vimos anteriormente, com a formação do capitalismo e a ascensão econômica da burguesia, que as ciências emergem com discursos sobre quem é o homem e sobre quem é a mulher e quais são as maneiras corretas de conduzir a vida de forma saudável. O corpo é posto no centro de uma teia discursiva de produção de saber, manipulando os comportamentos sociais.

A prognose do filósofo é, portanto, a de que

o projeto de uma ciência do sujeito começou a gravitar em torno da questão do sexo. A causalidade no sujeito, o inconsciente do sujeito, a verdade do sujeito no outro que sabe, o saber, nele, daquilo que ele próprio ignora, tudo isso foi possível desenrolar-se no discurso do sexo. Contudo, não devido a alguma propriedade natural, inerente ao próprio sexo, mas em função das táticas de poder imanentes a tal discurso (FOUCAULT, 1988, p. 68-69).

Desse modo, cria-se um discurso normalizador e normatizador, trabalhando na subjetividade dos sujeitos, de modo a promover a internalização de condutas heterocisnormativas. A história, entretanto, não segue uma linha contínua e abrupta. Não há uma substituição de um mecanismo de poder por outro, mas deslocamentos em que um dispositivo ganha mais força que outro.

No Brasil, nesse primeiro momento, encontramos um funcionamento de poder exercido pelo rei e pela Igreja Católica Romana que, numa mistura de trabalho de fé e lei, exercia coerções, por meio de práticas de confissão.

Ora, a confissão é um ritual de discurso onde o sujeito que fala coincide com o sujeito do enunciado; é também, um ritual que se desenrola numa relação de poder, pois, não se confessa sem a presença ao menos virtual de um parceiro, que não é simplesmente o interlocutor, mas a instância que requer a confissão, impõe-na, avalia-a e intervém para julgar, punir, perdoar, consolar, reconciliar (FOUCAULT, 1988, p. 61).

Assim, na época colonial, os sujeitos viventes no Brasil tiveram suas condutas conduzidas também por meio da confissão. A heterocisnormatividade já podia ser

compreendida como uma vontade de verdade, pois sua imposição estava relacionada a uma prática histórica que reunia “comportamento sexual-confissão-verdade” (FOUCAULT, 2014, p. 332) num tripé consagrador da norma estabelecida.

O modo de funcionamento da prática de confissão não é mais o mesmo; contudo, a confissão “foi, e permanece ainda hoje, a matriz geral que rege a produção de discurso verdadeiro sobre o sexo” (FOUCAULT, 1988, p. 62). A confissão vincula o sujeito ao que ele enunciou, estipulando com a vontade de verdade estabelecida se o comportamento sexual (direcionamento do desejo + copulação + papel de gênero) deve ser normalizado.

Ao considerar que o poder só se exerce sobre sujeitos livres, sujeitos “que têm diante de si um campo de possibilidade onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamentos podem acontecer (FOUCAULT, 2013, p. 244)”, podemos dizer que na Era Colonial, pelo menos num determinado período, havia, dentro das relações de poder estabelecidas, algo muito próximo do poder soberano, pois a condução de condutas acontecia por meio do medo do suplício. Contudo, esse poder não pode ser considerado totalmente como o poder soberano da época medieval, pois, apesar das imposições violentas, operava também por meio de técnicas de racionalidade do poder, investindo nos processos de subjetivação. Também era possível ações de resistência, como de grupos indígenas que fugiam e que permaneciam com suas práticas culturais.

Um aspecto importante a ser destacado nesse período é que, no caso específico das mulheres, a misoginia não se manifestava da mesma forma para todas. Como mostra Priore (2011), mulheres brancas tinham suas existências destinadas exclusivamente à reprodução. Mulheres indígenas e negras não eram vistas com dignidade humana, eram objetos de todo tipo de servidão. Essas últimas estavam mais propensas a serem criminalizadas como bruxas, pois utilizam o conhecimento de ervas, sabedoria popular e rituais de suas crenças religiosas (orações, benzeduras) para praticar curandeirismo e assistir parturientes. As denunciadas eram consideradas culpadas até provarem a sua inocência.

Na busca de provas de culpabilidade ou a confissão do crime, eram utilizados procedimentos de tortura como: raspar os pelos de todo o corpo em busca de marcas do diabo, que podiam ser verrugas ou sardas; perfuração da língua; imersão em água quente; tortura em rodas; perfuração do corpo da vítima com agulhas, na busca de uma parte indolor do corpo, parte esta que teria sido “tocada pelo diabo”; surras violentas; estupros com objetos cortantes; decapitação dos seios. A intenção era torturar as vítimas até que assinassem confissões preparadas pelos inquisidores. Geralmente, quem sustentava sua inocência, acabava sendo queimada viva. Já as que confessavam, tinham uma

morte mais misericordiosa: eram estranguladas antes de serem queimadas (ANGELIN, 2005, p. 1).

Vemos que nessa estrutura de poder, muito próximo do poder soberano, a confissão não representava necessariamente dizer a verdade. O suplício, aplicado a mulheres fora da norma estabelecida, funcionava como a forma mais rude de condução das condutas femininas. Nesse sentido, confissão e tortura, ou a ameaça desta, constituíam-se como mecanismos bárbaros de controle das ações.

Seguindo a historiografia desse período, com Vainfas (2010), vemos que com a invasão do Brasil pela monarquia de Portugal (e conseqüentemente pela Igreja Católica Romana, que tinha estreitas relações políticas, econômicas e religiosas com aquele reino), a moral cristã-lusitana foi imposta aos habitantes da terra colonizada.

Todavia, antes da primeira visita do Tribunal do Santo Ofício, quem julgava os casos de comportamentos sexuais em desacordo com os ensinamentos bíblicos eram os donatários das capitanias hereditárias. Vainfas (2010, p. 211) ensina que:

Protegidos pela fraqueza da estrutura eclesiástica e pela quase total ausência da Inquisição até o fim do século XVI, a instrução de D. João III a Duarte Coelho, em 1534, autorizando-o a condenar e mandar executar, sem apelação nem agravo, os sodomitas de qualquer realidade que lhe viessem às mãos.

Com o passar de anos, deu-se conta de que a nova colônia era um lugar onde várias culturas se misturavam, como as práticas ritualistas e expressões da sexualidade dos indígenas, dos escravos africanos, e dos próprios portugueses que vieram para o Brasil a fim de cumprir penas. Fez-se necessário, então, visitas da Santa Inquisição a fim de investigar comportamentos e inibir qualquer prática alheia aos princípios estabelecidos pela igreja. Sobre isso, Aves (2011, p.4-5) escreve que:

No Brasil e na Europa, a prática da homossexualidade, era considerada um enorme pecado e seus praticantes estavam sujeitos a diversas punições, podendo até chegar a ser queimados na fogueira pelo tribunal do Santo Ofício. (...) Com a chegada do primeiro visitador, Heitor Furtado de Mendonça, em 1591, no Brasil, criou-se uma atmosfera de medo e insegurança em todos os habitantes, por serem constantes os casos de pessoas acusadas ao tribunal. Os delatores eram dos mais variados convívios, indo de vizinhos a parentes, e até mesmo os próprios sujeitos praticantes da sodomia, se confessavam, como forma de aliviar as suas faltas, sendo estes levados a tal ação movidos pelo sentimento de culpa, devido à religião ou por medo das possíveis punições, as quais variavam de acordo com a posição social de cada um. E o ato de se confessar é característico das medidas tomadas pela igreja no período da Contra Reforma.

Nesse momento, a condução das condutas estava relacionada a um poder autoritário, que girava em torno do suplício, isto é, “pena corporal, dolorosa (...) um

fenômeno inexplicável a extensão da imaginação dos homens para a barbárie e crueldade” (FOUCAULT, 2013, p. 35). Contudo, esse “poder soberano” é atravessado por outros mecanismos de dominação, com uma prática jurídica-discursiva e também uma construção discursiva de verdade pela Igreja.

Trevisan (2007), descrevendo o funcionamento do poder, mostra que, com o tempo, a Igreja perdeu força, sucumbindo-se à governamentalidade. Foi quando o saber político passou a ser utilizado como instrumento de controle da população, utilizando-se de estratégias do poder disciplinar e do biopoder, que, trabalhando em nomear e classificar as práticas desviantes, submetem sujeitos desde o ventre materno a **tecnologias de gênero**⁷¹, normatizando como a sexualidade deve ser vivida. É o que Foucault chamou de polícia do sexo, “isto é, necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pela proibição” (FOUCAULT, 1988, p. 28).

Em consonância com Foucault, Trevisan (2007) mostra como, ao longo dessa história, sujeitos desviantes da norma foram submetidos a outros procedimentos de normalização, tais como manicômios, prisões, procedimentos de reversão, exclusão social, minoração de direitos, entre outros.

3.1 Movências dos mecanismos de poder

Essas relações de poder são, portanto, móveis, reversíveis e instáveis.
(FOUCAULT, 2004a, p. 276)

No constante de suas pesquisas, Foucault elaborou diversos termos estratégicos com a finalidade de desembaraçar as linhas que compõem as relações de poder, interpretando como uma vontade de verdade histórica é utilizada como técnica de poder.

Trata-se, portanto, de observar a necessidade de se indagar, conforme a visada foucaultiana, sobre o que seria a verdade. A verdade não é nada além de um efeito de verdade produzido pelas relações de poder. Não há uma verdade única, à qual não se possa contestar ou refutar. A verdade é uma construção e está implicada às relações de poder, e também, à subjetividade do sujeito, envolvendo sua constituição histórica, social e cultural. Igualmente, a verdade não é estática, pois pode sofrer alterações de acordo com as relações do sujeito com a história e com os mecanismos de poder (LOPES, 2015, p. 303).

Através de uma análise genealógica, Foucault demonstra como os mecanismos de poder sofreram deslocamentos, adaptações de acordo com as demandas de cada urgência

⁷¹ “Tecnologia de gênero” é uma noção teórica criada por Teresa de Lauretis que, baseada em Foucault, argumenta que o gênero não deve ser entendido como algo dado, mas como produto de mecanismos que moldam pessoas e diferenciam indivíduos, estigmatizando-os binariamente como homens e mulheres.

histórica. No que tange à analítica do poder, destacamos três expressões utilizadas pelo filósofo como estratégia analítica: poder disciplinar, biopoder e dispositivo.

Conforme Foucault (2013), o poder disciplinar relaciona-se a uma nova forma de poder emergida no Ocidente no século XVIII com a queda do poder soberano. Um acontecimento, certamente, pois se configurou a irrupção de uma singularidade histórica na qual buscou-se por meio de técnicas um poder com “função maior de adestrar” (FOUCAULT, 2013, p. 153) os sujeitos, ao invés de garantir a ordem por meio de suplícios e espetáculos de execução pública.

Dessa forma, a disciplina diz respeito a “uma modalidade de poder que se caracteriza por medir, corrigir e hierarquizar” sujeitos (PINHO, 1998, p. 189), portanto, vigiando-os para poder regulá-los, não necessariamente por meio de punições físicas, mas muitas vezes trabalhando nas subjetividades. O poder disciplinar também é entendido como não centralizado no Estado, antes como técnicas de poder funcionando em rede, atravessando todas as instituições, utilizadas para docilizar os sujeitos para que esses se adequem às normas estabelecidas (FOUCAULT, 2013). Por outro lado, Foucault (2013, p.18) ensina que o poder sobre o corpo

tampouco deixou de existir totalmente (...). Sem dúvida, a pena não mais se centralizava no suplício como técnica de sofrimento (...). Porém castigos como trabalhos forçados ou prisão - privação pura e simples da liberdade – nunca funcionaram sem certos complementos punitivos referentes ao corpo: redução alimentar, privação sexual (...).

Consoante Foucault (2013), até meados do século XIX o poder disciplinar ainda era exercido sobre o corpo. Contudo, no decorrer da história, saberes científicos foram utilizados para justificar julgamentos dos sujeitos dentro de um parâmetro de normalidade, submetendo todos a constante vigilância a fim de os corpos estarem sempre dóceis. Passou-se a punir, então, por meio de perdas de direitos: retira-se o reconhecimento como sujeito normal, a dignidade de fazer parte de um grupo saudável, a honra de ser aceito em suas escolhas. Olhando por esse lado, podemos perceber que as ações dos sujeitos não são fruto das “escolhas de cada indivíduo nem da condição universal do humano; são oriundas e reguladas pelas condições de possibilidade e de controle historicamente produzidas” (PIOVEZANI & CURCINO, 2017, p. 43).

No decorrer de suas pesquisas genealógicas, Foucault percebeu que as táticas não eram apenas do tipo disciplinar, elas também se realizam por um biopoder:

(...) que age sobre a espécie humana, sobre o corpo como espécie, com o objetivo de assegurar sua existência. Questões como as do nascimento e da

mortalidade, do nível de vida, da duração da vida estão ligadas não apenas a um poder disciplinar, mas a um tipo de poder que se exerce no âmbito da espécie, da população, com o objetivo de gerir a vida do corpo social. O que não significa que as estratégias e táticas de poder substituam o indivíduo pela população (MACHADO, 2006, p. 178).

O biopoder diz respeito a questões de saúde e controle da massa, pois utiliza estratégias relacionadas à qualidade e manutenção da vida para regular comportamentos analisados pela ciência como perigosos. O biopoder é uma estratégia usada para o controle do sujeito, mas que tem uma dimensão coletiva, a população. Traça suas artimanhas sobre a vida dos sujeitos, direcionando as relações de poder-saber a uma classificação científica dos seres vivos: a espécie.

Ora, durante a segunda metade do século XVIII, eu creio que se vê aparecer algo de novo, que é outra tecnologia de poder, não disciplinar dessa feita. Uma tecnologia de poder que não exclui a primeira, que não exclui a técnica disciplinar, mas que a embute, que a integra, que a modifica parcialmente e que, sobretudo, vai utilizá-la implantando-se de certo modo dela, e incrustando-se efetivamente graças a essa técnica disciplinar prévia. Essa técnica não suprime a técnica disciplinar simplesmente porque é de outro nível, está em outra escala, tem outra superfície de suporte e é auxiliada por instrumentos totalmente diferentes. (FOUCAULT. 2005, p. 288-289).

Trata-se, portanto, de uma estratégia que se soma à disciplina, uma complementação de táticas. Poder disciplinar e biopoder, articulados entre si, agindo nos sujeitos, regulando o corpo e as ações com a finalidade de mantê-los sempre dóceis.

Se no poder soberano a regulação ocorria por medo da morte, já que existia o direito de tirar a vida, no biopoder, a regulação passa a ocorrer para atender as exigências para se preservar a vida, para não adoecer, para não desviar das normas científicas de prolongamento da existência. Nessa inversão de morte e vida, o biopoder regula pelo medo de não seguir as instruções de como cuidar/preservar a vida.

O biopoder é uma forma de normalizar a própria conduta da espécie, de reger, manipular, incentivar e observar macrofenômenos, como as taxas de natalidade e mortalidade, as condições sanitárias das cidades, o fluxo de infecções e contaminações, a duração e condições da vida. As tecnologias do biopoder e os saberes investidos nessas tecnologias produzem as categorias de anormalidade (delis tecnologias produzem as categorias de anormalidade (delinquente, perverso, doente, etc.), etc.), com base no par normal/anormal, e constroem formas para eliminá-las. (...) Assim, a manutenção da qualidade de vida de uns implica e exige a destruição da vida de outros; o poder traça a partilha entre a vida que merece viver e aquela que pode ser exterminada; instaura o corte entre a vida protegida e a vida abandonada, relegada à esfera marginal que fica fora do núcleo da comunidade política e que, estando banida, pode ser capturada e morta (SOUSA, 2017, p. 130-131).

O biopoder, diz Foucault (2008b), é o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, “na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais, vai poder

entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral do poder” (FOUCAULT, 2008b, p. 3). É a utilização das ciências, sobretudo médicas, para preservar a vida apenas de quem segue sua norma. É uma estratégia de controle, um trabalho sobre todos para que sigam um tipo disciplinado de vida. Por exemplo, ao adotar uma visão essencialista de sexo/gênero, a ciência criou manuais definindo a normalidade relativa às questões sobre a sexualidade, excluindo (seja para tratamento, seja para expulsar do convívio social) sujeitos LGBTs.

3.2 Dispositivo heterocisnormativo

[O dispositivo pode ser entendido] como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência histórica.
(FOUCAULT, 2004a, p. 244)

O filósofo italiano Giorgio Agamben (2009) diz que a palavra "dispositivo" é um termo técnico decisivo na estratégia do pensamento de Foucault. Na entrevista intitulada *Sobre a história da sexualidade*, Foucault (2004a, p. 244) define dispositivo como:

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. (...) [O dispositivo pode ser entendido também] como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência histórica. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante.

A partir da conceituação elaborada pelo filósofo em sua fase genealógica, podemos destacar o dispositivo como: a) uma rede envolvendo vários mecanismos, funcionando estrategicamente, com finalidade de governar condutas; b) composto de coisas ditas e não ditas; c) uma formação que responde a uma urgência histórica. Vemos, portanto, o dispositivo, apesar de nem sempre perceptível em funcionamento enquanto monitoramento, sendo composto de práticas, tecnologias e discursos que visam gerenciar condutas, conforme uma necessidade das relações de saber-poder em determinado momento histórico.

O dispositivo diz respeito a um conjunto de elementos variados que se relacionam para atingir um objetivo de controle. Eles emergem a fim de resolver uma situação nova dentro das relações de poder já estabelecidas, sendo, justamente por isso, nunca estáticos, ao contrário, estão sempre sofrendo reajustamentos, já que são instituídos na disputa entre as tecnologias de dominação e os movimentos de resistência.

No que diz respeito à heterocisnormatividade, é importante notar que no cotidiano da sociedade brasileira contemporânea, levando-se em consideração a memória discursiva, circulam enunciados reforçando a ideia de que ser homem ou ser mulher é algo inevitavelmente associado ao órgão sexual, porque

a sociedade continua praticando o exagero de colocar em dois únicos órgãos – a vagina e o pênis – a responsabilidade pela origem e a manutenção de um vasto arsenal de diferenças existentes entre o homem e a mulher, a maioria delas totalmente irreais e sem fundamento. Diferenças que incluem desde coisas ingênuas e prosaicas, como cores e tipos de roupa “próprios” e “impróprios” para cada categoria de gênero, até complexos e refinados atributos físicos, comportamentos, atitudes, estilos de vida e papéis e funções na família e na sociedade (LANZ, 2015, p. 25-26).

Ao adentrarmos o tronco genealógico desse pensamento essencialista com a ferramenta analítica *dispositivo*, numa análise foucaultiana, constatamos que a explicação etiológica para essa divisão entre dois gêneros baseada nos órgãos sexuais não ocorre de forma tão espontânea e natural como se possa imaginar; longe disso, houve uma construção discursiva em determinado momento da história, funcionando como efeito de verdade, que segmentou os sujeitos com fins estratégicos. No Brasil, esse dispositivo desenvolveu-se com a instalação do dispositivo de aliança, conduzindo os sujeitos ao casamento heterocisnormativo, e só se transmutou a partir do século XVIII, quando o dispositivo de sexualidade entra em cena.

Mas, se seguirmos o entendimento de Foucault (2004a), sobre a definição do dispositivo, podemos nos questionar sobre o dispositivo heterocisnormativo: que urgência histórica solicitou sua emergência? Para responder a essa pergunta, atrelados na história do Brasil a partir de Trevisan (2007), temos que nos atentar para o fato de que, em sua formação, o Brasil teve os nativos escravizados, africanos conduzidos para cá coercitivamente em navios negreiros para tornarem-se vassalos, e portugueses extraditados por crimes contra o rei ou contra a Igreja.

Dentro dessas demarcações arbitrárias, definiu-se (não menos arbitrariamente) a presença de um povo nascido de um embrião de prisioneiros e bandidos portugueses aqui deixados, que se amalgamou com indígenas dominados e, posteriormente, com negros africanos para cá trazidos como escravos (TREVISSAN, 2007, p. 46-47).

Assim, sobre a constituição sócio-histórica do Brasil, há vários relatos demonstrando que a lascividade era muito presente naquele contexto. Por exemplo:

- Gabriel Soares verificou que, para aumentar o tamanho de seus modestos membros viris, os silvícolas tupinambás – tão luxuosos que não há pecado de luxúria que não cometam – colocavam

sobre o pênis o pêlo de um bicho peçonhento que o fazia inchar e aumentava-lhe a dimensão – com o que esse lhe faz o seu cano tão disforme de grosso, que os não podem as mulheres esperar, nem sofrer. (TREVISAN, 2007, p. 64).

- Em 1556, o francês André Thevet observou que os índios ofereciam suas filhas para os estrangeiros, em troca de qualquer ninharia. (...) O jesuíta português José de Anchieta confessou nunca ter ouvido falar de um índio que tivesse matado sua mulher por causa de adultério; e Gabriel Soares relatava, ainda no século XVI, que as índias chegavam a arranjar novas amantes para seus próprios maridos. Aliás, tanto a poliandria quanto a poligamia foram comumente verificadas (...) (TREVISAN, 2007, p. 64-65).
- O padre Manoel de Nóbrega foi provavelmente o primeiro visitante a notar esse costume no Brasil quando, em 1549, comentou que muitos colonos tinham índios por mulheres, seguindo o costume da terra. (...) No mesmo século, mais precisamente em 1576, outro português – Pero de Magalhães de Gândavo – também observava que os índios se entregavam ao vício (sodomia) como se neles não houvera razão de homens. (TREVISAN, 2007, p. 65).
- O padre Pero Correa escrevia, em 1551: há cá muitas mulheres que assim nas armas como em todas as outras coisas seguem ofício de homens e têm outras mulheres com que são casadas. (TREVISAN, 2007, p. 67).
- As negras mais formosas acabavam fatalmente como amásias e objetos sexuais de seus senhores, a quem iam fornecer inclusive filhos bastardos, num clima de aberta promiscuidade. Era também com as escravas que os filhos dos senhores de engenho iniciavam sua vida erótica, da qual não excluía os negrinhos da mesma idade como seus joguetes sexuais: na verdade, era frequente que o menino branco se iniciasse no amor físico mediante a submissão do negrinho (...) (TREVISAN, 2007, p. 116).
- O irmão Antônio d'Águiar, por sua vez, confessou que, tendo entre 12 e 13 anos, relacionou-se sexualmente também com outro parceiro, o “mameluco forro” (liberto) Marcos, de 17 ou 18 anos, criado da casa e que, chamado por eles ou de espontânea vontade, ia dormir na cama dos dois irmãos. Às vezes, estando Antônio de bruços, sobre ele se deitava o dito Marcos, metendo seu membro desonesto pelo vaso traseiro dele confessante, e cumprindo nele por detrás como mulher por diante (...) (TREVISAN, 2007, p. 138).

É possível perceber, a partir desse pequeno arquivo, que no Brasil colônia a junção das três etnias (indígenas com organizações familiares e vivências da sexualidade peculiares; portugueses que vieram cumprir penas, muitas vezes por crimes de libertinagem; e africanos submetidos a todo tipo de servidão sexual) favoreceu práticas volupiosas. Contudo, a colonização aconteceu por uma lógica mercantilista que buscava uma acumulação primitiva de capital. Fazia-se necessário estabelecer, ao modo europeu, um tipo de norma social que contribuísse para melhores resultados econômicos.

Conforme demonstra Pimentel (2007), a coroa portuguesa entendia que os moradores da colônia não eram devidamente civilizados, autorizando aos donatários das capitanias e à igreja impor o modelo de família considerado "normal" aos colonos.

Este discurso cria inúmeros mecanismos de construção de gênero e de hierarquias sociais. Ao considerar que os povos não estão suficientemente civilizados, o monarca absolutista português, D. João, estabelece os valores que deveriam ser impostos pelo governante que o representava na capitania de São Paulo e nas terras de Minas. Era preciso “civilizar” em decorrência das

desordens existentes pela ausência de regras. Aqui se desenha a imagem dos “primitivos” a ser “reduzidos”. A perspectiva etnocêntrica define seus valores como verdadeiros, fazendo-os circular, instituindo-os em materialidades diversas, entre as quais o casamento, que surge deste texto como fator de aquietação da população, capaz de tornar as pessoas obedientes e apegadas aos bens adquiridos. (...) A família surge como base da ordem social, como fator de reprodução das normas (PIMENTEL, 2007, p. 39).

Amparados nos costumes europeus e na fé cristã, os colonizadores passaram a estabelecer a família nuclear, isto é, composta por pai, mãe e filhos e vinculada à coabitação, onde o pai é o chefe da família. Ao instituir proibições, determinando o que era “certo” e o que era “errado”, os representantes do rei seguiam um padrão lusitano no qual o papel da mulher estava restrita aos afazeres domésticos e o homem tinha o papel de ser o provedor do lar. As escrituras sagradas e seus representantes eclesiásticos também serviam como mecanismo para modificar todo e qualquer comportamento não condizente com a união entre homem e mulher.

Ensinou-se, assim, que o sexo era somente para procriação (Gênesis 1: 28), que a mulher era uma ajudante do homem (Gênesis 2:18), devendo sujeitar-se a ele (Efésios 5:22), cuidar da casa (Provérbios 31:27) e vestir-se com descrição (1 Timóteo 2:9). Em relação a outras práticas afetivas, sexuais e/ou identitárias, a Igreja também é quem dava o tom: condenava as práticas não heterossexuais, não monogâmicas e qualquer expressões de gênero desviantes (Levítico 20:13, 1 Timóteo 3:12, 1 Coríntios 6:10, Romanos 1:26-27 e Deuteronômio 22:5).

A urgência histórica nesse dispositivo foi forjada, já que surgiu de uma demanda da conquista do novo território. Precisou-se mudar a forma de os sujeitos conviverem a fim de obter comportamentos disciplinados. O controle foi pautado numa legislação portuguesa (denominada Ordenações) e na moral cristã, que se manipulavam simultaneamente. Eram, portanto, os ensinamentos da Igreja e da monarquia que controlavam os comportamentos e ações dos sujeitos no Brasil colônia. Ambos se voltavam para o controle da sociedade e eram aliados nessa empreitada.

o casamento surge como elemento normatizador por excelência das relações sociais e divisor de águas entre a sexualidade lícita e a ilícita. As diferenças de gênero, de posições sociais e de etnia vão aparecer, a partir das normatizações, como aspectos constitutivos da maneira de ver o mundo da época (PIMENTEL, 2007, p. 31).

O dispositivo heterocisnormativo (doravante, DHC) no Brasil é, portanto, fruto da colonização, acontecimento marcante da transição do feudalismo para o capitalismo. Tem sua instauração iniciada a partir do dispositivo de aliança, organizando a sociedade em

“seres-famílias” e trazendo no seu cerne normas de papéis sociais para os gêneros. Traz também uma norma para as práticas sexuais e para as expressões de gênero, a heterossexualidade e a cisnormatividade, já que as relações sexuais eram vistas apenas com finalidade de procriação, devendo os sujeitos expressarem-se de acordo com o que Deus determinou para o ser homem e para o ser mulher.

3.3 Funcionamento do DHC

Explicar as categorias fundacionais de sexo, gênero e desejo como efeitos de uma formação específica de poder supõe uma forma de investigação crítica, a qual Foucault, reformulando Nietzsche, chamou de “genealogia”. A crítica genealógica recusa-se a buscar as origens do gênero (...); em vez disso, ela investiga as apostas políticas, designando como origem e causa categorias de identidade que, na verdade, são efeitos de instituições, práticas e discursos cujos pontos de origem são múltiplos e difusos. (BUTLER, 2003, p. 9)

Com base na seção anterior, podemos dizer que o DHC esteve alocado dentro do dispositivo de aliança até meados do século XVIII. Contudo, como exposto por Foucault (1988), a partir deste período começaram a ocorrer uma série de mudanças nas relações de poder e novos regimes de verdade fizeram-se necessários.

Assim,

A sociedade que se desenvolveu no século XVIII – chama-se, burguesa, capitalista ou industrial – não reagiu ao sexo com uma recusa em reconhecê-lo. Ao contrário, instaurou todo um aparelho para produzir discursos verdadeiros sobre ele. Não somente falou muito e forçou todo mundo a falar dele, como também empreendeu a formulação de sua verdade regulada (FOUCAULT, 1988, p. 68).

Ciências médicas, psiquiátricas, políticas-econômicas, pedagógicas, jurídicas, emergem discursivizando a sexualidade de forma científica, classificando-a em práticas normais e anormais: o DHC transfere-se para o dispositivo de sexualidade.

A hipótese de Foucault é que, solidificando-se em fins do século XVIII e início do século XIX, o capitalismo “socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho. (...) Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista” (FOUCAULT, 2004a, p. 80). Por meio dos discursos sobre a sexualidade, os especialistas passaram a classificar os comportamentos em certos ou errados, estabelecendo uma vontade de verdade determinada em produzir corpos frutíferos ao sistema econômico.

As relações de poder estabelecidas nesse período serviram-se do biopoder, cruzando um corpo coletivo (questões de hereditariedade, aspectos biológicos dos corpos, fatores relacionadas à reprodução) e um corpo individual (normal x anormal, saudável x doente, útil x deficiente), fazendo surgir os sujeitos dissidentes como “espécie”.

Homossexuais, hermafroditas, travestis, etc. passaram a ser categorizados como possuintes de patologia (lembremo-nos do CID e do DSM), requerendo processos de normalização.

Assim, quando olhamos as práticas sociais, “não se pensará apenas na estrutura interna do ser organizado, mas na bipolaridade médica do normal e do patológico” (FOUCAULT, 2003, p. 40). O dispositivo de sexualidade possibilitou conduzir as condutas a partir dos saberes e de profissionais especializados em explicar (e também normatizar) como os sujeitos devem viver suas práticas afetivas, sexuais e sociais por meio do funcionamento de práticas discursivas, seja pelos manuais científicos, seja pelos aparelhos ideológicos do Estado.

Compreendemos, então, que os dispositivos atuam naquilo que Agamben (2009) denomina processo de subjetivação, constituindo-se de um aglomerado de tecnologias de poder dissemelhantes, sejam elas verbais ou não que “com toda sua carga de regras, ritos e instituições impostas aos indivíduos (...) se torna, por assim dizer, interiorizada nos sistemas das crenças e dos sentimentos” (AGAMBEN, 2009, p. 32).

Vale constar, no que diz respeito especificamente às questões heterocisnormativas, que, para compreendermos os processos de subjetivação, é necessário diferenciar sexo de gênero, pois quando se fala em sexo

o primeiro significado que está embutido na fala e, de longe, o mais poderoso e influente de todos, é o sexo biológico ou genital de cada pessoa, representado principalmente pelo órgão genital que cada pessoa traz entre as pernas ao nascer. (...) Além do órgão genital (...), indicador supremo e soberano da sua condição de macho ou de fêmea biológica, o sexo genital também é representado pelas características genitais secundárias (barba no macho e seios na mulher, p. ex.), como também por processos fisiológicos (menstruar e lactar, no caso das mulheres) e pela herança genética de cada pessoa (cromossomos XX na mulher e XY no macho) (LANZ, 2015, p. 38-39).

O sexo, nessa acepção, diz respeito ao aspecto físico do sujeito. É a possibilidade de distinção entre homem e mulher por meio da presença de um pênis ou uma vagina, e demais aspectos biogenéticos. Diz respeito às características anatômicas e aos papéis específicos dentro da possibilidade de reprodução.

A partir dessas diferenças, discursos são produzidos e assumem efeitos de verdade, justificando diferenças em relação à estrutura física, aos desejos e afetos, à forma de lidar com os sentimentos e aos comportamentos de forma geral. Essa diferenciação é problemática porque pressupõe que toda pessoa que nasce tem pênis ou vagina, desconsiderando que existem sujeitos intersexos, “pessoa que nasce com pênis e vagina,

simultaneamente” (LANZ, 2015, p. 38) e sujeitos de sexo nulo, isto é, “pessoa que nasce destituída de qualquer traço genital definido” (LANZ, 2015, p. 38).

Diferenças biogenéticas entre homens e mulheres certamente existem, contudo é necessária a compreensão de que essas diferenças, ao longo da história, foram (e ainda são) utilizadas, como estratégia discursiva para manter os homens heterossexuais e cisgêneros em lugar de superioridade, o que acaba acarretando preconceitos e minoração aos seus diferentes.

Imbrincada à noção de sexo está a noção de gênero. Lanz (2015, p. 54-55) escreve que gênero pode ser visto como

uma coleção de normas de conduta sociopolíticas e culturais que são internalizadas pelos indivíduos através da sua interação com outros indivíduos, com as instituições sociais e com o meio ambiente. As diferenças de gênero não são biologicamente determinadas, mas culturalmente produzidas, mantidas e disseminadas. (...) Desde a mais tenra idade, meninos e meninas são submetidos a um intenso treinamento de papéis e estereótipos de gênero, a fim de adquirirem as características de masculinidade ou de feminilidade, de acordo com o sexo genital.

Tomado por muitos, erroneamente, como sinônimo de sexo, o gênero é uma construção social, a partir do pênis e da vagina, dividindo os sujeitos em machos ou fêmeas, normatizando papéis sociais por meio de estereótipos, que também agem na normalização das condutas. Dizendo de outra forma, podemos entender o gênero como um conjunto de normas culturais associadas à masculinidade e à feminilidade, “uma divisão sexual imposta aos sexos, a qual transforma a fêmea em mulher e o macho em homem” (ZANELLO, 2018, p. 44).

Ainda sobre essa diferenciação, Lanz (2015) evidencia que gênero não existe na natureza. Para ela:

Ao contrário do sexo, que pode ser considerado como uma produção da natureza, o gênero é uma construção social (...). Um bem-sucedido mecanismo de classificação, hierarquização e controle social criado e mantido pelo processo civilizatório. Diz respeito à programação social estabelecida para cada um dos sexos biológicos, compondo-se de um conjunto de normas de conduta, papéis e funções sociais, estereótipos culturais, rituais e expectativas de desempenho que cada pessoa deve atender ao longo de sua vida, em razão do seu sexo genital (LANZ, 2015, p. 40).

O gênero se constitui de um conjunto de mecanismos que age nas subjetividades, pois, em seu funcionamento discursivo, conduz os sujeitos a assumirem *scripts* do que a sociedade entende como comportamentos normais para o homem e para a mulher. Isto é, esses *scripts* são discursivizados como naturais, fazendo com que os sujeitos incorporem, quase que inconscientemente, *performances*.

A discussão proposta por nós até aqui foi feita com o intuito de demonstrar como o DHC utiliza-se de discursos para conduzir as condutas a uma heterocisnormatividade. Portanto, esperamos ter deixado nítido que

as categorias homem e mulher, a partir do já exposto, não passam de ficções, ilusões fruto do discurso – ora médico, religioso ou jurídico – que visam a estabilizar a heterossexualidade [e também a cissexualidade] como único modelo viável de existência (LUCAS LIMA, 2017, p. 126).

Em *História da sexualidade I: a vontade de saber*, Foucault (1988) vê a sexualidade como uma tecnologia política, isto é, ele entende que não existe uma essência sexual *a priori* nos seres humanos; ao contrário, para o filósofo, existe, em verdade, um “conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais, por meio do desdobramento de uma complexa tecnologia política” (FOUCAULT, 1988, p. 127). Ao utilizar o termo tecnologia, Foucault refere-se a mecanismos empregados para governar, em espaços e tempos específicos, as condutas. Para ele,

O termo “conduta”, apesar de equivocado, talvez seja um dos que permitem melhor atingir aquilo que há de específico nas relações de poder. A “conduta” é, ao mesmo tempo, o ato de “conduzir” os outros (segundo mecanismos de coerção mais ou menos estritos) e a maneira de se comportar em um campo mais ou menos aberto de possibilidades. O exercício de poder consiste em “conduzir condutas” e em ordenar a probabilidade (FOUCAULT, 2010a, p. 288).

Então, a partir do pensamento foucaultiano, podemos entender gênero como um vasto “somatório de papéis, interdições, atitudes e atributos políticos, econômicos e culturais que a sociedade impõe compulsoriamente a cada um e a todos os indivíduos, em função de sua condição biológica de macho ou de fêmea” (LANZ, 2015, p. 39).

Contudo, se seguirmos o entendimento de que “onde há poder, há resistência” Foucault (1988, p. 104), encontraremos na gênese da noção de “gênero” o movimento feminista. Foram estudiosas feministas que perceberam a necessidade de criar um termo estratégico para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, entendendo que performatizar comportamentos ditos de homem ou de mulher relaciona-se com discursos dentro de determinada época e cultura.

A partir da noção de gênero, sujeitos que resistem ao pensamento essencialista abriram um campo de possibilidades para refletir sobre essa percepção. Várias expressões apareceram para compreender e questionar o funcionamento das relações de poder relacionadas à díade “sexo/gênero”, dentre elas: patriarcado, androcentrismo, disparidade de gênero, misoginia e machismo.

Se em um primeiro momento as epistemologias do movimento feminista utilizaram a diferenciação de sexo e gênero para desnaturalizar as vivências submissas das mulheres e a própria identidade “mulher”, logo em seguida o movimento LGBT seguiu o exemplo e, de mãos dadas às feministas, começou a questionar o estatuto de criminosa, monstruosa, pecaminosa, suja, errada, patológica dadas às práticas dissidentes.

Tudo isso constituiu bases discursivas para a emergência de nomenclaturas específicas para pensar questões relativas também aos gêneros abjetos, tais como *não binários*⁷², *transgêneros*, *queers*⁷³, e à forma de funcionamento discursivo que agem no brio destes sujeitos, tais como lgbtfobia e homofobia internalizada.

Dentre essas expressões, embora todas estejam relacionadas entre si, duas merecem atenção especial em nossa pesquisa:

HETERONORMATIVIDADE → conjunto de normas e processos legais e institucionais que conferem à heterossexualidade o *status* e o monopólio da normalidade, gerando e estimulando o estigma, o menosprezo, a exclusão e a violência contra todos os indivíduos que sexualmente se comportem de maneira divergente ou diferenciada desses princípios. A heteronormatividade constitui a base conceitual e ideológica de todos os processos de relacionamento humano na sociedade em que vivemos (LANZ, 2015, p. 413).

CISNORMATIVIDADE → descreve a expectativa de que todas as pessoas são cisgêneras, que aqueles assignados machos ao nascimento crescerão para serem homens e aquelas assignadas fêmeas ao nascimento crescerão para serem mulheres. A cisnormatividade modula ações sociais como a educação de crianças, as políticas e práticas de indivíduos e de instituições, e a organização do amplo mundo social pelos meios pelos quais as pessoas são contadas e o sistema de saúde é organizado (BAUER, 2009, p. 356 apud BONASSI, 2017, p. 28-29).

A junção dos dois mecanismos de poder em um único termo funciona, para nós, como um estratagema, pois dá visibilidade tanto às questões referentes à orientação sexual quanto às que dizem respeito à identidade de gênero. É estratégia de análise porque para se compreender que existe um mecanismo sujeitando sujeitos a se relacionarem sexual

⁷² O termo não-binário é utilizado por sujeitos cuja identidade ou expressão de gênero não se limita às categorias "masculino" ou "feminino". Existe uma lista imensa de categorias identitárias não-binárias, em geral todas elas dizem respeito aos sujeitos que não se percebem como pertencentes a um único gênero, mas pode representar também o sujeito “agênero”, isto é, aquele ou aquela que se caracteriza por um gênero neutro ou que não deseja ser encaixado em nenhum gênero. Outra denominação utilizada por sujeitos não-binários é “*genderqueer*” ou “não-conformista”. Ainda dentro dos não-binários existem aqueles ou aquelas que preferem se denominar de “gênero-fluido”, isto é, que faz modificação de gênero de tempos em tempo. Outro exemplo de identidade de gênero não-binária é o/a “andrógino(a)”: sujeito que mescla características de gêneros.

⁷³ Compreendemos que a *Teoria Queer* recusa a classificação dos sujeitos em categorias. Contudo, alguns estudiosos optam por denominar o *queer* como uma categoria identitária de sujeitos que, numa postura política, reafirmam um rompimento com a heteronormatividade e com a cisnormatividade.

e/ou afetivamente somente com sujeitos de sexo/gênero oposto, é preciso considerar que essa tentativa visa normalizar sujeitos homossexuais, bissexuais, assexuais, pansexuais, dentre outros. Do mesmo modo, para se compreender que existe um mecanismo agindo nos sujeitos de forma a conduzi-los a assumirem uma identidade de gênero cis, é preciso reconhecer que há existências transgêneras sofrendo deslegitimação.

Portanto, dentro da concepção de dispositivo introduzida por Foucault (2004a), o DHC pode ser compreendido como um conjunto de mecanismos, sejam eles ditos ou não ditos, que engloba práticas culturais, sociais, históricas, jurídicas, instituições e discursos, que funcionando em função de uma estratégia de poder dominante, reforçam condutas heterossexuais e cisgêneras, considerando-as como normais, verdadeiras e saudáveis.

Segundo Lanz (2015, p. 44),

Essa relação absoluta, linear e direta entre sexo e gênero e orientação sexual, que a sociedade estabelece e “naturaliza”, fazendo que pareça determinação da natureza. Não passa, porém, de um recurso discursivo, do domínio da linguagem, transformado em dispositivo totalitário e hegemônico, fruto da aplicação compulsória das normas binárias de conduta de gênero.

Alguns acontecimentos contemporâneos podem ajudar a entender o funcionamento do DHC: um homem foi agredido e teve parte de uma orelha decepada em uma exposição, no interior de São Paulo, porque os agressores o viram abraçado com seu filho e pensaram que eles fossem gays⁷⁴; uma mulher heterocissexual em tratamento contra um câncer de mama foi xingada e agredida no centro do Rio de Janeiro quando voltava de uma sessão de radioterapia, o agressor, ao vê-la sem cabelos, pensou que ela fosse lésbica ou transexual⁷⁵; um rapaz de dezessete anos, após assumir ser gay, foi morto a facadas no pescoço pela própria mãe⁷⁶.

Ainda podemos visualizar o funcionamento do DHC quando práticas fora da norma são discursivizadas como anormais: relacionamentos poliamorosos, práticas de

⁷⁴ Disponível em: < <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/07/nao-pode-nem-abracar-o-filho-diz-homem-que-teve-orelha-cortada.html>>. Acesso em: 26/12/2019.

⁷⁵ Disponível em: < <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2018/11/mulher-cancer-quimioterapia-deborah.html>>. Acesso em: 26/12/2019.

⁷⁶ Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2017/07/14/interna_nacional,883916/corpo-queimado-em-canavial-e-de-rapaz-morto-pela-mae-por-ser-gay.shtml>. Acesso em: 23/12/2019.

BDSM⁷⁷, modelos de vida assexuais, candaulesismo⁷⁸, autossexuados⁷⁹, etc. São modelos de relações e/ou práticas em que os sujeitos são constantemente incitados a confessar a fim de obter ajuda para não mais realizá-las, pois são vistas como perigosas, desviantes, profanadoras, errôneas ou doentias.

Para mais exemplos de funcionamento do DHC, pensemos na apropriação que Agamben faz da noção teórica *dispositivo*:

Chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes (AGAMBEN, 2009, p. 40).

O filósofo italiano, a partir de um trabalho filológico, apoia-se na noção foucaultiana de *dispositivo* para ampliá-la, a fim de que as tecnologias de poder emergidas após a morte de Foucault pudessem ser contempladas no conceito.

Assim, além dos dispositivos ditos tradicionais (a confissão, a prisão, as escolas, etc.), a manipulação feita por Agamben, pensando em mecanismos contemporâneos, faz com que a nova noção de *dispositivo* englobe também dispositivos hodiernos, tais como internet e *smartphones*.

Não é necessário muito esforço para percebermos como as tecnologias de gênero, elementos do DHC, atuam nos processos de subjetivação, fomentando a heterocisnormatividade. Por exemplo, em um vídeo que viralizou na internet, a atual ministra da *Mulher, da Família e dos Direitos Humanos*, Damares Regina Alves, logo após assumir o cargo, enunciou: “meninos vestem azul e meninas vestem rosa”⁸⁰.

Outro exemplo, pode ser encontrado no *site* do *Instituto da Mulher Negra*, a *Geledés*⁸¹. A reportagem relata a história da comunicóloga Laiz Mesquita, mulher

⁷⁷ BDSM – sigla que faz referência a uma série de práticas e formas de se relacionar. Diz respeito a práticas consensuais envolvendo bondage, disciplina, dominação e submissão, sadomasoquismo, entre outras.

⁷⁸ Consiste em exibir ou realçar os atrativos sexuais da companheira ou do companheiro com o objetivo de provocar em outras pessoas excitação ou desejo sexual.

⁷⁹ Diz respeito à preferência por uma experiência sexual privada e pessoal. Alguns autossexuais também são autorromânticos, o que significa que eles gostam de namorar a si mesmos.

⁸⁰ Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=dCh6ihHiWLo> >. Acesso em: 26/12/2019.

⁸¹ A *Geledés* é uma organização política brasileira de mulheres negras contra o racismo e sexismo. A reportagem está disponível em: < <https://www.geledes.org.br/especialistas-refletem-sobre-como-a-heteronormatividade-compromete-as-relacoes/> >. Acesso em: 26/12/2019.

heterossexual e cisgênera que sempre gostou de coisas tidas como masculinas. Laiz enuncia que quando quis o seu primeiro *skate*, por volta dos sete anos, ouviu que não poderia porque era menina.

Observando os enunciados de Damares e de Laiz, ficam evidentes as prescrições a que os sujeitos estão submetidos; desde a infância há demarcações, seja pelas cores das roupas, seja pelos objetos pessoais. Pascoto (2006, p. 1) explica que, ao nascer a criança “encontra condições que lhe são pré-existentes. Tais condições favorecem a manifestação posterior de comportamentos relacionados ao seu sexo, que costumam ser designados como comportamentos de gênero”.

Nessa lógica, roupas e brinquedos constituem poderosas tecnologias de gênero, uma vez que possuem a capacidade de transmitir mensagens simbólicas, estereotipando a partir do sexo/gênero formas de as crianças exprimirem-se, sentirem desejos, demonstrarem sentimentos e manifestar comportamentos.

Brinquedos/trajes que introjetam sensações de vaidade, afetividade, intuição, romantismo, delicadeza e fragilidade são destinados às meninas. Outros que são considerados para meninos privilegiam a agitação, a competitividade, a coragem, a força, a objetividade e a ousadia. Dessa forma, é possível perceber que até mesmo os mais simples objetos, podem funcionar como tecnologia de gênero, agindo nos processos de subjetivação, naturalizando crenças e sentimentos.

Conclui-se, então, que:

Através do processo de socialização, as pessoas vão gradualmente internalizando as normas de conduta de gênero e as expectativas sociais de desempenho correspondentes ao seu sexo genital. Desde a mais tenra idade, meninos e meninas são submetidos a um intenso treinamento de papéis e estereótipos de gênero, a fim de adquirirem as características de masculinidade ou de feminilidade, de acordo com o sexo genital. Ao longo desse aprendizado, são guiados por sanções positivas e negativas, que recompensam ou punem um dado comportamento, estimulando ou desestimulando a sua repetição (LANZ, 2015, p. 55).

Isso significa dizer que os papéis sociais de gênero que os sujeitos assumem são resultados de discursos, responsáveis pela criação, naturalização e manutenção de diferenciações arbitrárias.

As representações baseadas nos papéis de gênero são tão corriqueiras que temos a impressão de que os estereótipos são características naturais, podendo ser comprovadas apenas observando as diferenças biológicas, contudo, é a sociedade que prevê e indica padrões e condutas para ambos os sexos/gêneros. Portanto, os papéis de gênero são entendidos por nós como mecanismos do DHC, que alcança seu objetivo de hierarquizar

os sujeitos em vista de uma suposta superioridade do gênero masculino e de uma heterocisnormatividade natural.

Nesse sentido, a heterocisnormatividade “independentemente de nós mesmos, percorre nossas condutas e nossas existências” (FOUCAULT, 1988, p. 68), ou, dizendo de outra forma, o DHC representa a existência de forças que exercem controle sobre as formas de ser, estar, sentir e pensar dos sujeitos. Enfim, o DHC “é um elemento de subjetivação, de criação de sujeitos.” (LUCAS LIMA, 2017, p. 45).

Segundo Revel (2005, p. 80), a subjetivação “designa, para Foucault, um processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, ou, mais exatamente, de uma subjetividade”. O DHC, dessa forma, atua na subjetividade humana, construindo regimes de verdade, instaurando práticas de expressões de gênero e direcionamentos afetivo-sexuais. A subjetividade dos sujeitos acontece pela ilusão de uma heterocisnormatividade congênita, construída a partir dos processos de subjetivação aos quais os sujeitos são submetidos ao longo da vida.

Por outro lado, a subjetivação pode ser entendida também como a maneira pela qual a relação consigo permite o sujeito “constituir-se como sujeito de sua própria existência” (REVEL, 2005, p. 82). Assim, a subjetivação pode acontecer de forma a questionar o natural, o legítimo, abrindo fissuras nos discursos heterocisnormativos.

Para compreendermos melhor essas questões, recorreremos a Deleuze (1996), para quem o dispositivo designa uma espécie de novelo, “um conjunto multilinear, composto por linhas de natureza diferente” (DELEUZE, 1996, p. 83). Evocamos o filósofo com a finalidade de desemaranhar essas linhas: as de visibilidade e enunciabilidade, que produzem formas de falar e de ver ; as de força, relacionadas com a dimensão do poder; e as de subjetivação que, operando com a dimensão da subjetividade, podem significar linhas de fuga.

No que tange ao DHC, vemos que, a partir da integração do território brasileiro no sistema econômico mercantilista, novos discursos foram produzidos por aqui, sobretudo aqueles relacionados com a importância de se constituir uma família. As instituições Igreja, Família e Donatários representam as linhas de visibilidade. As Leis Bíblicas, as Confissões e as Ordenações representam as linhas de enunciabilidade.

Por meio da historicidade que fizemos anteriormente, percebemos que no século XVIII há uma mudança de foco a partir da qual novos saberes entram em cena, ampliando as linhas de enunciabilidade para documentos elaborados por profissionais especializados (médicos, biólogos, psicólogos) e ligados ao biopoder (como dados estatísticos,

demográficos e econômicos). As linhas de visibilidade, como já explicado anteriormente, também ampliam-se, para além de “prisões, os manicômios, o panóptico, as escolas, as confissões, as fabricas, as disciplinas, as medidas jurídicas” (AGAMBEN, 2009, p. 40), isto é, também fazem parte dessa visibilidade os próprios profissionais das ciências e os sujeitos classificados em identidades de gênero e orientações sexuais. Na contemporaneidade, é possível visualizar este dispositivo na literatura, nas redes sociais, cinema, rádio, televisão, etc., que trabalham configurando certos “traços, *performances* e afetos, socialmente valorizados, inibindo outros que, quando expressos, causam conflitos sociais para o sujeito” (ZANELLO, 2018, p. 32).

Em relação às linhas de força, vemos que, num primeiro momento, há relações de poder muito parecidas com um “poder soberano”, agindo por meio do suplício. Depois, vemos os movimentos feministas e LGBT inserindo-se na ordem do discurso. As linhas de força podem ser percebidas nas batalhas por direitos iguais, como nas “paradas do orgulho LGBTs”, nos movimentos organizados, como os “beijaços” e os “tuitaços”. Podem, ainda, serem percebidas nas *performances* de gênero alternativas.

Moraes e Jardim (2017, p. 26), refletindo sobre a linha de fuga, baseados em Deleuze, vão dizer que fugir é um ato libertário, “simplesmente porque não fugir equivale a continuar submetido às potências fixas estabelecidas”. Os pesquisadores dizem, ainda, que fugir é uma “ação criadora e criativa. É a única maneira de se ‘descobrir’ mundos” (MORAES e JARDIM, 2017, p. 25). A linha de fuga ocorre, portanto, quando se rompe com o que está estabelecido.

No que tange ao DHC, as linhas de fuga, em nosso entendimento, podem acontecer quando os sujeitos promovem configurações de escapes e/ou se tornam objetos de suas ações, promovendo práticas de si. É quando o sujeito promove operações em si mesmo, em seu corpo e em sua subjetividade. Nesse sentido, o bajubá constitui-se como linha de fuga, pois funciona como “(re)existência cultural e (re)invenção de possibilidades alternativas” (LUCAS LIMA, 2017, p. 36) à heterocisnormatividade.

O pajubá, na esteira de Foucault, encontra sua força na resistência, na problematização do poder e de suas insidiosas artimanhas de codificação e controle dos corpos. O projeto do Pajubá é político e busca solapar, sobretudo por meio do escárnio e do estranhamento da linguagem – e daí poderíamos pensar no pajubá enquanto uma “língua *queer*” – a autoridade das normalizações, sejam elas de cariz identitário ou sexual (LUCAS LIMA, 2017, p. 63).

Assim, quando a equipe especializada por elaborar as questões de Língua Portuguesa do ENEM aborda o bajubá, consegue jogar luz sobre essas questões, de forma

a possibilitar grande embate discursivo sobre quais tipos de sujeitos são dignos de terem suas linguagens estudadas. Os técnicos progressistas, ao inserirem o bajubá como socioleto da língua portuguesa falada no Brasil, usam os óculos de Foucault (2004a), elaboram uma nova política de verdade, mostrando novos saberes que questionam o DHC e suas tecnologias de poder.

4. NO (DIS) CURSO DA RESISTÊNCIA BAJUBEIRA

Pois esta identidade, bastante fraca, contudo, que nós tentamos assegurar e reunir sob uma máscara, é apenas uma paródia: o plural a habita.
(FOUCAULT, 2004a, p. 21)

Essa epígrafe permite-nos perceber que, em concepção foucaultiana, a identidade não é entendida como uma essência, mas uma construção em constante (re)configuração a partir das produções discursivas. Por esse ângulo, quem nos auxilia a entender essa interpretação é Judith Butler. A autora, refletindo sobre as questões de sexo/gênero, diz que a categoria do sexo

estabelece um princípio de inteligibilidade para os seres humanos, o que quer dizer que nenhum ser humano pode ser tornado como humano, pode ser reconhecido como humano, a não ser que esse ser humano seja completa e coerentemente marcado pelo sexo (BUTLER, 2013, p. 100).

Nessa linha de raciocínio, a identidade estaria ligada ao discurso sobre a sexualidade, fazendo os sujeitos ajustarem-se a uma “identidade sexual” coordenada discursivamente pela percepção de si como homem ou mulher. Gomes Filho (2016, p. 30) lembra-nos, contudo, que “não são apenas as categorias de gênero, sexo e sexualidade que se intersectam. Classe social, geração, raça, e etnia, entre outros marcadores de diferença, também impactam (...) na constituição da identidade”.

Ao entender que as identidades (e aqui pensamos em efeito de identidade) como discursivamente construídas, destacamo-las como resultado de uma *performance* de si que cada sujeito produz a partir de sua exposição aos discursos da medicina, da psicologia, pedagogia, das religiões, das normas jurídicas e de uma gama de elementos constituintes das chamadas “tecnologias de gênero”. São discursos construídos em lugares e tempos específicos, variando, portanto, ao longo da história das sociedades. Consequentemente, as possíveis *performances* de identidade também variam de acordo com a conjuntura sócio-histórica de suas condições de possibilidades. Por esse ângulo, Fernandes Júnior (2016, p. 9) informa a necessidade de

desnaturalizar conceitos e valores que são construídos ao longo da história, descrevê-los em uma racionalidade que os gestou, assinalar as posições de sujeito produzidas no campo das relações de poder e os processos de subjetivação decorrentes de cada processo discursivo.

Butler (2013), relendo a *História da Sexualidade*, entende os efeitos de identidade como nem sempre influenciados pela categoria sexo/gênero ao longo da história. A filósofa estadunidense (2013) diz que Foucault demonstrou, em sua pesquisa, uma

mudança de regime sociopolítico em algum momento do percurso histórico: antes visto como uma dimensão da vida humana, o sexo passou a configurar efeito de identidade.

Assim ela escreve:

Como Foucault assinala, o sexo acabou por caracterizar e unificar não apenas as funções biológicas e os traços anatômicos, mas as atividades sexuais, assim como uma espécie de núcleo psíquico que dá pistas para um sentido essencial ou final para a identidade. (...) haverá dois sexos, distintos e uniformes, e eles vão se expressar e se tornar evidentes no gênero e na sexualidade de modo que qualquer manifestação social de não identidade, descontinuidade, ou incoerência sexual será punida, controlada, repudiada, reformada. Assim produzir o sexo como uma categoria de identidade, isto é, ao definir o sexo como um sexo ou outro, a regulação discursiva do sexo começa a funcionar (BUTLER, 2013, p. 91 - 97).

Com isso, Butler quer dizer que, ao ligar o sexo à identidade dos sujeitos, há um entendimento social sobre o qual os seres humanos só podem ser de dois tipos: macho e fêmea, e cada um deles tem certos papéis naturais na vida. Assim, genitais determinariam os papéis de gênero - estereótipos e práticas sociais culturalmente naturalizados como padrão de masculinidade ou de feminilidade. Isso conflui para o que descrevemos anteriormente como perspectiva essencialista de gênero.

Com base nisso, podemos sistematizar os passos de nossa pesquisa a partir das seguintes perguntas: O que está sendo representado como verdade? Como e por que essa verdade foi construída? O que foi deixado de fora e como é controlado? Como ocorre a resistência a essa vontade de verdade? Respondemos:

Os documentos religiosos, jurídicos e/ou médico-psiquiátricos colocaram o pensamento essencialista de gênero como efeito de verdade. Algumas modificações na ordem do discurso ocorreram, possibilitando outras formas de entendimento, mas, no geral, a regulação ocorre pela abordagem essencialista.

Esse efeito de verdade decorre de uma urgência histórica, relacionada à instauração da família burguesa nuclear, importante instituição para o funcionamento do sistema capitalista. Sua construção se deu com base na concepção de família organizada em propriedade privada, na qual seus membros tinham papéis sociais específicos e o sexo era tido como natural somente na medida em que contribuía para a reprodução. Nas palavras de Foucault (1988, p. 8) a sexualidade é confiscada pela família conjugal, absorvendo-a, inteiramente, “na seriedade da função de reproduzir”.

Ao discursivizar a heterossexualidade e a cisgeneridade como norma, submetendo os sujeitos a processos de objetivação e de subjetivação, produzindo efeitos de identidades padronizados, essa verdade desconsidera a não existência de um protótipo perfeito dessa identidade. Por não ser natural, ela precisa ser ensinada, treinada e

reforçada o tempo todo, demonstrando que as *performances* de gênero almejam chegar num modelo impossível de ser alcançado, causando dor e sofrimento para os sujeitos dissidentes, mas também para os sujeitos dentro da ordem heterossexual e cisgênera.

O DHC funciona no controle e manutenção dessas normas. Como exemplo de resistência, temos os discursos de enfrentamentos (como a concepção construtivista de gênero e a concepção pós-estruturalista de gênero⁸²), as lutas da sociedade civil organizada (atuando em movimentos sociais, no combate à lgbtobia, as ações de escape⁸³ (como é o caso do bajubá) e práticas de contracondutas (como a opção dos técnicos progressistas de formular uma questão sobre um socioleto ínfimo para grande parte da sociedade).

Portanto, a resistência, dentro de nosso objeto de pesquisa, ocorre por meio da transgressão do DHC em três instâncias: 1) o sujeito bajubeiro praticando *performances* de sexo/gênero não condizentes com uma identidade heterocisnormativa; 2) o bajubá, em seu funcionamento linguístico-discursivo, rompendo com a língua portuguesa padrão; 3) os professores progressistas que, ocupando uma posição técnica-institucional, enunciam sobre o bajubá no ENEM.

4.1 Contraconduta dos professores progressistas

As contracondutas surgem no mesmo espaço onde se dão as aplicações do poder, na medida em que a existência de relações de poder pressupõe sujeitos que se recusam a serem governados de forma irrestrita.
(COSTA, 2019, p. 71)

Anteriormente, cartografamos o funcionamento de um dispositivo de modo a descrever como seus elementos discursivos e não-discursivos agem nas condutas e, arqueogenealogicamente, mostramos que na sociedade brasileira há um discurso baseado na abordagem essencialista de gênero funcionando como efeito de verdade.

Em *A ordem do discurso*, Foucault (2009) expõe a existência de uma polícia discursiva filtrando os discursos,

⁸² Apesar de não ter entrado na discussão sobre essa abordagem, é importante saber que, dentro das alas científicas feministas mais atuais, é ela que predomina. De acordo com Lanz (2015, p.59), as “ideias pós-estruturalistas, em grande parte enfeixadas pela Teoria Queer, defendem que sexo e gênero não têm qualquer base biológica, sendo conceitos política e culturalmente construídos na sua totalidade, ou seja, apenas ‘discursos normalizadores’ de condutas sociais”.

⁸³ Revel (2005, p.74) diz que a resistência descreve o procedimento pelo qual o sujeito “conseguiu, de maneira voluntária ou fortuita, **escapar**”.

apagando alguns, jogando luz sobre outros, controlando quem fala e o que fala, fixando limites de fala, estabelecendo critérios para a fala, qualificando algumas falas, desautorizando outras, conservando alguns discursos em arquivos e banindo outros, distribuindo alguns discursos e impedindo a circulação de outros (LEMOS e CARDOSO JÚNIOR, 2009, p. 356) .

Isso significa que para enunciar como efeito de verdade, é preciso que o sujeito enunciador obedeça ao regime discursivo, estabelecido a partir de relações de saberes e poderes. Logo, em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo “controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos” (FOUCAULT, 2009, p. 8).

Por outro lado, Foucault (2004c), quando questionado em uma entrevista sobre a possibilidade de “escapar” do controle, responde que as relações de poder dizem respeito a lutas, “a luta, é claro, não é simétrica, a situação de poder não é a mesma (...) um de nós leva vantagem sobre o outro (...). O que quer dizer que temos sempre a possibilidade de mudar a situação” (FOUCAULT, 2004c, p. 256).

Assim, apesar de o discurso essencialista de gênero funcionar como verdade em nossa sociedade, temos de outro lado, sujeitos inseridos na luta por outra vontade de verdade – são, por exemplo, os sujeitos progressistas, subjetivados a partir de abordagens não essencialistas de gênero, que questionam o DHC, com o intuito de resistir e combater as desigualdades sociais pautadas nos estereótipos de gênero e a lgbtfobia.

Segundo Grabois (2012), Foucault teria analisado minuciosamente alguns termos adequados para referir-se à resistência:

A palavra “revolta” seria, ao mesmo tempo, demasiada precisa e demasiada forte. Embora o problema da obediência ocupasse o centro da trama estudada, a palavra puramente negativa de “desobediência” seria fraca demais, não abrangendo a produtividade, as formas de existência e de organização, a consistência, a solidez características dos movimentos analisados por Foucault (GRABOIS, 2012, p. 17-18).

Foucault propõe, então, o emprego da palavra “contraconduta”, possibilitando antagonizar à “conduta”. Dessa forma, contraconduta diz respeito à “luta contra os procedimentos postos em prática para conduzir os outros” (FOUCAULT, 2008b, p. 266).

As relações de poder, então, têm a ver com a condução de condutas e com as contracondutas; isto é, uma luta entre sujeitos (ou grupo de sujeitos) na qual uns afetam o comportamento social e outros questionam de alguma forma essa forma de regulação. Dito de outra forma, as contracondutas dizem respeito ao enfrentamento, “na forma de utilização permanente de elementos táticos que são pertinentes na luta” (FOUCAULT, 2008b, p. 219).

Nessa lógica, o acontecimento da prova com uma questão sobre o pajubá ilustra bem como uma luta discursiva sobre as questões de sexo/gênero vem processando-se no Brasil. Ao verificar a prova do dia 04/11/2018, entre as várias perguntas de Linguagens, os candidatos do ENEM se depararam com a seguinte questão:

**“Acuenda o Pajubá”: conheça o “dialeto secreto”
utilizado por gays e travestis**

*Com origem no iorubá, linguagem foi adotada por
travestis e ganhou a comunidade*

“Nhaí, amapô! Não faça a loka e pague meu acué, deixe de equê se não eu puxo teu picumã!” Entendeu as palavras dessa frase? Se sim, é porque você manja alguma coisa de pajubá, o “dialeto secreto” dos gays e travestis.

Adepto do uso das expressões, mesmo nos ambientes mais formais, um advogado afirma: “É claro que eu não vou falar durante uma audiência ou numa reunião, mas na firma, com meus colegas de trabalho, eu falo de ‘acué’ o tempo inteiro”, brinca. “A gente tem que ter cuidado de falar outras palavras porque hoje o pessoal já entende, né? Tá na internet, tem até dicionário...”, comenta.

O dicionário a que ele se refere é o *Aurélia, a dicionária da língua afiada*, lançado no ano de 2006 e escrito pelo jornalista Angelo Vip e por Fred Libi. Na obra, há mais de 1 300 verbetes revelando o significado das palavras do pajubá.

Não se sabe ao certo quando essa linguagem surgiu, mas sabe-se que há claramente uma relação entre o pajubá e a cultura africana, numa costura iniciada ainda na época do Brasil colonial.

Disponível em: www.midiamax.com.br. Acesso em: 4 abr. 2017 (adaptado).

Da perspectiva do usuário, o pajubá ganha *status* de dialeto, caracterizando-se como elemento de patrimônio linguístico, especialmente por

- A** ter mais de mil palavras conhecidas.
- B** ter palavras diferentes de uma linguagem secreta.
- C** ser consolidado por objetos formais de registro.
- D** ser utilizado por advogados em situações formais.
- E** ser comum em conversas no ambiente de trabalho.

84

Para descrever e analisar essa materialidade, devemos, antes de tudo, não esquecer a seguinte asserção de Foucault (2008, p. 126): “o enunciado é, ao mesmo tempo, não visível e não oculto”, indicando uma ação analítica que desconsidere a procura de coisas não ditas, ou dissimuladas; ao contrário, deve-se trabalhar com o que foi efetivamente materializado. Isso não significa, contudo, que o discurso esteja facilmente óbvio, pois ele materializa-se por meio de um suporte, mas se refere a questões exteriores, relacionadas às relações de poder. Por essa razão, “pode-se afirmar que, ao formular um

⁸⁴ Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/provas-e-gabaritos>>. Acesso em: 02/01/2020.

enunciado, o sujeito expressa o seu horizonte conceitual, as regras que o formaram e sua visão de mundo resultante dessas relações constitutivas” (ARAÚJO, 2013, p. 96).

Assim, para a análise da questão - vista como um acontecimento discursivo, já que seu aparecimento na prova colocou o bajubá em evidência, possibilitando uma série de enunciados sobre esse socioleto, operando uma brecha na polícia discursiva -, consideramos aspectos extralinguísticos, principalmente no que se refere ao sujeito discursivo, revelado como um sujeito coletivo reificado, cuja voz reflete uma vontade de verdade progressista.

Se levarmos em conta que a genealogia do poder expõe, dentro das lutas discursivas, procedimentos estratégicos, observaremos que o sujeito do enunciado assume uma determinada posição quando elabora a prova, filiando-se a um discurso não essencialista de gênero. A prova demonstra que os sujeitos bajubeiros e seus códigos linguísticos foram levados em consideração. Ocupando uma posição-sujeito de técnicos, os professores que participaram da elaboração do exame seguem o compromisso de formar integralmente os estudantes, como orienta o BRASIL (2017, p. 14): “fortalecendo o respeito às diferenças e diversidades”.

Conforme mostra a questão, o bajubá é tratado na prova como um dialeto, com registro formal já empreendido na *Aurélia - A Dicionária da Língua Afiada*. Há nesse dicionário de expressões bajubeiras clara referência ao *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, o dicionário mais popular no Brasil, caracterizado por adotar variedades diastráticas, ou em outras palavras, que registra variações do Português ocorridas em razão da convivência entre os grupos sociais.

Em harmonia com outras questões do exame, que na edição de 2018 abordou temas relacionados às lutas sociais, como machismo, racismo e direitos humanos, essa questão específica não demandava dos examinados nenhum conhecimento sobre a temática social de fundo, a competência solicitada era reconhecer as variedades das línguas “vivenciando-as como formas de expressões identitárias, pessoais e coletivas” (BRASIL, 2017, p. 490), e a habilidade esperada consistia em analisar o texto de modo a compreender “as línguas como fenômeno (geo)político, histórico, social, cultural, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso” (BRASIL, 2017, p. 494).

De toda forma, a simples ocorrência da questão na prova, possibilitava uma reflexão sobre a importância de considerar as existências bajubeiras e de respeitar suas práticas sociais como integrantes das manifestações culturais do país.

Ao proceder a leitura da questão, os examinados, logo no primeiro parágrafo, deparavam-se com um léxico diferente para muitos. A frase *Nhaí, amapô! Não faça a loka e pague meu acué, deixe de equê senão eu puxo teu picumã!* está repleta de expressões bajubeiras, podendo ser interpretada como “Oi, mulher! Não finja de besta e pague meu dinheiro, deixe de mentira senão puxo seu cabelo!”.

As expressões “nhaí”, “amapô”, “fazer a loka”, “acué”, “equê” e “picumã” aparecem numa construção linguística da língua portuguesa, reproduzindo o enunciado de um sujeito comunicando-se em bajubá. A frase era de suma importância para que os examinados pudessem analisar o texto de forma a concluir que, pelo fato de ser até dicionarizado, tratava-se de uma variação, fazendo parte do patrimônio linguístico brasileiro.

De acordo com Araújo (2013, p. 100), do ponto de vista metodológico, somente “filiar enunciados a determinados enunciadores e agrupá-los em formações discursivas sob a forte dependência do espaço ideológico” não é suficiente para a percepção de conexões estratégicas e paradoxais de enunciados no interior de uma mesma formação discursiva. Então, nos perguntamos, como conceber a questão da prova como acontecimento discursivo?

Respondemos, apoiados na própria Araújo:

não é a situação histórica ou a mera derivação de enunciados que geram um acontecimento. Não basta relacionar enunciados a um dado eixo temporal ou a determinados sujeitos para se caracterizar o acontecimento discursivo. É preciso reconhecer o encadeamento discursivo (...). É preciso, também, reconhecer as configurações significantes que possibilitam que os enunciados, na perspectiva arquivística, se desloquem e se associem a outros que os repetem, refutam, transformam e negam, criando o campo da memória (ARAÚJO, 2013, p. 1001).

Reconhecer esses deslocamentos e associações do enunciado na prova é possível por meio da descrição da função enunciativa, como feito nos capítulos anteriores. Por ora, para retomar esse enunciado, situado num emaranhado de outros enunciados (nosso *corpus* de pesquisa), destacamos que ele faz parte de uma certa formação discursiva cujas reverberações discursivas movimentam as relações de poder, tornando possível uma visibilidade sobre as existências bajubeiras e suas práticas sociais, componentes da cultura brasileira.

Isso implica em reconhecer que o acontecimento discursivo (questão do ENEM abordando o bajubá) não ocorreu subitamente, foi necessária toda uma circulação de

enunciados em bajubá e sobre o bajubá, a partir de condições de possibilidades apresentadas em momentos histórico específicos da nação.

A questão da prova, enquanto enunciado,

resgata algo que diz antes e alhures e que faz o sentido ecoar no tempo presente. Um enunciado que faz ressoar uma memória e ao mesmo tempo em que há esse resgate, há também uma atualização (BERNARDES e SARGENTINI, 2015, p. 38).

É o que Foucault (2008a, p. 118) chama de rede de memória, “um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados”. Assim, o enunciado, como átomo do discurso, relaciona-se com outros enunciados emergidos dispersamente na trama histórica por meio dos aparecimentos, silenciamentos e retornos ao referente. Fazendo parte do campo associado, compondo a rede de memória do objeto que aqui tratamos, destacamos, a partir de agora, a série de animação adulta *Super Drags*. Pensando particularmente sobre as condições históricas que tornaram possível esse enunciado, historicizamos-lo.

No mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, mais especificamente no ano de 2004, fruto da articulação entre o Governo Federal e a Sociedade Civil Organizada, criou-se o *Brasil sem homofobia*, um programa de combate à violência e à discriminação contra LGBTs. Atuando em áreas diversas, esse projeto constitui-se como um verdadeiro marco histórico na luta pelo respeito à diferença.

De 2011 a 2015, ocorreu outro fato histórico importantíssimo para as questões de gênero no ambiente nacional: foi a primeira vez que uma mulher assumiu a Presidência da República no Brasil. Embora seja simbólico esse fato, Dilma Rousseff enfrentou bastantes obstáculos para implementar políticas de equidade de gêneros e valorização da diversidade.

Dentre as diretrizes do *Brasil sem homofobia*, encontrava-se a “produção de materiais educativos (filmes, vídeos e publicações) sobre orientação sexual e superação da homofobia” (CONSELHO, 2004, p. 22). Em 2011, quando Fernando Haddad era ministro da educação, representantes da sociedade civil e profissionais de educação qualificados elaboraram um kit de ferramentas educacionais, voltado à formação de educadores⁸⁵, composto por uma cartilha, cartazes, vídeos e uma carta de apresentação

⁸⁵ Material disponível em: < <https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/bGjtqbyAxV88KSj5FGExAhHNjzPvYs2V8ZuQd3TMGj2hHeySJ6cuAr5ggvfw/escola-sem-homofobia-mec.pdf>>. Acesso em: 30/01/2020.

para os professores. A cartilha continha informações teóricas e sugestões metodológicas de como se trabalhar as questões que envolvem a lgbtfobia em sala de aula.

Por meio de ameaças, como a de obstruir as pautas no Congresso Nacional e fazer manifestações em frente ao MEC, deputados conservadores e/ou religiosos fizeram pressão para que o material deixasse de ser distribuído. Esses políticos criaram um discurso de que a ferramenta era inadequada, chegando a exhibir em plenário um outro material, o do Ministério da Saúde, que tinha como público-alvo caminhoneiros e profissionais do sexo nas estradas.

No mesmo jogo discursivo, Jair Bolsonaro, naquela época Deputado Federal do Rio de Janeiro, sugeriu que se convocasse Haddad para explicar o “kit gay” que, segundo o capitão reformado, estaria sendo distribuído em escolas de primeiro grau, denominando a ação do Ministério da Educação como imoralidade, promovendo “homossexualismo” e promiscuidade⁸⁶. A presidenta Dilma, ao perceber a sociedade escandalizada com as narrativas mentirosas que provocaram pânico moral, suspendeu a distribuição do material, julgando-o inadequado.

Toda essa questão em torno do material *Escola sem Homofobia*, juntamente com o golpe de Estado em 2016, ajudou a escancarar as portas para a força de grupos de extrema direita, fazendo com que discursos conservadores ganhassem mais potência e possibilitassem o retorno de exibições corriqueiras de atitudes e pensamentos lgbtfóbicos.

Nesse segmento, o ano de 2018 é reflexo dessa conjuntura. Diversos acontecimentos evidenciam que as relações de poder naquele ano foram marcadas por um conjunto de forças trabalhando para eliminar todos os que não compactuavam com um projeto político de manutenção de privilégios dos homens brancos heterocisnormativos, tais como a prisão do ex-presidente Lula e a execução da vereadora Marielle Franco.

Em um regime discursivo de ódio e fundamentalismo religioso, Bolsonaro consolidou sua posição de “salvador da pátria” por meio de *fake news*, dizendo-se contra as supostas posições de seus adversários políticos. Fernando Haddad, por exemplo, foi acusado de querer implementar o “kit gay” para ensinar “homossexualismo” a crianças

⁸⁶ Disponível em: < <https://www.camara.leg.br/noticias/211374-comissao-rejeita-convocar-haddad-para-explicar-kit-sobre-homossexuais/>>. Acesso em: 30/01/2020.

com 6 anos⁸⁷, distribuir mamadeiras com o bico em forma de pênis em creches⁸⁸ e manifestar a intenção de legalizar a pedofilia⁸⁹.

Essa inescrupulosa estratégia de informações falsas, tática discursiva das relações de poder, acabou definindo as eleições, dando a Jair Bolsonaro a vitória nas urnas, possibilitando que a posição-sujeito presidente fosse ocupada por um sujeito vil.

Em nove de novembro de 2018, estreia na *Netflix* a série *Super Drags*, parodiando e ironizando políticos como Bolsonaro, numa nítida ação de resistência e demonstração de que viver como LGBT no Brasil é um ato político. A série, contudo, chama atenção também por uma autocrítica, descrevendo homofobia internalizada, gordofobia, falocentrismo e banalização do erotismo.

De acordo com Foucault (2008a), para se interpretar os enunciados, faz-se necessário, antes, agrupá-los em séries, identificando a dispersão e a regularidade. Assim, pensando os enunciados como sistemas de dispersão, Foucault convoca a utilização da noção analítica de “formação discursiva”. Gregolin (1995, p. 17) ensina que “uma sociedade possui várias formações ideológicas, e a cada uma delas corresponde uma ‘formação discursiva’”.

Levando em conta a observação de “semelhante sistema de dispersão entre um certo número de enunciados” (FOUCAULT, 2008a, p. 43), as formações discursivas dizem respeito ao grupo de enunciados de acordo com regularidades, referindo-se ao que, dentro de condições históricas de possibilidades, pode ser enunciado. Sendo assim, entendendo que uma “formação discursiva revela formações ideológicas que a integram” (FERNANDES, 2008, p. 32), de forma ampla, vemos no Brasil atual duas grandes formações discursivas que dizem acerca das questões de sexo/gênero: uma com abordagem essencialista e outra com abordagem não essencialista.

Sujeitos inscritos em uma formação discursiva essencialista acreditam que sexo e gênero são fixos e o que foge a isso é anormal: doença, pecado e/ou crime. Existências monstruosas, como explica Foucault (2001). Franceschini e Fernandes Júnior (2019, p.122) dizem que “nesse processo de constituição do corpo monstruoso, há, então, a

⁸⁷ Disponível em: <<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/16/e-fake-que-haddad-criou-kit-gay-para-criancas-de-seis-anos.ghtml>>. Acesso em: 30/01/2020.

⁸⁸ Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2018/10/mamadeira-erotica-de-haddad-fake-news.html>>. Acesso em: 30/01/2020.

⁸⁹ Disponível em: <<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/13/e-fake-cartaz-atribuido-a-haddad-que-diz-que-projeto-de-lei-torna-a-pedofilia-um-ato-legal.ghtml>>. Acesso em: 30/01/2020.

implementação de um sistema de diferenciação desse corpo, tornando-o anormal e patologizando-o”.

Vejamos alguns enunciados, reunidos na mesma formação discursiva, baseada na teoria essencialista de gênero:

- a) O órgão vinculado ao MEC passa a orientar as quase seis mil prefeituras do Brasil a incluir no Plano de Educação Decenal de Educação Municipal a **ideologia de gênero** (...) O homem não quer chegar em casa e ver seu filho brincando com boneca por ter sido orientado nas escolas. Escolas onde Dilma Rousseff e o PT que, através da canalhice, transformar num bordel homoafetivo (...) ⁹⁰.
- b) Esse kit tem um título, “combate à homofobia”, mas na verdade é um estímulo ao **homossexualismo**. É um incentivo à promiscuidade. ⁹¹
- c) **Ideologia de gênero** é coisa do capeta. O Estado é laico, mas eu sou cristão. ⁹²
- d) O maior crime que se pratica hoje em dia é através da **ideologia de gênero**. ⁹³

Possenti (2006, p. 100) ao escrever um texto com diretrizes práticas sobre a AD ensina-nos que “o léxico funciona como um bom guia para os analistas”. Logo, seguindo a orientação desse experiente pesquisador, entendemos o léxico como indicador das posições assumidas pelos sujeitos enunciadoreis.

No enunciado “b”, por exemplo, há a utilização do termo “homossexualismo”. Como vimos anteriormente, essa palavra aparece na CID para designar anormalidades relacionadas a distúrbios psíquicos em determinado momento da história. Quando ela é utilizada no momento presente, por sujeitos com o mínimo de instrução, indica uma posição preconceituosa em relação aos homossexuais, pois, mantem-se propositadamente o sufixo “ismo”, que nesse contexto denota condição patológica, tal como ocorre em doenças como “alcoolismo”, “reumatismo”, “bruxismo”, “sonambulismo”, “autismo”, dentre outras.

Os sujeitos que, contemporaneamente, elegem a palavra “homossexualidade” como a mais adequada, indica uma posição fraterna, visto que o sufixo “dade”, nesse vocábulo, traz um sentido de manifestação humana, como dar-se em “bondade”, “capacidade”, “felicidade”, espontaneidade” e “heterossexualidade”. Portanto, ao

⁹⁰ Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=ED38BZXcV9c&t=74s>>. Acesso em: 22/09/2019.

⁹¹ Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=ONfPCxKdGT4>>. Acesso em: 22/09/2019.

⁹² Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=RFjyW5AkDzU>>. Acesso em: 22/09/2019.

⁹³ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=3_R4K2o2MAA>. Acesso em: 22/09/2019.

utilizarem “homossexualidade” em detrimento a “homossexualismo”, os sujeitos enunciam que não concebem os homossexuais como doentes, mas como sujeitos com uma orientação sexual legítima, assim como os heterossexuais e os bissexuais.

Tanto o enunciado “b”, quanto os demais, foram proferidos pelo sujeito presidente em exercício, o qual utiliza “kit gay” como fazendo parte da “ideologia de gênero”. Essas duas expressões revelam, igualmente, um posicionamento discursivo. Ele utiliza “kit gay” como tática dentro do seu embate político e discursivo para referir-se ao material *Escola sem Homofobia*, e “ideologia de gênero”, como se fosse, parafraseando Varela (2019), um conjunto de ideias reunidas por gente imoral, para convencer crianças e adolescente a adotarem comportamentos LGBTs.

Vê-se que essa posição-sujeito é inscrita numa visão essencialista de gênero. Junqueira (2017, p. 224) diz que sujeitos filiados a esse regime discursivo entendem a teoria de gênero (para eles, ideologia de gênero) como uma forma de “doutrinação neototalitária, de raiz marxista e ateia, e ainda mais opressiva e perigosa do que o marxismo, camuflada em discursos sobre emancipação, liberdade e igualdade”.

Super Drags inscreve-se do outro lado dessa relação de poder, sendo produzida com o entendimento de que ideologia de gênero “é um termo inventado por preconceituosos que não aceitam a diversidade do comportamento sexual humano” (VARELLA, 2019, p. 1).

A série narra a história de três rapazes, Patrick, Ralf e Donizete, que trabalham numa loja de departamentos. Eles, quando necessário, transformam-se em Lemon Chiffon, Safira Cyan e Scarlet Carmesim, *drag queens* associadas a uma mentora, a Vedete Champagne, quem estabelece modos de proteger a comunidade LGBT.

Os cinco episódios retratam a luta dessas super heroínas contra a lgbtfobia na sociedade. Os principais antagonistas das *drags* são Lady Elza e Sandoval; a primeira, uma *drag queen* amargurada, tenta roubar o *highlight* (o brilho, a energia de vida) dos sujeitos LGBTs; o segundo é um profeta fundamentalista religioso que, criando um campo de concentração, vende a “cura gay”.



94

Como demonstra a imagem acima, cena final do último capítulo, esses vilões são o mesmo sujeito, agindo com tecnologias de poder diferentes. Para Foucault, o sujeito se encontra disperso “nas diversas posições que o sujeito pode ocupar ou receber quando exerce um discurso” (FOUCAULT, 2008a, p. 61). Dessa forma, a posição-sujeito ocupada por esse personagem (que se subdivide em dois) está intimamente relacionada à posição discursiva essencialista de gênero e as relações de poder que permeia essa posição.

Pensando *Super Drags* como resistência frente ao DHC, devemos levar em conta que “para resistir, é preciso que a resistência seja como o poder. Tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele (FOUCAULT, 2004a, p. 241). Nesse sentido, esse personagem antagonista representa um clichê dessa posição-sujeito. Essa representação é feita por meio da ironia e do sarcasmo, “como se víssemos um vestígio do riso na estrutura da realidade a ser representada, sem ouvir o riso propriamente dito” (BAKHTIN, 1981, p.142). É a representação parodiada de um posicionamento malicioso, denunciada e combatida por meio do escárnio, estratégia utilizada para despertar a consciência do interlocutor, permitindo-o perceber um discurso a ser combatido.

Pensando também na necessidade de a resistência ser tão inventiva quanto o poder, vê-se, na série, outra estratégia de processo de produção de sentidos: recorre-se a outros desenhos pré-existentes, acionando um domínio da memória, relacionada ao combate de sujeitos maldosos. Seria um campo associado, constituído

pelo conjunto das formulações a que o enunciado se refere (implicitamente ou não), seja para repeti-las, seja para modificá-las ou adaptá-las, seja para se opor a elas, seja para falar de cada uma delas; não há enunciado que, de uma forma ou de outra, não reatualize outros enunciados (Foucault, 2008a, p. 111).

Mesmo adotando o gênero de animação, *Super Drags* não está no catálogo destinado ao público infantil. Seu campo associado remete a uma memória discursiva na

⁹⁴ Disponível em: <<https://www.netflix.com/watch/80218640?trackId=200257859>>. Acesso em: 30/01/2020.

qual desenhos animados de outras gerações, tais como *As Meninas Super Poderosas*, *Power Rangers*, *Sailor Moon* e o filme *As Panteras*, contam história de sujeitos que combatem o mal. De forma geral, todas essas produções têm, em comum, o gênero ação e retratam o enfrentamento de uma ameaça à sociedade. Em *Super Drags* especificamente essa ameaça é a lgbtFOBIA.

Super Drags é um acontecimento discursivo baseado em uma visão não essencialista de gênero. Essa constatação é muito importante porque retrata a formação discursiva da produção e a insere num posicionamento de resistência frente ao poder dominante. É um enunciado em embate com o arquivo exposto a partir das falas do sujeito-presidente em exercício. Em outros termos, “trata-se de explicitar de qual luta ideológica ou de qual disputa discursiva se trata e como as diversas posições são expostas, considerando a conjuntura em que se dá” (POSSENTI, 2006, p. 99).

A série revela um discurso materializado em produção artística, possibilitando o entendimento de que há uma vontade de verdade sobre a sexualidade humana posta em disputa por discursos antagônicos. Possibilita, além disso, compreendermos que a sociedade funciona de acordo com os mecanismos de controle e que é “apenas baseada nessa possibilidade de controle que podem surgir todas as ideologias” (FOUCAULT, 2003, p. 619).

As *performances* de gênero das personagens da série são linguagens bajubeiras, fazendo parte de táticas zombeteiras, utilizando o escárnio para sorrir do regime de sujeição de sexo/gênero. O mesmo acontece com cantora Leona, em seu videoclipe, como veremos a seguir.

4.2 Performance bajubeira

Defenderei que as identidades nada mais são do que narrativas, ficções que fazemos de nós, e não essências absolutas e para sempre.
(LUCAS LIMA, 2017, p. 106)

As pesquisas de Foucault levam-nos a entender que as condutas sociais ocorrem por meio de processos de normatização e de normalização, conduzindo corpos, expressões e subjetividades a constituírem identidades padronizadas em dois tipos: homens cisheterossexuais e mulheres cisheterossexuais.

A esse respeito, devemos levar em consideração o que diz Prado Filho (2019) em seu texto *Identidade, normalização e diferença*. Segundo o professor-pesquisador:

É importante distinguir normalização de normatização: normatizar diz respeito a um procedimento de definir *a priori* critérios e parâmetros científicos a partir dos quais os indivíduos serão comparados e julgados conforme a faixa de anormalidade construída para seu grupo ou amostra, etapa mais técnica e anterior à aplicação de práticas de normalização que efetivamente colocam os indivíduos numa relação concreta com a norma, quando estes se tornam sujeitos de suas práticas em avaliações, comparações, classificações e marcações identitárias (PRADO FILHO, 2019, p. 121).

As práticas de normatização referem-se aos mecanismos de parâmetros de julgamento do que é normal e do que é anormal, tais como observação do respeito às regras comportamentais socialmente estabelecidas, verificação de “sintomas” em consonância com as descrições de manuais como o DSM e a CID e dados estatísticos laboratoriais elaborados a partir de uma certa regularidade. São padrões pré-estabelecidos.

As práticas de normalização dizem respeito às correções de condutas já classificadas como desviantes da norma. São intervenções cirúrgicas e/ou hormonais, procedimentos de reversão, terapias, práticas de subjetivação, punições diversas, castigos, dentre outras.

Temos, ainda, as práticas de resistências que, segundo Revel (2005, p. 74), têm a ver com a “possibilidade de criar espaços de lutas e agenciar possibilidades de transformação”. Essas lutas, desafiando o que está designado, podem acontecer das mais variadas formas: fugas, escapes, enfrentamentos, revoltas, afrontes, transgressões, infrações, desrespeitos, contracondutas, desobediências, contravenções, descumprimentos, violações, cuidado de si, etc.

Resistir é, de alguma forma, não atender ao prescrito. É a possibilidade de enfrentamento das estratégias de dominação. À vista disso, Maciel Junior (2014, p. 2) diz que a resistência é para Foucault

uma atividade da força que se subtrai das estratégias efetuadas pelas relações de forças do campo do poder. Esta atividade permite à força entrar em relação com outras forças oriundas de um lado de fora do poder (FOUCAULT, 1988). Forças do devir, da mudança, que apontam para o novo e engendram possibilidades de vida.

A resistência, fazendo parte das relações de poder, descreve a maneira pela qual um sujeito (ou um grupo de sujeitos) por meio de uma técnica planejada ou fortuita luta contra um poder dominante. Sendo assim, existem *performances* de gênero que constituem formas de resistências.

Butler (2010), tomando como base reflexões de Austin, Foucault e Derrida sobre as práticas discursivas, desenvolve a noção *performatividade*, cujo sentido diz respeito à

falsa noção de estabilidade dos estereótipos de gênero, mantida pela “repetição de atos, gestos e signos, do âmbito cultural, que reforçariam a construção dos corpos masculinos e femininos tais como nós os vemos atualmente” (BUTLER, 2010, p. 43). A ideia de *performatividade* está relacionada a uma “ordem compulsória” que exige a coerência total entre um sexo, um gênero e um desejo/prática (que é obrigatoriamente heterossexual e cisgênera).

Para Butler (2010), os atos performativos, encenados repetidamente, criam a impressão de estabilidade e coerência entre sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual. Essa sensação de adequação é denominada por ela como “matriz de inteligibilidade de gênero”, isto é, os sujeitos só se tornam dignos se expressarem por *performances* de gênero em conformidade com as normas sociais.

A partir disso, é possível que percebamos a viabilidade de resistência, quando compreendemos que a *performatividade* pode ser transgredida, por meio de *performances* de gênero em desacordo com o DHC. É o que ocorre na *performance* bajubeira da cantora travesti Leona Vingativa em seu videoclipe.

Para a análise da *performance* de Leona, primeiramente, devemos compreender que a *travesti* é entendida por nós como o sujeito heterogêneo que se apresenta socialmente usando roupas e adereços culturalmente definidos como de uso específico para sexo/gênero feminino. Entretanto, a identidade de gênero⁹⁵ travesti não pode ser explicada somente com tão simples explicação.

A partir dos estudos de Lanz (2015), depreendemos a não existência de uma definição unânime para essa identidade, sendo o próprio sujeito responsável pela autoidentificação ou não com ela. Algumas características, não consensuais, são atribuídas às travestis, tais como: 1) versatilidade no sexo (isto é, podem assumir posição de ativas ou de passivas no coito); 2) não almejam tornarem-se mulheres, criam uma identidade própria de feminilidade, às vezes exagerando na erotização; 3) não sentem necessariamente desconforto em ter/usar o pênis; 4) geralmente são oriundas de classes sociais mais desprestigiadas; 5) muitas adotam práticas informais de modificação corporal; 6) são estigmatizadas e na maioria das vezes trabalham na prostituição. Essas características, antes de constituírem verdades absolutas, são tentativas de identificação

⁹⁵ Segundo Lanz (2015, p.414), identidade de gênero é “o que uma pessoa sente que é em relação aos modelos culturalmente aceitos de homem e mulher ou masculino e feminino. Autopercepção – portanto algo totalmente subjetivo – da categoria de gênero na qual uma pessoa se reconhece, a despeito da classificação recebida ao nascer em função do seu sexo biológico”.

de características para diferenciá-las das transexuais. Nós lemos a identidade de gênero de Leona Vingativa como travesti porque a própria se classifica como tal, inclusive no clipe que será analisado⁹⁶.

Em pesquisas anteriores, como consta em Camarano e Franceschini (2019), verificamos que o bajubá tem origem com as travestis de rua que, fazendo uma reapropriação de termos e expressões usadas nos terreiros candomblé, desenvolveram um socioleto para se comunicarem numa espécie de linguagem secreta, como meio de enfrentar a repressão do Estado e articularem seus ofícios sem interferências de terceiros.

Posteriormente, pela aproximação de outros sujeitos LGBTs, esse socioleto foi adotado pelos demais membros da comunidade infame, que passaram a se beneficiar da possibilidade de falarem entre si em uma espécie de código não compreendido pela maioria da população.

Já vimos que, na AD foucaultiana, buscamos compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua existência e de estabelecer relações com os outros enunciados. Isso quer dizer que, para Foucault, a análise enunciativa é uma análise histórica, já que leva em conta além dos aspectos linguísticos, a relação dos enunciados com outros enunciados. Assim,

apesar de sua confessada obsessão pela linguagem, o filósofo explica que seu objeto não é a linguagem, mas o arquivo como a existência acumulada de discursos, e admite ser obcecado mesmo é pela existência dos discursos (SOUSA, 2017, p. 105).

O arquivo, diz Foucault (2008a, p. 147) é “a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares”. Isto posto, analisar discursos

implica interpretar os sujeitos falando, tendo a produção de sentidos como parte integrante de suas atividades sociais. A ideologia materializa-se o discurso que, por sua vez, é materializado pela linguagem em forma de texto; e/ou pela linguagem não-verbal, em forma de imagens (FERNANDES, 2008, p.10).

Para tanto, o gesto metodológico consiste em “isolar a instância do acontecimento para relacioná-lo a outros enunciados” (NAVARRO, 2008, p. 63). No movimento de descrição e interpretação do enunciado de resistência vislumbrado na *performance* de Leona, analisaremos esse acontecimento discursivo a partir de um campo associado do entretenimento de massa.

⁹⁶ Em entrevista disponível no link a seguir, Leona também enuncia sua identidade de gênero como sendo travesti: < <https://www.youtube.com/watch?v=2gj8Lihf4zE>>. Acesso: 05/09/2019.

O clipe da música *Não Pode Esquecer o Guanto*, tido como uma materialidade enunciativa sincrética, é um acontecimento discursivo, visto que

[...] **um enunciado é sempre um acontecimento** que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. (...) está ligado não apenas a situações que o provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem (FOUCAULT, 2008a, p. 31- 32, grifos nossos).

Observamos a partir daí que o acontecimento enunciativo tem quatro características que o definem: 1) é sempre materializado, 2) é constituído a partir de um referente, 3) é único (contudo podendo ser repetido, gerando outro efeito de sentido) e 4) é conectado a outros enunciados, numa mesma rede de memória. Portanto, é necessário historicizar o acontecimento no processo de descrição e interpretação discursiva.

Não Pode Esquecer o Guanto é uma releitura, uma espécie de paródia da música *No meio do Pitiú*, que aparece em 2012 no álbum de estreia de uma professora de história de 73 anos, chamada Dona Onete. No clipe da setentagenaria, tanto ela quanto suas bailarinas aparecem lindamente vestidas com roupas típicas do carimbó⁹⁷: saias longas, rodadas e estampadas. Usam também muitos ornamentos como maquiagens, pulseiras, colares e coroa de flores que reforçam a feminilidade.

No vídeo musical, a artista transgênera Leona Vingativa apresenta, a exemplo de Dona Onete, uma *performance* extravagante no Ver-o-Peso, ponto turístico da cidade de Belém. Esse cartão postal do Estado do Pará conta com um conjunto arquitetônico e paisagístico que inclui uma feira livre, na qual os turistas e nativos podem experimentar as comidas típicas. O clipe foi lançado em 16 de agosto de 2017, ano em que meses anteriores ocorreram três acontecimentos que formam um campo associado, “o que justifica seu aparecimento” (SOUSA, 2017, p. 109).

Sobre o campo associado, destacamos três enunciados que, ao se relacionar com o clipe da música, constroem uma série enunciativa que participam das condições de possibilidades do acontecimento: 1) a campanha de prevenção à AIDS no carnaval de 2017; 2) o lançamento do álbum de estreia em janeiro de 2017 da *drag queen* Pablo Vittar; 3) a estreia da novela *A Força do Querer* em abril 2017, pela Rede Globo, que abordou a temática transexualidade. O enunciado em questão “surge, nesse espaço de coexistência” (SOUSA, 2017, p. 111). Não é difícil perceber como esses acontecimentos

⁹⁷ De acordo com Fuscaldo (2015, p.81) o carimbó é uma manifestação cultural tradicional presente no Estado do Pará que, reunindo em si elementos das culturas indígenas, ibéricas e africanas, “expressa em sua música, letras, instrumentos e dança certas características do modo de vida das populações tradicionais ribeirinhas e rurais da região, assim como a relação dessas populações com o ambiente que as envolve”.

se relacionam, formando nós em uma rede, se pensarmos que *Não Pode Esquecer o Quanto* é protagonizado por uma cantora (assim como Pablo Vittar), transgênera (como a personagem da novela) e que propaga a importância do uso do preservativo (como a campanha).

Assim, pensando na arqueogenealogia foucaultiana, supõe-se que entre todos esses acontecimentos

de uma área espaço-temporal bem definida, entre todos os fenômenos cujo rastro foi encontrado, será possível estabelecer um sistema de relações homogêneas: rede de causalidade permitindo derivar cada um deles relações de analogia mostrando como eles se simbolizam uns aos outros, ou como todos exprimem um único e mesmo núcleo central (FOUCAULT, 2008a, p. 11).

Ainda transitando pelas orientações técnicas-analíticas inspiradas em Foucault, Possenti (2006, p. 96) diz que “o pequeno pacote de textos assim recolhido será depois organizado e trabalhado pelo analista, que necessariamente privilegiará determinados aspectos, o que dependerá de seu projeto de análise”. Dizendo de outra maneira, nessa análise especificamente nosso foco recairá no clipe, não descartando os demais acontecimentos que fazem parte do campo associado, mas deixando-os suspensos para outras oportunidades, já que, como argumenta o próprio Possenti (2006, p. 108), “qualquer análise seleciona certos aspectos, ou seja, não esgota todas as possibilidades”.

No escalonamento dos acontecimentos, destacamos que, em fevereiro de 2017, o Ministério da Saúde intensificou a campanha de prevenção ao HIV/ AIDS, isso porque uma pesquisa da instituição revelou que casos de HIV tinham aumentado 85% entre jovens de 15 a 24 anos. Como veremos, mais a diante, o clipe de Leona terá o uso do preservativo como tema central.

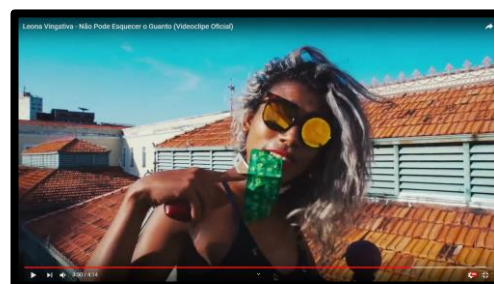
Antes, devemos salientar, mais uma vez, que a constituição dos sujeitos enunciativos está intimamente relacionada às características de interseccionalidade, pois elas revelam as posições sociais que o sujeito ocupa e as relações de poder que permeiam essas posições.

Segundo Borba (2015, p. 102), devemos desnormalizar e desestabilizar os estudos linguísticos, produzindo uma visão mais nuançada e multifacetada de como LGBTs e

todos/as aqueles/as que, em suas performances, de alguma forma, desestabilizam dicotomias identitárias – utilizam a linguagem para construir-se dentro das limitações heteronormativas dos discursos que impõem posições de sujeito naturalizadas. Essa *queerificação* pode ter efeitos decisivos no escopo do campo dos estudos linguísticos que têm por muito tempo reduzido seus sujeitos de pesquisa a indivíduos brancos, de classe média, heterossexuais e ocidentais como se todos/as falantes assim o fossem e como se a linguagem utilizada por esses indivíduos fosse a única que merecesse ser investigada.

Borba (2015) nos alerta para a necessidade de as análises marcarem os atravessamentos identitários, isto é, não deixar de considerar outras marcas sociais que contribuem, em comunhão com as questões sexuais para a formação da identidade, tais como etnia, classe popular, naturalidade, profissão, etc. Dessa forma, ao analisarmos as práticas discursivas nas quais os sujeitos engajam-se, podemos analisar “a construção discursiva de um imenso leque identitário que, em suas performances corporais e linguísticas, escapam as dicotomias homem/mulher, hetero/homo (BORBA, 2015, p. 101).

Em nossas pesquisas sobre o discurso heterocisnormativo e de resistência do sujeito LGBT não descartamos enunciados imagéticos, uma vez que “no sentido foucaultiano, o enunciado não se reduz ao enunciado linguístico, mas se estende a outras formas de linguagem” (SARGENTINI, 2014, p. 9). Assim, interessa-nos observar as seguintes imagens do clipe:



Leandro Olin dos Santos, foi uma “criança viada”⁹⁸, preta e pobre. Ganhou notoriedade quando, aos treze anos, em 2008, juntou-se com outras crianças viadas para fazer uma brincadeira que, ao ser postada na internet, acabou viralizando.

Assim, Leona Vingativa, atualmente adulta e mulher transgênera, conhecida por seu carisma, surgiu de uma telenovela amadora no canal *YouTube* na qual ela interpretava

⁹⁸ Alusão à obra da artista plástica Bia Leite, que teve o intuito de dar visibilidade a crianças com traços e traços não heterocisnormativos.

a vilã que gestou seu nome social e contribui significativamente em seu processo de subjetivação. A persona foi inspirada na personagem homônima vivida pela atriz Carolina Dieckmann em *Cobras e Lagartos*, telenovela da Rede Globo, exibida em 2006, na qual a atriz representava uma mulher muito interesseira e bonita. Depois da fama com a série, a garota paraense se tornou *web celebridade* e passou a produzir diversos vídeos e videoclipes.

A partir da afirmação de Foucault (2004a) de que o corpo é a superfície de inscrição dos acontecimentos, é possível entender que muitos sujeitos utilizam o corpo como enunciado para protestar contra a invisibilidade de suas identidades e/ou contra a violência às mulheres, sejam elas transgêneras, ou não, como ocorre na *Marcha das Vadias* e na *Parada do Orgulho LGBT*. Nesse mesmo sentido, interpretamos que a aparência alegórica e gestualidade de Leona Vingativa constitui-se como um sistema de signos e esses signos expressam um lugar social, histórico e uma filiação nas relações de poder.

Nessa empreitada de trabalhar o corpo como estrutura discursiva, o primeiro aspecto para o qual voltaremos nossos olhos será a vestimenta. As roupas, muito mais que objetos utilizados para cobrir o corpo, são linguagem. Ela constrói sentidos sobre a identidade. Por meio das roupas, interesses, hábitos e opiniões podem ser lidos.

Como podemos perceber nas imagens, a cantora está vestida com um vestido preto e curto, de forma que as curvas de seu corpo ficam bem delineadas. Usa um salto alto, um colar tipo coleira, dourado e brilhante, unhas pintadas, maquiagem forte, própria para a noite, com batom vermelho, cílios postiços e sombra escura. O cabelo com mechas loiras, e a vestimenta se completa com uns óculos de sol com lentes douradas. Ela também se veste de uma alegria e energia contagiantes.

Vemos que o corpo aparece no clipe como uma materialidade bastante significativa. Contudo, Paraguassú (2013, p. 7) nos alerta para o fato de que as roupas, o cabelo, e todas as demais materialidades do corpo “são visíveis àquele que vê, no entanto, em uma análise objetiva-se tornar visível não a evidência material, mas as condições de existência da materialidade discursiva”.

Considerando deslocamentos e rupturas, de forma geral, ao longo da história nacional, os sujeitos dissidentes de gênero foram sempre classificados como anormais e submetidos a diversos mecanismos de normalização. Nesse trabalho sobre a memória, identificamos que o corpo transgênero foi objeto de disputa discursiva de várias áreas do poder, ora reivindicado pelas ordenações portuguesas impostas no Brasil, ora pela igreja, ora pelas leis penais, ora pela medicina, ora pela psiquiatria. Variando, portanto, conforme

o tempo e espaço, as normalizações para esse tipo de corpo foram gerindo-o de forma a invisibilizá-lo, silenciá-lo, exterminá-lo. Como visto anteriormente, só na década de 1970 surgem as primeiras manifestações do movimento (hoje) denominado LGBT e suas conquistas preliminares. Só há bem pouco tempo, principalmente a partir dos eventos de ações afirmativas para a comunidade LGBT, esses corpos puderam ser expostos, ainda que sujeitados aos mais diversos tipos de violência.

Leona pôde expor seu corpo dessa forma no clipe porque ocorreram outras manifestações corporais consideradas contrahegemônicas rompendo o policiamento discursivo, como as apresentadas por Caetano Veloso em alguns *shows*, pela personagem da novela *A Força do Querer*, por Pabllo Vittar, Vera Verão, etc.

As escolhas indumentárias de Leona levam-nos a entender se tratar de uma mulher vaidosa, que gosta de mostrar à sociedade, que se cuida e que não se sente inferiorizada. Por outro lado, como ficará claro mais adiante ao analisarmos a letra da canção, as cores da maquiagem, os decotes e fendas do vestido, a altura do salto, somados à maneira expressiva de movimentar o corpo e ao aliciamento a homens durante a gravação, demonstram tratar de uma mulher que se prostitui.

Outra leitura diz respeito ao que está sendo enunciado verbalmente. A letra da música cantada por ela diz assim:

*As **travas** bem **babadeiras**
Não **deitam** pra **bofe** nenhum
Ela saem pra bater beira e voltam com mil e um
Sai de dia, sai à noite, não pode esquecer o **quanto***

*Não pode esquecer o **quanto***

*Eu fui caçar um **boy**
Lá no ver-o-peso
Vi umas **bicha** ali **penando**
Eu logo pude prever
Não tem porta pra bater (**aquenda**), não tem **pg** pra fazer
Mas sei que vai clarear, vai surgir o **pg** pra você*

*Não pode esquecer o **quanto***

*Alô minhas **bicha** da terra
As **travas** da pista, do reduto
As **ativas** e as **passivas**
As **bichas** **ursos**, as **enrustidas**
As **machudas**, as **bombadas**
E as **trans** de todo o meu país
Não se esqueçam, queridas
Se for **viçar**, usar o **quanto***

*Não pode esquecer o **quanto***

As escolhas linguística-performativas não deixam dúvidas de que se trata de uma linguagem bajubeira. Um vocabulário rico de palavras incomuns para grande parte da população brasileira. Na narrativa fílmica, fica evidente que a música trata sobre a importância do uso do preservativo. Basta entender que a palavra *quanto* utilizada no refrão tem em bajubá o sentido de *camisinha*. Numa leitura bajubeira, percebemos que a história cantata relata o dia de uma travesti (*trava*) que sai de casa para procurar um homem (*boy*) para fazer programa (*pg*) no Ver-o-Peso. Ela constata que não tem clientes porque vê outras travestis procurando clientes (*vi umas bichas ali pensando*). Em outro trecho a orientação quanto ao uso do preservativo é direcionada a vários membros da comunidade LGBT: bichas, travas, ativas, passivas, ursos, enrustidas, machudas, bombadas e trans.

A voz da cantora no clipe força uma nasalização, atitude muito característica de *performance* bajubeira. Também, nesse mesmo sentido, visualizamos trejeitos e gesticulações femininas e sensuais, mas atitudes extremantes extravagantes e irreverentes.

Para além das questões linguísticas, fica evidente uma intersecção de fatores no que tange à identidade do sujeito enunciativo: é uma mulher, mas não qualquer mulher, é uma mulher transgênera. É uma mulher negra. É uma mulher pobre. É uma mulher que vende o corpo. Vemos, portanto, que dentro de uma hierarquização de desigualdades, é um sujeito mais abjeto dentre as possibilidades de abjeção, talvez só sendo possível ser mais abjeto se acrescentássemos fatores como idade, estética corporal, deficiências e/ou doenças.

Contudo, ao contrário do que possa parecer, não é uma mulher subjugada. Apesar de submetida às sujeições que a sociedade impõe a sujeitos com suas características, essa mulher luta, mostra poder. E um dos recursos táticos para seu embate é o bajubá. Lucas Lima (2017, p. 214) menciona que as linguagens bajubeiras tem essa característica: “reúnem, em torno de si, sujeitos que (...) sambam na cara da sociedade”.

O modo como as identidades foram construídas em nossa sociedade pelo DHC, em mecanismos que vão do poder disciplinar ao biopoder, tende a fundamentar-se em aspectos da Biologia, da Medicina, da Psicologia e das religiões, de modo que a heterocisnormatividade se imponha veladamente não como sujeição, mas como “o natural”. Ao serem objetivados e subjetivados, os sujeitos constroem compulsoriamente suas identidades e os que conseguem resistir a essas sujeições são vistos, ainda hoje, como anormais.

O clipe da música *Não Pode Esquecer o Guanto*, visto como um acontecimento, faz parte de uma série enunciativa que permite-nos fazer uma investigação arqueogenealógica e visualizar uma amplificação de possibilidades de construção das identidades. A análise admite o entendimento que, ao decidir não se submeterem às imposições normativas de sexo e gênero, existe possibilidade de os sujeitos estabelecerem novas formas de inserir-se nas relações de poder, podendo criar subjetividades outras e, dessa forma, outras identidades também. Toda essa possibilidade de uma nova forma de subjetivação leva em conta outras questões relacionadas às relações de poder além do sexo e gênero, tais como cor da pele e classe social.

A técnica utilizada por Leona foi o bajubá, uma tática de resistência que muito além das questões linguísticas proporciona novos sentidos para a existência dos sujeitos. Esses sujeitos passam a questionar todo o saber construído, ensinado e estimulado na sociedade brasileira desde o seu estabelecimento enquanto nação. A *performance* bajubeira se constitui como uma estratégia de subversão cuja consequência afeta a subjetividade dos sujeitos que a utiliza, criando possibilidades outras de ser.

4.3 Um breve retorno ao acontecimento principal

Foucault estabelece explicitamente as relações entre os dizeres e fazeres, isto é, as práticas discursivas materializam as ações dos sujeitos na história.
(GREGOLIN, 2007, p. 15)

Segundo Gregolin (2007), os estudos foucaultianos são determinantes para a AD, pois, em sua revisão teórico-analítica em *A arqueologia do saber*, eles nos possibilitam a compreender que “os dizeres e fazeres inserem-se em formações discursivas” (GREGOLIN, 2007, p. 14). Por esse viés, compreendemos que um acontecimento discursivo produz sentidos e provoca rupturas em sentidos já estabilizados.

A aparição de uma questão sobre o bajubá no ENEM de 2018 proporcionou o *vir à luz* de um posicionamento até então controlado pelos discursos dominantes: existe um socioleto específico de um grupo de sujeitos brasileiros, também digno de ser considerado como variante da Língua Portuguesa em atividade no Brasil contemporâneo.

O campo associado do enunciado principal, aqui por nós analisado, revela como as práticas sociais, em suas conexões estratégicas, são resultados de sujeitos históricos, participantes ativos dos embates discursivos.

Pensando o jogo de adivinhação de expressões em bajubá, proposto pelo canal *Põe na roda* a sujeitos cisheterossexuais, a apresentação feita por Caetano Veloso em

1978, a construção dos personagens da série *Super Drags* e a *performance* de Leona no videoclipe de *Não pode esquecer o guanto*, como enunciados filiados dentro de determinado lado dentro das relações de saber-poder relativas às questões de gênero e sexo, é possível descrever o funcionamento discursivo, fruto de linguagem e processo histórico, que, aqui especificamente, toma a prova do ENEM como prática de resistência possível a partir de uma rede de memória.

Entendendo que “em um momento histórico, há algumas ideias que devem ser enunciadas e outras que precisam se caladas” (GREGOLIN, 2007, p. 15), a questão sobre o bajubá no ENEM revela sua inscrição em uma formação discursiva não essencialista de gênero, contribuindo para o questionamento dos saberes que sustentam a heterocisnormatividade na atualidade. Uma voz que faz “eco a outros dizeres que vêm de outros lugares da sociedade” (GREGOLIN, 2007, p. 22), mostrando que o discurso é jogo estratégico gerador de concepções e que a resistência é intrínseca e não externa às relações de poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se a regulação é discursivamente construída, a subversão também o será: é no corpo da linguagem que se processam os escapes à regulação.
(LUCAS LIMA, 2017, p. 69)

Em nossa empreitada, utilizando as ferramentas teóricas de Foucault, procuramos descrever e analisar enunciados de forma a compreender o funcionamento discursivo do bajubá como resistência ao DHC.

Amparados na Análise do Discurso francesa, com procedimentos arqueogenealógicos e cartográficos, tentamos responder ao seguinte problema: como o sujeito bajubeiro, considero abjeto dentro de um sistema normativo de sexo/gênero, resiste por meio do bajubá?

Nossa pretensão foi fazer uma análise das relações de poder e resistência a partir do DHC e do bajubá. Tivemos como *corpus* um grande acontecimento discursivo, a prova do ENEM de 2018, na qual emergiu uma questão sobre o objeto discursivo bajubá, e um campo associado formado por uma série enunciativa composta de cinco enunciados executados em materialidades audiovisuais: vídeos, realizados em 2015 e 2016, com brincadeiras de adivinhação de gírias do canal *Põe na Roda* no youtube; apresentação de Caetano Veloso ao vivo na televisão em 1978, cantando a música *Odara; Super Drags*, a série de animação adulta brasileira estreada em 2018; e o videoclipe da música *Não Pode Esquecer o Guanto*, de 2017, protagonizado pela travesti Leona Vingativa.

Na tentativa de responder à pergunta de nossa pesquisa, dividimos a dissertação em quatro capítulos. No primeiro, intitulado *Linguística, Análise do Discurso e Foucault*, fizemos uma revisão teórica, esclarecendo as “ferramentas” que seriam utilizadas. Em seguida, no capítulo *A desordem do discurso*, mostramos, numa perspectiva arqueogenealógica, as condições de emergência do bajubá e seu funcionamento enquanto código linguístico-discursivo. Em *Cartografia do poder heterocisnormativo*, fizemos a cartografia desse dispositivo, mostrando seu funcionamento e suas emaranhadas linhas. Por fim, no capítulo denominado *No (dis)curso da resistência bajubeira*, analisamos à luz de Foucault a questão da prova e a *performance* bajubeira como resistência ao DHC.

Ao reunir e descrever o *corpus* da pesquisa, foi possível expor uma série de encadeamentos, “através dos quais o impossível foi produzido e reengendra seu próprio escândalo, seu próprio paradoxo, até agora” (FOUCAULT, 2006b, p. 98). Também foi possível apresentarmos um pouco da história do desenvolvimento da

heterocisnormatividade no Brasil, com todos os seus mecanismos de controle e as ações de oposição, demonstrando como jogos de forças compõem as relações de poder.

As análises de enunciados em bajubá ou sobre o bajubá, revelaram que a formação das identidades é fruto de práticas discursivas que, dentro da história, vão produzindo verdades, que, por sua vez, vão produzindo subjetividades. Como desfecho, chegamos à conclusão de que, em seu funcionamento dentro das relações de poder e resistência, o bajubá opera como uma “estética da existência” – o que nos abre rumo para uma pesquisa mais profunda no doutorado sobre subjetividades afrontosas⁹⁹.

Conforme nos informa Revel (2005), o tema de uma “estética da existência” é fortemente discutido por Foucault nos dois últimos volumes da *História da Sexualidade*, quando o filósofo, visto por nós como bajubeiro, faz a descrição

de dois tipos de moral radicalmente diferentes, uma moral greco-romana dirigida para a ética e por meio da qual se trata de fazer de sua vida uma obra de arte, e uma moral cristã no interior da qual se trata, ao contrário, essencialmente, de obedecer a um código (REVEL, 2005, p. 43).

Em nosso entendimento, o bajubá relaciona-se à “estética da existência” que teve seu apogeu durante a antiguidade greco-romana, e está diretamente ligada à “criação de um estilo próprio, através da prática de técnicas de cuidado de si, e visa a constituição de si mesmo como o artesão da beleza de sua própria vida” (VENTURA, 2008, p. 65).

A proposta é construir um modo de vida no qual as vivências possam ser permanentemente criadas como obra de arte. É a ideia de que é possível passar por processos de subjetivação a partir de relações políticas, estéticas e éticas com o mundo, elaborando um cuidado de si, isto é, “um exercício de si sobre si mesmo através do qual se procura se elaborar, se transformar e atingir um certo modo de ser” (FOUCAULT, 2010b, p. 265).

Segundo Foucault (2010b, p. 267), “o cuidado de si constituiu, no mundo greco-romano, o modo pelo qual a liberdade individual (...) foi pensada como ética”, mas ético no sentido de que

os gregos podiam entendê-lo: o *êthos* era a maneira de ser e a maneira de se conduzir. Era um modo de ser do sujeito e uma certa maneira de fazer, visível

⁹⁹ Pensamos em desenvolver uma pesquisa sobre o bajubá enquanto estética da existência *wà*. *Wà* é um verbo em iorubá que tem como efeito de sentido “estar, ser, existir e haver” (BENISTE, 2014, p.782). Pretendemos seguir o entendimento do dramaturgo Zé Celso, e ampliar a noção de resistência de Foucault para “re (ex) sistência”, a fim de entendê-la antrofoficamente como forma de ressignificar as forças de sujeição, permitindo “mudanças no modo pelo qual os indivíduos são levados a dar sentido e valor à sua conduta, seus deveres, prazeres, sentimentos, sensações e sonhos” (FOUCAULT, 1984, p.9). Seria um trabalho sobre o que os debatedores costumam chamar de o terceiro Foucault, quando o filósofo problematiza as questões do “ser-consigo”.

para os outros. O *êthos* de alguém se traduz pelos seus hábitos, por seu porte, por sua maneira de caminhar (...) (FOUCAULT, 2010b, p. 270).

O bajubá, nesse sentido, é uma técnica ética de cuidado de si que permite alguma resistência “às formas de subjetividade que nos são impostas, permitindo ainda algum exercício de liberdade em relação aos modos de subjetivação que fazem de nós aquilo que somos” (PRADO FILHO, 2009, p. 237). Em outras palavras, o bajubá configura-se uma arte de existência contemporânea, possibilitante de *performances* singulares, uma vez que as artes da existência devem ser entendidas como

as práticas racionais e voluntárias pelas quais os homens não apenas determinam para si mesmos regras de conduta, como também buscam transformar-se e modificar seu ser singular, e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e que corresponda a certos critérios de estilo (FOUCAULT, 1983, p. 198).

A estética da existência, sob o signo do bajubá, subjetiva o sujeito por meio de um exercício permanente de expressão, num trabalho de si sobre si em que há uma consciência crítica da realidade normativa, sendo, portanto, “um gesto eminentemente político” (REVEL, 2005, p. 44).

O bajubá, ou estética bajubeira, como queiram, constitui-se de práticas discursivo-performativas, “os corpos são atravessados pelas relações de poder, por isso o corpo é também objeto de resistência” (FERNANDES, 2019, p. 94). É uma forma de escape do sujeito bajubeiro, dissidente sexual, desertor de gênero, herdeiro das práticas metamorfos de afetos, prazeres e identidades, elaborador de novas tramas discursivas, participante atuante das relações de poder no Brasil contemporâneo.

Por tudo que está aqui colocado, pode-se concluir, ainda, que, as resistências ao DHC não devem ser uma busca por um lugar de liberdade absoluta, mas enfrentamentos permanentes, buscas constantes por formas de subjetivação e práticas sociais que minimizem a disparidade de gênero.

Convém, por último, notar que nossa pesquisa, como qualquer outra materialidade da linguagem, não alcançou seu objetivo de dizer tudo aquilo que pretendia, mas, ao mesmo tempo, disse mais do que desejava.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Zenaide Gregório. *Inquisição e Homossexualidade na Colônia*. Anais Eletrônicos – IV Simpósio Internacional de Estudos Inquisitoriais. Cachoeira-BA, 2011. Disponível em: < <https://www3.ufrb.edu.br/simposioinquisicao/wp-content/uploads/2012/01/Zenaide-Alves.pdf>>. Acesso em: 20/08/2019.
- AGAMBEN, Giorgio. *O que é contemporâneo? E outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.
- ANDRADE, Karylleila dos Santos. [et al.]. *Bajubá: linguagem de grupo LGBTT como representação sócio-histórica e cultural*. Revista Desafios – v. 5, n. 4, 2018. Disponível em: < [file:///C:/Users/magop/Downloads/5744-Texto%20do%20artigo-31354-1-10-20190425%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/magop/Downloads/5744-Texto%20do%20artigo-31354-1-10-20190425%20(1).pdf)>. Acesso em: 21/12/2019.
- ANDRADE, Thamires. *Homossexualidade não é transtorno desde 1973: tratamento causa sofrimento*. UOL: São Paulo, 2017. Disponível em: < <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2017/09/21/homossexualidade-nao-e-transtorno-desde-1973-tratamento-causa-sofrimento.htm>>. Acesso em: 17/12/2019.
- ANGELIN, Rosângela. *A “caça às bruxas”: uma interpretação feminista*. Revista Espaço Acadêmico, nº 53, outubro de 2005. Disponível em: < <https://espacoacademico.wordpress.com/2012/08/04/a-caca-as-bruxas-uma-interpretacao-feminista/>>. Acesso em: 19/08/2019.
- ANTUNES, Pedro Paulo Sammarco. *Homofobia Internalizada: o preconceito do homossexual contra si mesmo*. Conferência apresentada no 13º Congresso Mundos de Mulheres e Seminário Fazendo Gênero 11: Transformações, Conexões, Deslocamentos. Florianópolis, 2017. Disponível em: < http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1496012012_ARQUIVO_fazendogeneroeresumo.pdf>. Acesso em: 19/12/2019.
- APA. *Diagnostic and Statistical Manual of Mental disorders: DSM-I*. Washington: American Psychiatric Association, 1952. Disponível em: < <http://www.turkpsikiyatri.org/arsiv/dsm-1952.pdf>>. Acesso em: 17/12/2019.
- ARAÚJO, Cristina Batista de. *A construção de subjetividades no discurso escolar*. 2013. 142f. Tese (Doutorado) – Curso de Doutorado em Letras e Linguística, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- ARAÚJO, Gabriela Costa. *(Re) encontrando o diálogo de bonecas: o bajubá em uma perspectiva antropológica*. 2018. 181f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia.
- BACCA, Ana Maria. PEY, Maria Oly. SÁ, Raquel Stela de. *Nas pegadas de Foucault: apontamentos para a pesquisa de instituições*. Rio de Janeiro: Editora Achiamé, 2004.
- BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- BAKHTIN, Mikael. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.
- BARNART, Fabiano. *As travestilidades na ditadura: a interdição e a resistência de travestis em Porto Alegre, na década de 1970*. 2018. 151f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

- BARROSO, Renato Régis. *Pajubá: o código linguístico da comunidade LGBT*. 2017. 152f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Letras e Artes, Universidade do Estado do Amazonas, Manaus.
- BENISTE, José. *Dicionário youbá/português*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bettrand Brasil, 2014.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral II*. Tradução Eduardo Guimarães et al. São Paulo: Pontes, 1989.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral*, vol. 1. 5ª ed. Campinas: Pontes, 2005.
- BERNARDES, E. S.; SARGENTINI, V. M. O. *Queimando sutiãs: o corpo como discurso e acontecimento*. REDISCO - Revista Eletrônica de Estudos do Discurso e do Corpo, v. 5, p. 37-44, 2015.
- BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada Ave Maria*. Tradução dos Monges de Maredsous. 137ª edição. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2000.
- BONASSI, Bruno Camillo. *Cisnorma: acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero*. 2017. 121f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.
- BORBA, Rodrigo. *Linguística Queer: uma perspectiva pós-identitária para os estudos da linguagem*. Revista Entrelinhas: vol. 9, n. 1 (jan./jun. 2015).
- BRASIL. *Base nacional comum curricular: educação é a base*. Ministério da Educação, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 14/12/2019.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. *LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional*. 2. ed. – Brasília: Senado Federal, 2018.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 3ª edição, 2010.
- BUTLER, Judith. *Inversões sexuais*. In: PASSOS, Izabel C. Friche (Org.). *Poder, normatização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- CABRAL, Marina da Silva. *Um breve percurso sobre a história da Linguística e suas influências na Sociolinguística*. Uox, n. 2, p. 85-93, 2014.
- CAMARANO, Pedro Anácio; FRANCESCHINI, Bruno. *Bajubá: a subversão das identidades por meio da linguagem LGBT*. Revista Redisco, v. 14, p. 8-28, 2019.
- CARVALHO, Adriano César Lima de. *A construção de um discurso identitário LGBT por meio de canais de humor gay do Youtube*. 2017. 105f. Tese (Doutorado) – Curso de Mestrado em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal.

CAVAS, Cláudio São Thiago. D'ÁVILA NETO, Maria Inácia. *Diáspora negra: desigualdades de gênero e raça no Brasil*. Fazendo Gênero 9, 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277497515_ARQUIVO_ARTIGOFG9.pdf>. Acesso em: 18/11/2019.

COELHO, Fred. *Odara ensina a viver entre os monstros*. In: Suplemento Pernambuco (fev. 2017). Disponível em: <<http://www.suplementopernambuco.com.br/artigos/1804-odara-ensina-a-levar-a-vida-entre-monstros.html>>. Acesso em: 25/06/2018.

COELHO, Izete Lehmkuhl [et al.]. *Sociolinguística*. Florianópolis, 2012. Disponível em: <http://ppglin.posgrad.ufsc.br/files/2013/04/Sociolingu%C3%ADstica_UFSC.pdf>. Acesso em: 18/10/2019.

CONSELHO, Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf>. Acesso em: 18/09/2019.

COSTA, Helrison Silva. *O Lugar das Contracondutas na Genealogia Foucaultiana do Governo*. Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea, v. 7, n. 1, p. 61-78, 13 maio 2019.

COUTRINE, Jean-Jacques. *Decifrar o corpo: pensar com Foucault*. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2013.

DANTAS, Tiago. *Youtube*. Brasil Escola. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/informatica/youtube.htm>>. Acesso em 11 de agosto de 2018.

DELEUZE, Gilles. *O que é um dispositivo?* In: Deleuze, Gilles. *O mistério de Ariana*. Tradução de Edmundo Cordeiro. Lisboa: Veja, 1996.

DIAS, Luiz Francisco. *Efeitos de sentido*. Minas Gerais, 2018. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/efeitos-de-sentido&strip=1&vwsrc=0>>. Acesso em: 04/01/2020.

DIEHL, Alessandra. VIEIRA, Denise Leite. MARI, Jair de Jesus. *A CID-11 não reconhecerá possibilidades de patologização da homossexualidade*. Revista debates em psiquiatria, v. 4, p. 20-24, 2014. Disponível em: <https://doi.galoa.com.br/sites/default/files/rdp/RDP_2014-05_final_site-3.pdf>. Acesso em: 19/12/2019.

DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1984.

FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

FERNANDES, Cleudemar Alves. *Cartografia descontínua do corpo: o visível e o enunciável*. In: FERNANDES JÚNIOR, Antônio; FRANCESCHINI, Bruno. (Orgs.). *Cartografias do contemporâneo: dispositivo, verdade e processos de subjetivação*. São Paulo: Intermeios; Goiânia: Fapeg, 2019.

FERNANDES JÚNIOR, Antônio. *Michel Foucault: discurso, história e construção de singularidades*. In: FERNANDES, Cleudemar Alves & MELO, Sílvia Mara de. (Orgs.) *Violência e seus paradoxos: práticas discursivas pelas lentes de Michel Foucault*. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. *Poder-Saber-Ética nos Discursos do Cuidado de Si e da Sexualidade*. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. 16 ed. Tradução Maria T. C. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *O uso dos Prazeres e as Técnicas de Si*. In: *Ditos e Escritos V. Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.

FOUCAULT, Michel. *O sujeito e o poder*. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Subjetividade e verdade*. In: *FOUCAULT, Michel. Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Zahar; 1997, p. 107-115.

FOUCAULT, Michel. *Sobre a arqueologia das ciências. Resposta ao círculo de epistemologia*. In: *Ditos e Escritos II*. Tradução, Elisa Monteiro. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Mota. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FOUCAULT, M. *Os Anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Estratégia, Poder-Saber*. Coleção Ditos e Escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 23. ed. São Paulo: Graal, 2004a.

FOUCAULT, Michel. *A ética de si como prática da liberdade*. In: *Ditos & Escritos V: Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004b.

FOUCAULT, Michel. *Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade*. Verve, São Paulo, n.5, 2004c. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/viewFile/4995/3537>>. Acesso em: 18/12/2019.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: Curso dado no Collège de France (1975-1976)*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Gerir os ilegalismos*. In: Michel Foucault: entrevistas a Roger Pol-Droit. São Paulo: Graal, 2006a. p.41-52.

FOUCAULT, Michel. *Michel Foucault: entrevistas concedidas a Roger Pol-Droit*. Trad. Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. São Paulo: Graal, 2006b.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. Salma Tannus Muchail. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 19.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *Resposta a uma questão*. In: *Ditos e Escritos VI*. Trad. Ana Lúcia Paranhos Pessoa. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Mota. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.
- FOUCAULT, Michel. *Ética, sexualidade, política: ditos e escritos V*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b.
- FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. 3ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010c.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2013.
- FOUCAULT, Michel. *Entrevista com Michel Foucault*. In: *Ditos e Escritos Vol. I: problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.
- FRANCESCHINI, Bruno. *Práticas de poder: a objetivação e a subjetivação do sujeito aluno hiperativo na mídia*. 2012. 207f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Maringá. Paraná.
- FRANCESCHINI, Bruno. *Cartografias do discurso: a constituição de um dispositivo de TDAH*. 2017. 155f. Tese (Doutorado) Curso de Doutorado em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia.
- FRANCESCHINI, Bruno; FERNANDES JÚNIOR, Antônio. *A educação como prática de si: práticas de liberdade dos corpos infames*. Revista X, Curitiba, volume 14, n. 4, p. 120-134, 2019.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.
- FUSCALDO, Bruna Muriel Huertas. *O carimbó: cultura tradicional paraense, patrimônio imaterial do Brasil*. Revista CPC, São Paulo: 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/magop/Downloads/74966-Texto%20do%20artigo-128733-1-10-20150127.pdf>. Acesso em: 30/01/2019.
- GRABOIS, Pedro Fornaciari. *Resistência e revolução no pensamento de Michel Foucault: contracondutas, sublevações e lutas*. Cadernos de Ética e Filosofia Política (USP), v. 19, p. 7-27, 2012.
- GOMES FILHO, Miguel. *(Homo)sexualidades e Foucault: para o cuidado de si*. Curitiba: Appris, 2016.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. *A Análise do Discurso: conceitos e aplicações*. In: *Alfa*, v. 39. São Paulo, 1995.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. *AD: descrever-interpretar acontecimentos que fundem linguagem e história*. In: Pedro Navarro. (Org.). *Estudos do Texto e do Discurso. Mapeando conceitos e métodos*. 1 ed. São Carlos: Claraluz, 2006, v. 1, p. 19-34

GREGOLIN, Maria do Rosário. *Análise do Discurso e mídia: a (re)produção de identidades*. Comunicação, Mídia e Consumo (São Paulo), v. 04, p. 12-26, 2007.

GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos*. 3. Ed. São Carlos: Claraluz, 2007b.

JAQUET, Gabriela Menezes. *A condução de si e dos outros através de uma acontecimentalização da história em Michel Foucault*. 2016. 207f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

FERNANDES JÚNIOR, Antônio. *Michel Foucault: Discurso, história e construção de singularidades*. In: Silvia Mara de Melo; Cleudemar Alves Fernandes. (Org.). *Violência e seus paradoxos: práticas discursivas pelas lentes de Michel Foucault*. 1ª ed. São Carlos: EdUFSCar, 2016, v. 1, p. 09-20.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *“Ideologia de Gênero”: A invenção de uma categoria polêmica contra os direitos sexuais*. In: RAMOS, Marcelo Maciel; NICOLI, Pedro Augusto Gravatá; ALKMIN, Gabriela Ca207f.mpos. *Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos: Perspectivas Multidisciplinares*. Belo Horizonte: Initia Via, 2017, p. 221-236.

LABOV, William. *Sociolinguística: uma entrevista com William Labov*. Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL, vol. 5, n. 9, 2007. Tradução de Gabriel de Ávila Othero. Disponível em: < <http://www.stellabortoni.com.br/index.php/4640-william-labov-fala-de-sociolinguistica>>. Acesso em: 18/10/2019.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LANZ, Leticia. *O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros*. Curitiba: Transgente, 2015.

LAURENTI, Ruy. *Homossexualismo e a Classificação Internacional de Doenças*. Rev. Saúde Pública, v.1.18, n..5. São Paulo: 1984. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v18n5/02.pdf>>. Acesso em: 19/12/2019.

LEMINSKI, Estrela Ruiz. *Poesia é não*. São Paulo: Ed Iluminuras, 2011.

LEMO, Flávia Cristina Silveira. CARDOSO JÚNIOR, Hélio Rebello. *A genealogia em Foucault: uma trajetória*. Psicologia & Sociedade; 21 (3): 353-357, 2009. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n3/a08v21n3>>. Acesso em: 28/12/2019.

LOPES, Sirlene Cíntia Alfieres. *Parrhesía e a produção de subjetividade em Arnaldo Antunes*. In: FERNANDES, Cleudemar Alves. et al. (Orgs.). *Análise do discurso & semiologia*. Uberlândia: EDUFU, 2015. p. 301-322.

LUCAS LIMA, Carlos Henrique. *Linguagens Pajubeiras: re(ex)sistência cultural e subversão da heteronormatividade*. Salvador: Editora Devires, 2017.

MACIEL Júnior, Auterives. *Resistência e prática de si em Foucault*. Trivium, v.6, n.1. Rio de Janeiro, jan./jun. 2014.

MACHADO, Roberto. *Por uma genealogia do poder*. In: *Microfísica do poder*. 23. ed. São Paulo: Graal, 2004.

MACHADO, Roberto. *Foucault, a ciência e o saber*. 3ª ed. ver. e ampliada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

MENDES, Sandra Magrini Ferreira. *Homossexualidade: a concepção de Michel Foucault em contraponto ao conhecimento neurofisiológico do século XXI*. Encontro: Revista de Psicologia. Vol. XI, N° 16, ano 2007, p. 249-262.

MEC. *Temas Contemporâneos Transversais na BNCC: Contexto Histórico e Pressupostos Pedagógicos*. 2019. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf>. Acesso em: 25/01/2020.

MORAES, Daniel Silva; JARDIM, Alex Fabiano Correia. *O que é uma linha de fuga? Consideração a partir do conto 'A terceira margem do rio', de Guimarães Rosa*. VISO: CADERNOS DE ESTÉTICA APLICADA, v. XI, p. 16-30, 2017.

MORAES, Marcos Vinicius Malheiros. 2018. *Genealogia - Michel Foucault*. In: *Enciclopédia de Antropologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2018. Disponível em: <<http://ea.fflch.usp.br/conceito/genealogia-michel-foucault>>. Acesso em: 21/12/2019.

NASCIMENTO, F. A. {et al.}. *Tipologias e classificações: um estudo sobre as temáticas de gênero e sexualidade no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM)*. In: *XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB)*, 2015, João Pessoa - PB. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB). João Pessoa, PB: Editora da UFPB, 2015. v. 1. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/3097/1271>>. Acesso em: 28/10/2019.

NAVARRO, Pedro. *Discurso, História e Memória*. In: Ismara Tasso. (Org.). *Estudos do texto e do discurso: interfaces entre língua(gens), identidade e memória*. São Carlos: Claraluz, 2008, p.59-74.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *O Próprio da Análise de Discurso*. In: Escritos nº 3, Campinas: Labeurb – Laboratório de Estudos Urbanos – Nudecri, 1998.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 3ed. Campinas: Pontes, 2001.

PAIXÃO, Humberto Pires da. *Poder, saber, sujeito no dispositivo da moda*. In: FERNANDES JÚNIOR, Antônio. SOUSA, Kátia Menezes de. (Orgs.). *Dispositivos de poder em Foucault: práticas e discursos da atualidade*. Catalão: Editora Letras do Cerrado, 2017.

PARAGUASSÚ, Alita Carvalho Miranda. *O sujeito e o seu corpo no discurso pedagógico: aberturas para uma reflexão epistemológica*. Anais do SILEL, v. 3, n. 1. Uberlândia: EDUFU, 2013. Disponível em: <http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/pt/arquivos/silel2013/435.pdf>. Acesso em: 30/01/2020.

PASCOTO, Renata. *Primeiras manifestações de identidade de gênero: um estudo com crianças de 16 a 18 meses*. 2006. 80f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

PEREIRA, Mário Eduardo Costa. *Krafft-Ebing, a Psychopathia Sexualis e a criação da noção médica de sadismo*. Rev. Latinoam. Psicopat. Fund., São Paulo, v. 12, n. 2, p. 379-386, junho 2009.

PEREIRA, Severino Joaquim Nunes; AYROSA, Eduardo André Teixeira. *Estigma, Consumo e Identidade de Gênero entre Gays*. In: Encontro de Marketing da ANPAD, 2010, Florianópolis:

EMA, 2010. Disponível em: <http://www.fucape.br/_public/producao_cientifica/2/bill.pdf>. Acesso em: 28/01/2020.

PIMENTEL, Helen Ulhôa. *A ambiguidade da moral colonial: casamento, sexualidade, normas e transgressões*. Revista Universitas Face, Brasília, v.4, n.1/2, 2007.

PINHO, Luiz. Celso. *As tramas do discurso*. In: G. Castelo Branco, & L. F. Baêta Neves, (Orgs.). *Michel Foucault: da arqueologia do saber à estética da existência*. Rio de Janeiro: Nau, 1998, p.183-192.

PIOVEZANI, Carlos. CURCINO, Luzmara. *Fazer, pensar e olhar: dispositivo de fala pública e de leitura da mídia*. In: FERNANDES JÚNIOR, Antônio. SOUSA, Kátia Menezes de. (Orgs.). *Dispositivos de poder em Foucault: práticas e discursos da atualidade*. Catalão: Editora Letras do Cerrado, 2017.

POSSENTI, Sírio. *Teoria do Discurso: um caso de múltiplas rupturas*. In: MUSSALIM, F. BENTES, A. C. (Orgs.). *Introdução em linguística: fundamentos epistemológicos*. v. 3. São Paulo: Cortez, p.353-392, 2004.

POSSENTI, Sírio. *Análise do discurso e acontecimento: breve análise de um caso*. In: NAVARRO, Pedro. (Org.) *Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos*. São Carlos: Claraluz, 2006.

POSSENTI, Sírio. *Questões para analistas do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

PRADO FILHO, Kleber. *Considerações acerca do cuidado de si mesmo*. In: TEDESCO, Silva. NASCIMENTO, Maria Lívia. *Ética e subjetividade: novos impasses*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PRADO FILHO, Kleber e TETI, Marcela Montalvão. *A cartografia como método para as ciências humanas e sociais*. *Barbaroi* [online]. 2013, n.38, pp. 45-49.

PRADO FILHO, Kleber. *A genealogia como método histórico de análise de práticas e relações de poder*. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, v. 51, n. 2, p. 311-327, jul-dez 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2017v51n2p311/35699>>.

PRADO FILHO, Kléber. *Identidade, normalização e diferença*. In: FERNANDES JÚNIOR, Antônio; FRANSCHESCHINI, Bruno. (Orgs.). *Cartografia do contemporâneo: dispositivo, verdade e processo de subjetivação*. São Paulo: Intermeios; Goiânia: Fapeg, 2019.

PRIORE, Mary Del. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2011.

REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. Tradução de Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005.

SALLES, Ana Cristina Teixeira da Costa. CECCARELLI, Paulo Roberto. *A invenção da sexualidade*. *Reverso* [online], vol.32, n.60, 2010, p. 15-24.

SANTOS, José Antônio dos. *Diáspora africana: paraíso perdido ou terra prometida*. In: MACEDO, José Rivair (Org.). *Desvendando a história da África*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/yf4cf/pdf/macedo-9788538603832.pdf>>. Acesso em: 18/11/2019.

SANT'ANNA, Márcia. *Escravidão no Brasil: os terreiros de candomblé e a resistência cultural dos povos negros*. IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Publicação

Institucional), 2006. Disponível em: <
http://www.pontaojongo.uff.br/sites/default/files/upload/escravidao_no_brasil_os_terreiros_de_candomble_e_a_resistencia_cultural_dos_povos_negros.pdf>. Acesso em: 18/11/2019.

SARGENTINI, Vanice Maria. *Ecoss da arqueologia de Michel Foucault na análise da imagem: retratos do homem político na mídia*. In: PIOVEZANI, Carlos. CURCINO, Luzmara. SARGENTI, Vanice (orgs.). *Presenças de Foucault na Análise do Discurso*. São Carlos: EdUFUSCAR, 2014.

SARGENTINI, Vanice Maria. LOPES, Michelle Aparecida Pereira. *Uma análise discursiva do “corpo normal” do século XXI: entre a docilidade e a abjeção*. In: Antônio Fernandes Júnior, Grenissa Bonvino Stafuzza, (Orgs.). *Discursividades contemporâneas: política, corpo, diálogo*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2017, p. 195-207.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 27ª edição. São Paulo: Editora Cultrix, 2006.

SILVEIRA, Danielson Santos de. *Olimpos dicionário gay*. Mossoró, RN: 2010.

SIQUEIRA, Vinicius. *A função enunciativa – Arqueologia do Saber*. Colunas Tortas, 2016. Disponível em: < <https://colunastortas.com.br/a-funcao-enunciativa-arqueologia-do-saber/>>. Acesso em: 14/12/2019.

SOUSA, Kátia Menezes. *Das condições de possibilidade dos discursos em Michel Foucault: uma breve análise do presente*. In: FERNANDES JÚNIOR, Antônio. STAFUZZA, Grenissa Bovino (Orgs.). *Discursividades Contemporâneas: política, corpo, diálogo*. São Paulo: Mercado de Letras, 2017.

SPARGO, Tamsin. *Foucault e a teoria queer - seguido de Ágape e êxtase: orientações pós-seculares*. Tradução de Heci Regina Candiane. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso*. 7ª Ed. RJ: Record, 2007.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

VARELLA, Drauzio. *Ideologia de gênero*. UOL, 2019. Disponível em: <
<https://drauziovarella.uol.com.br/drauzio/artigos/ideologia-de-genero-artigo/>>. Acesso em: 21/09/ 2019.

VENTURA, Rodrigo Cardoso. *A estética da existência. Foucault e Psicanálise*. Cógito, Salvador: 2008. Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cogito/v9/n9a14.pdf>>. Acesso em: 31/01/2020.

VILELA, M.E. M; BÁRCENA ORBE, F. *Acontecimento*. In: CARVALHO, A.D. (coord.). *Dicionário de Filosofia da educação*. Porto: Porto Editora, 2007, p.14-19.

ZANELLO, Valeska. *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris, 2018.